

CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO UNIVERSO DO LIXO



FNPETI

CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO UNIVERSO DO LIXO



**CRIANÇAS E
ADOLESCENTES
NO UNIVERSO DO LIXO**

Agradecimentos

Aos sujeitos informantes crianças, adolescentes, pais, mães, monitores e professores.

À Sra. Cláudia Dias, PETI e à Sra. Elenir Maria Fischer, Associação Catadores, Porto Alegre.

À Sra. Eliena Francisca de Barros e à Sra. Silvia Salim, MNMMR, Brasília.

Ao Sr. Fábio Morais, UNICEF, Recife.

Ao Sr. José Aparecido Gonçalves e à Sra. Maria das Graças Maçal, ASMARE, Belo Horizonte.

À Sra. Maria América Ungaretti, UNICEF, Brasília.

À Sra. Maria das Graças Andrade e ao Sr. Antonio Fernando Pereira Coutinho, Secretaria de Políticas Sociais, Olinda.

À Sra. Sonia Gama e ao Sr. Jacques Schwarzstein, UNICEF, Belém.

À Sra. Sonia Maria de Lima, à Sra. Lucia Mesquita Jovelho, ao Sr. Paulo Roberto Massoca e à Sra. Ana Cláudia Camacho, Centro de Estudos de Saneamento Ambiental, São Bernardo do Campo.

A todos que de uma maneira ou de outra contribuíram para a realização dessa pesquisa.

Realização

Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil - FNPETI

Apoio

Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF

Instituto Marista de Solidariedade – IMS

União Brasileira de Educação e Ensino -UBEE

Pesquisadora

Ivete Manetzeder Keil

Antropóloga

Foto capa

Mila Petrillo

“Quando os carros chegam aí as crianças se param debaixo daqueles carros e vão catando porque é cada um por si. Aí eles entram debaixo e correm muitos riscos. Tem horas que a máquina passa muito perto e já ocorreu de criança ficar coberta. Adulto não vi morrer, mas os riscos de acidente são grandes. As crianças levam cortes, eles não estão preparados para trabalhar. Eles entram no aterro de qualquer jeito: de pés descalços, sem nenhuma proteção”.

(Catador de Olinda)

“Conheço uma garota que tem bolsa PETI, vai à escola e à jornada ampliada, mas como o dinheiro é insuficiente ela faz *programas* à noite. Sim, se prostitui”.

(Conselheira Tutelar em São Bernardo)

SUMÁRIO

RESUMO EXECUTIVO	13
APRESENTAÇÃO	15
CAPÍTULO I	
CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO	19
1. Introdução	19
2. Objetivos	20
3. Quadro do estudo	20
3.1. Considerações teóricas	20
3.1.1. Trabalho e sociedade salarial	20
3.1.2. Exclusão socioeconômica	21
3.1.3. Crianças e adolescentes	22
3.1.4. Políticas compensatórias	23
3.2. Considerações metodológicas	24
3.2.1. O trabalho de campo	24
3.2.2. As áreas estudadas	25
3.2.3. Os sujeitos-informantes	26
3.2.4. As famílias. Características e organização econômica	28
3.2.5. Itinerários biográficos. Rápida passagem pelo dia-a-dia no universo do lixo	30
3.2.6. Considerações	32
CAPÍTULO II	
RESULTADOS EMPÍRICOS	33
2.1. O que pensam as crianças e os adolescentes	33
2.1.1. A família	33
2.1.2. A escola e a jornada ampliada	35
2.1.3. A infância, a adolescência e a idade adulta	36
2.1.4. A influência do Programa na vida pessoal e social	37

2.1.5. O trabalho	38
2.1.6. O tempo de não-obrigações	39
2.1.7. Preocupações	40
2.1.8. Projetos de futuro	41
2.1.9. Considerações	41
2.2. O que pensam os pais e as mães	42
2.2.1. O Programa	42
2.2.2. A escola e a jornada ampliada	45
2.2.3. A infância e a adolescência	47
2.2.4. Relações de gênero e étnicas	49
2.2.5. Mudanças no comportamento das crianças e dos adolescentes	50
2.2.6. O futuro das crianças e dos adolescentes	51
2.2.7. Considerações	52
2.3. O que pensam os professores e os monitores	53
2.3.1. As crianças e os adolescentes do PETI	53
2.3.2. Os pais e as mães das crianças e adolescentes do PETI	55
2.3.3. A escola e a jornada ampliada	56
2.3.4. Considerações	57
2.4. Conversas complementares	58
CAPÍTULO III	
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	61
3.1. Conclusões	61
3.2. Recomendações	63
BIBLIOGRAFIA	65

RESUMO EXECUTIVO

Este texto apresenta os resultados da pesquisa sobre crianças e adolescentes no universo do lixo realizado, em 2004, nas cidades de Belém, Brasília, Olinda, São Bernardo e Porto Alegre, no tema, emblemáticas das cinco regiões do Brasil. O objetivo da pesquisa foi estudar alguns pontos da realidade vivida por crianças e adolescentes que receberam a bolsa PETI, portanto, retirados do trabalho no lixo e incluídos na escola e na jornada ampliada.

O trabalho de campo foi configurado pela pesquisa qualitativa, utilizando diálogos, entrevistas e observações que giraram em torno de eixos temáticos. Dessa forma os dados que se trabalha aqui foram provenientes de anotações de observações e conversas com pessoas que se dispuseram a informar. O que está escrito é parte da vida social.

Em cada região foram pesquisadas quatro crianças e adolescentes inseridos no Programa PETI e que, anteriormente, trabalhavam como catadoras de lixo. O trabalho de campo foi, quase todo, entre a escola, a jornada ampliada e a residência das crianças e dos adolescentes informantes. Crianças e adolescentes entre 10 a 14 anos de idade. Respeitou-se uma divisão por gênero, portanto, pesquisou-se duas crianças e dois adolescentes do sexo masculino e duas crianças e dois adolescentes do sexo feminino. Em cada região, foram pesquisados dois pais (pai e/ou mãe), dois professores, dois monitores da jornada ampliada, todos relacionados com as crianças e os adolescentes pesquisados.

No total, foram pesquisadas vinte crianças e adolescentes, dez pais, dez professores e, finalmente, dez monitores. As entrevistas ocorreram tantas vezes quanto foram necessárias ao estudo.

O trabalho está constituído por três capítulos. O primeiro contextualiza e apresenta o estudo, os objetivos, a metodologia utilizada e os referenciais teóricos. O segundo capítulo apresenta os resultados empíricos e a análise, trazendo situações que envolvem as crianças e os adolescentes no que diz respeito às suas vivências na escola, na jornada ampliada e na família. O terceiro capítulo apresenta algumas conclusões e recomendações que poderão influenciar positivamente o Programa.

Quanto aos resultados verificados, constatou-se significativa importância do PETI para a melhoria das condições das crianças, dos adolescentes e de suas famílias. Também foram identificadas algumas situações capazes de influenciar e mesmo definir a qualidade do Programa. Entre elas observa-se a falta de entrosamento entre a escola e a jornada ampliada e o pouco preparo dos professores e dos monitores para trabalharem com estudantes de outras culturas e de outras classes sociais. Além do baixo preparo que se observa em relação aos recursos humanos, constata-se também que as escolas e as jornadas ampliadas estudadas possuem poucos recursos materiais para minimizar as necessidades existentes e efetuar uma educação de melhor qualidade.

Além disso, constatou-se que muitas crianças e adolescentes beneficiados com a bolsa PETI, continuam a trabalhar no recolhimento de lixo. Outra questão importante é que, embora eles se retirem do trabalho, continuam, simbólica e materialmente, inseridos no universo do lixo.

APRESENTAÇÃO

O Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil – FNPETI em colaboração com o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF decidiram realizar a pesquisa ***Crianças e Adolescentes no Universo do Lixo***. Esta análise pretende subsidiar as ações futuras do Fórum, com vistas a retomar como prioridade a problemática das crianças e dos adolescentes trabalhadores no lixo.

É com a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável - ECO 92 que a degradação ambiental foi colocada na agenda brasileira, pois até então, naturalmente fazia parte da paisagem urbana. A situação das crianças e dos adolescentes relacionada com o meio ambiente também esteve na pauta das discussões dessa mesma Cúpula.

Em 1994, o incidente em Águazinha, Olinda/Estado de Pernambuco, no qual crianças foram contaminadas ao ingerirem carne humana vinda do lixo hospitalar, ao mesmo tempo, que escancarou ao Brasil e ao mundo, de modo contundente, a mais completa violação dos direitos dessas crianças e adolescentes, também sensibilizou algumas instituições que tentaram minimizar o problema. Com efeito, é a primeira vez que a sociedade brasileira percebeu que havia crianças e adolescentes trabalhando no lixo. Até então eles eram invisíveis.

Também em 1994, o UNICEF em conjunto com a OIT participou da criação do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, identificado como um espaço de articulação e mobilização de diversos setores da sociedade brasileira (governos, empresas, sindicatos de trabalhadores e organizações não governamentais). Em 1996, o Fórum conseguiu uma importante conquista: “o Governo Federal reconheceu o problema e criou o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, sob a responsabilidade da Secretaria de Estado de Assistência Social – SEAS do Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS”.¹ Este Programa visa atender populações em situação de precariedade econômica e social e compreende dois eixos principais: financeiro e educativo, atuando ao nível da criança, do adolescente e de suas famílias. Esses eixos se desdobram na concessão da bolsa Criança Cidadã, inserção na escola e jornada ampliada, desenvolvimento de ações sócio-educativas e de geração de emprego e renda.

Em junho de 1998, por iniciativa do UNICEF, com a participação de diversas instituições, foi criado o Fórum Nacional Lixo e Cidadania, a fim de responder as especificidades do trabalho infanto-juvenil no lixo. E, um ano mais tarde, foi lançada a campanha nacional “Criança no Lixo, Nunca Mais”. Na ocasião, uma pesquisa realizada com o apoio do UNICEF identificou cerca de cinquenta mil crianças vivendo nos lixões brasileiros. O objetivo principal do Programa do Fórum Nacional Lixo e Cidadania era o de erradicar o trabalho de crianças e adolescentes no lixo, tendo como ambiciosos pressupostos: “a inclusão de todas as crianças que trabalhavam com lixo nas escolas; a inserção social e econômica dos catadores como parceiros na coleta seletiva, ou seja, os catadores de lixo serem vistos como verdadeiros agentes ambientais; e a erradicação dos lixões e implantação dos aterros sanitários”.²

A campanha nacional “Criança no Lixo, Nunca Mais” contou com a criativa contribuição do artista Joãozinho Trinta, que produziu esculturas de crianças trabalhadoras num cenário carnavalesco na entrada do túnel para Copacabana, no Rio de Janeiro, causando um grande impacto na sociedade brasileira e importante repercussão nos meios de comuni-

¹ Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. Trabalho Infantil Não É Brincadeira. Brasília, 2003.

² UNICEF e Caixa Econômica Federal. Do lixo à cidadania. Estratégias para a ação. Brasília, 2001.

cação. Pela primeira vez no Brasil, o tema foi publicamente abordado, tendo consistência política. Essa iniciativa deflagra a campanha nacional.

Em 2001, o 1º Congresso Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis reuniu mais de 1.300 catadores, representando organizações de 17 estados brasileiros, em Brasília. Nesse Congresso, os catadores assumem o compromisso de organizarem-se através de cooperativas e/ou associações, de forma sistemática e regular.

Renato Aragão, Didi – Embaixador do UNICEF, participou também da Campanha, enviando uma mensagem para mais de 1.500 prefeitos, engajados nesse movimento. A correspondência encaminhada oficialmente pelo UNICEF e assinada pelo Embaixador em 25 de maio de 2000, dizendo: *“lembre-se sempre de seu compromisso com as crianças. Nosso objetivo é de que até 2002, no Brasil, criança no lixo, nunca mais”*, comprometia-se, portanto, com a retirada das crianças e dos adolescentes do trabalho com o lixo.

Também, a iniciativa da Associação dos Catadores de Papel de Belo Horizonte – ASMARE de utilizar os festejos carnavalescos para sensibilizar a sociedade sobre a situação dos catadores de materiais recicláveis, e sua continuidade nos festivais anuais *“Lixo e Cidadania”*, realizados em Belo Horizonte, tem contribuído para que o tema permaneça em debate e que novos engajamentos e ações diferenciadas sejam desenvolvidas.

Além disso, pode-se destacar como uma das ações positivas do Fórum Nacional, a parceria com a SEAS do MPAS, através do PETI, a garantia da distribuição de quarenta e seis mil (46.000) bolsas para crianças e adolescentes oriundos do trabalho infanto-juvenil no lixo, no período de 2000 a 2002.

No entanto, os dados divulgados pela SEAS, em 2002, mostraram que não havia monitoramento que indicasse se as crianças e os adolescentes que anualmente recebiam as bolsas eram os mesmos desde o início do Programa; se outras crianças e adolescentes estavam ingressando no trabalho; se eles trabalhavam depois do horário da escola e da jornada ampliada; se os professores conheciam a origem das crianças e dos adolescentes com os quais trabalhavam, entre outras questões. Enfim, o desafio continuava e ainda continua consistindo em saber como são e como estão as crianças e os adolescentes que recebem as bolsas do PETI, ou seja, o universo das crianças e adolescentes filhos de catadores de lixo.

A partir de 2003, o UNICEF passou a priorizar a proposta de monitoramento da inclusão escolar das crianças e adolescentes oriundos do trabalho infantil, em parceria com a ONG Missão Criança de Brasília. Essa iniciativa foi inicialmente implementada em três escolas da periferia nos municípios de Aracajú, Goiânia e Porto Alegre. Os seminários realizados nessas três escolas mostraram que, apesar das grandes diferenças regionais, culturais e econômicas, em todas elas existem fortes preconceitos, discriminações e violações dos direitos dos estudantes oriundos das classes populares, por parte dos profissionais da educação dessas escolas.

A precoce decisão do UNICEF de retirar-se da participação efetiva no Programa Nacional Lixo e Cidadania, a partir de 2003, contribuiu para que a problemática da criança e do adolescente trabalhadores no lixo deixasse de figurar na agenda política de qualquer instituição, pois o Fórum Nacional Lixo e Cidadania deu continuidade somente ao cumprimento dos outros objetivos, ou seja, organização e mobilização dos catadores de materiais recicláveis e erradicação dos lixões. Isso se evidencia de forma mais clara na não inclusão do trabalho infanto-juvenil no lixo no Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalho Adolescente (proteção do adolescente trabalhador) elaborado e aprovado em 2003 pela Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil – CONAETI, coordenada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, conforme acordado na Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho – OIT. Convém lembrar que neste Plano um dos eixos estratégicos prioriza as piores formas, como por exemplo, as crianças exploradas sexualmente e as crianças no tráfico, mas não inclui as crianças no lixo que sofrem as mesmas discriminações e estão expostas às mesmas violações, isto é, abuso sexual, violências física, moral e psicológica, risco de contaminação com HIV/Aids, entre outras.

Contudo em 2004, o FNPETI, no marco dos seus dez anos de atuação, decidiu incluir como prioridade no Plano de Ação 2004-2005, ações para erradicação do trabalho infantil no lixo. A análise das crianças e adolescentes no universo do lixo se insere nesta decisão.

Espera-se que a análise, as conclusões e as recomendações desta pesquisa possam figurar na agenda e compromissos do Governo Federal, das Agências Internacionais, em particular, UNICEF e OIT e dos Fóruns Estaduais de Erradicação do Trabalho Infantil. Considera-se que a atual conjuntura brasileira apresenta um quadro favorável para que a articulação entre o FNPETI, o Fórum Nacional Lixo e Cidadania e o Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Contra Crianças e Adolescentes se materialize. Ainda mais, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, os Conselhos Estaduais, os Conselhos Tutelares e a representação da sociedade civil, através dos fóruns nacional, estaduais e municipais dos direitos devem, necessariamente, incluir de forma conjunta nas suas programações, a erradicação do trabalho infantil no lixo como uma de suas prioridades.

Além disso, o Ministério da Educação e suas instâncias representativas nos estados e municípios apresentam-se como imprescindíveis para a adequada efetivação das ações sócio-educativas, tanto com as crianças e adolescentes como com suas famílias. Vale remarcar que as ações têm se caracterizado por sua fragmentação, impedindo assim que, de fato, as mudanças possam ocorrer.

A documentação disponível registra que *"longe do trabalho degradante no lixo, nossas crianças experimentam o direito à educação, ao respeito e à dignidade. Fora da escola, além de praticar esportes, são convidadas a ensinar à comunidade a importância de reaproveitar e reciclar o que jogamos fora. (...) Essas são algumas das conquistas do Fórum Nacional Lixo e Cidadania"*, apresentadas no prospecto *Criança no Lixo Nunca Mais*, do Fórum Nacional Lixo e Cidadania produzido em 2003. Contudo, a análise *Crianças e Adolescentes no Universo do Lixo* mostra que essas conquistas apresentadas pelo Fórum de fato não foram concretizadas.

Lamentavelmente, o Estatuto da Criança e do Adolescente ainda está para ser cumprido. Como poetizou Creuza Barbosa³ sobre a situação vivida pelas crianças e adolescentes catadores no lixo:

"... sofrendo de tudo,
fazendo de tudo,
vendendo de tudo,
inclusive o próprio corpo,
para matar a fome
que lhe consome...
a vida
e lhe destrói...
os sonhos.

Que mundo perverso,
Averso, sem nexo!

É hora de mudar."

³ Auditora fiscal da Delegacia Regional do Trabalho em Manaus, Amazonas.

CAPÍTULO I

Contextualização do Estudo

1. INTRODUÇÃO

“No lixão nada se perde tudo se recicla - até a comida”.

(catador em Olinda)

Sujeitos de uma história constantemente marcada pela adversidade econômica, os catadores de lixo, travam um luta persistente e obstinada na busca de condições básicas de existência. Eles lutam pela vida construindo uma *arte* de viver do resto, daquilo que outros, também humanos, não querem mais. Vivem eles numa dobra do tecido urbano que não faz parte do âmbito dos direitos. Ou melhor, a pobreza desmesurada desse segmento da população se desdobra na total ausência de direitos. Isso remete a fios singulares de questões, inquietações e polêmicas no campo da tragédia social brasileira.

O drama dos catadores de lixo interroga sobre as reais possibilidades de no Brasil, a cidadania se enraizar nas práticas sociais, na perspectiva do modo pelo qual se orienta a vida em sociedade. Em verdade, a vida dos catadores figura no cenário público como revelador paroxístico das suas contradições e disparates, revelando que, no modelo capitalista brasileiro, o paradigma da exclusão tornou-se brutalmente dominante. E, embora a vida dos excluídos, suas precariedades e urgências sejam vistas de modo excessivamente banal, a exclusão é cada vez mais o paradigma pelo qual a sociedade brasileira se pensa e toma consciência de si mesma e de seus disfuncionamentos.

A exclusão configura-se, portanto, como uma certa modalidade de dizer o real e de nele intervir. Convém recordar o caso acontecido no lixão de Águas de Lindóia, em Olinda no estado de Pernambuco. Em 1994, várias crianças que trabalhavam no lixão foram hospitalizadas com intoxicação alimentar. Suspeitava-se na época que haviam ingerido carne humana oriunda do lixo hospitalar que era depositado no lixão, junto com outros resíduos da cidade. Dilacerante acontecimento que comoveu o país e ocupou o noticiário internacional.

É importante remarcar que comer alimentos encontrados nos lixões é uma prática freqüente entre a população que trabalha nesses locais, espalhados nas diversas cidades brasileiras. O que demonstra ainda mais a gravidade do

quadro em que estão constrangidos os catadores de lixo, porquanto o alimento ingerido é indicador da própria identidade do comensal. Isto é, o alimento faz parte da geografia diferencial das identidades sociais – o homem é aquilo que come.

Entretanto não é excluído quem quer, a exclusão é uma re-inscrição do indivíduo na sociedade face às relações de força. No caso dos catadores de lixo (materiais recicláveis) a força que exclui é econômica, de modo que a situação é cada vez mais grave e inquietante porque indivíduos são vítimas de um acelerado processo de descarte. Adultos, adolescentes e crianças; homens e mulheres; brancos, indígenas e negros, considerados não cidadãos, são condenados, como possibilidade última de obtenção de renda, a trabalhar nos lixões em condições de extrema precariedade, insalubridade e risco. O trabalho no lixo nasce com a necessidade de sobrevivência e contribui de modo relevante para a vida de várias famílias, nas grandes cidades brasileiras, implicando inclusive o trabalho de crianças e adolescentes.

Desse ponto de vista, observa-se que se, por um lado, a crescente precarização do trabalho e a expansão do desemprego, resultados nefastos do capitalismo contemporâneo, leva os indivíduos a procurar o trabalho nos lixões, por outro, esse tipo de trabalho presta um serviço relevante ao meio ambiente fortemente ameaçado pelo crescimento ilimitado do lixo urbano. Seja como for, a importância do trabalho nos lixões não é socialmente reconhecida.

Contra todos os fatores que produzem a velha e nunca resolvida questão social brasileira da pobreza e da exclusão socioeconômica propostas, programas, e projetos alavancados pela idéia de direitos e de cidadania, têm se mostrado muito constantes. São movimentos tentando construir junto com os catadores de lixo novas identidades, novos comportamentos, novos imaginários, valores e demandas, novas formas de organização que deverão ter um território de direitos e cidadania ampliada.

Neste sentido, muitas são as frentes reunindo esforços da sociedade civil organizada, das agências de cooperação internacional e do próprio governo brasileiro. Esses trabalhos em geral apresentam como preocupação central a problemática do trabalho infantil. Pois são as crianças e os adolescentes os mais vulneráveis às circunstâncias da pobreza. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD 2001, cerca de 5.5 milhões de crianças e adolescentes, entre 5 a 17 anos, encontram-se ainda em situação de trabalho precoce.

Entre eles 300 mil estão entre 5 a 9 anos de idade, 2,8 milhões estão na faixa etária entre 10 a 15 anos e 2,5 milhões entre 16 e 17 anos de idade. Em comparação com períodos anteriores houve uma importante redução, mas a situação é ainda muito grave e está longe de ser resolvida. A exploração do trabalho infantil faz parte do debate em torno dos direitos humanos, sendo uma de suas mais graves violações.

De fato, sob o impacto dos esforços contra o trabalho infantil muito foi e está sendo realizado e muito ainda há para se realizar. Entretanto grandes dificuldades resultantes não só da pobreza e das deficiências do sistema educacional, mas também de aspectos culturais, impedem a agilidade do processo. Durante a pesquisa que ora se apresenta, observou-se que apesar das políticas para a erradicação do trabalho precoce, ainda se encontram, sistemática e/ou esporadicamente, crianças e adolescentes trabalhando, sendo eles beneficiados, ou não, com a bolsa Criança Cidadã proveniente do PETI. A bolsa Criança Cidadã deve representar uma alternativa de complementação de renda no orçamento familiar; a inserção na escola e jornada ampliada deve possibilitar o envolvimento das crianças e dos adolescentes em atividades sócio-educativas e culturais; o trabalho com as famílias deve proporcionar o desenvolvimento de ações sócio-educativas, de trabalho e geração de renda. As três linhas do Programa devem se complementar, a fim de melhorar as condições da família e, efetivamente, retirar a criança e o adolescente do trabalho precoce engendrando outros modos de subjetivação. No que tange as crianças, os adolescentes e suas famílias catadores de lixo envolvidos no PETI, as atividades de trabalho e geração de renda se institui pela via associativa ou cooperativa de materiais recicláveis. Essas experiências se configuram na enorme extensão do problema e devem ser analisadas para que se conheçam os pontos positivos, na intenção de reforçá-los, e os negativos, na intenção de corrigi-los.

O presente relatório apresenta os resultados da pesquisa "*Crianças e adolescentes no universo do lixo*" realizada, em 2004, nas cidades de Belém, Brasília, Olinda, São Bernardo e Porto Alegre, emblemáticas das cinco regiões do Brasil. Trata-se de uma pesquisa cujo objetivo principal é estudar alguns pontos da realidade vivida pelas crianças e adolescentes retirados do trabalho no lixo e incluídos na escola e na jornada ampliada, observando as transformações ocorridas. A pesquisa teve como sujeitos informantes as próprias crianças e adolescentes, pais, professores e monitores, uma vez que são eles que compartilham, embora de modo distinto, de uma mesma experiência realizada em torno dos direitos humanos. Portanto não estão sendo contemplados outros envolvidos no PETI, embora desempenhem importantes papéis.

Em síntese, a pesquisa quis conhecer quem são e o que deixaram de ser as crianças e os adolescentes que trabalhavam como catadores de lixo e que deixam de fazê-lo para participarem do PETI. Trata-se de uma pesquisa sobre a construção social das crianças e dos ado-

lescentes, solicitada pelo Instituto Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil - INPETI em parceria com o UNICEF.

O relatório está constituído de três capítulos: o primeiro refere-se a algumas considerações teórico-metodológicas na tentativa de mostrar o fio que trama toda a pesquisa. O segundo deriva de experiências concretas daqueles que trabalham no lixo e apresenta alguns resultados traçando pontos analíticos. É o momento em que o teórico se debruça iluminado pela pesquisa. Os capítulos estão dispostos de modo a privilegiar a contextualização teórica do tema, mas, sobretudo, para dar voz às crianças e aos adolescentes, a seus pais, professores e monitores. Inicialmente são apresentados os depoimentos das crianças e dos adolescentes a respeito de alguns temas: família, escola, jornada ampliada, trabalho, entre outros. Em seguida, são apresentados os depoimentos dos pais e das mães pesquisados, seguidos pelos depoimentos dos professores e monitores. Todos falam sobre o Programa, as crianças e os adolescentes, entre outros temas. Finalmente, o último capítulo apresenta algumas conclusões e recomendações, que serão objeto de análise e aprovação para inclusão no Plano de Ação do Fórum Nacional em 2005.

2. OBJETIVOS

Analisar experiências de retirada de crianças e adolescentes do trabalho no lixo considerando as cinco regiões brasileiras;

Estudar a realidade vivida por crianças e adolescentes retirados do trabalho no lixo e incluídos na escola e na jornada ampliada;

Estudar a subjetividade das crianças e adolescentes retirados do trabalho no lixo e incluídos na escola e na jornada ampliada.

3. QUADRO DO ESTUDO

3.1. Considerações teóricas

Apresenta-se aqui resumidamente algumas considerações teóricas sobre trabalho, exclusão socioeconômica, crianças e adolescentes pobres e, finalmente, políticas compensatórias. Essas questões nortearam a pesquisa.

3.1.1. Trabalho e sociedade salarial

O trabalho é uma invariante da natureza humana, portanto, uma categoria antropológica. Configurando-se como uma atividade essencial do homem e, sobretudo, centro e fundamento do laço social.⁴ A idéia do laço social se funda na própria idéia de reciprocidade, de contrato social e de utilidade social. Aquele que trabalha aporta uma contribui-

⁴ MEDA, Dominique. *Le travail. Une valeur en voie de disparition*. Paris: Flammarion, 2002.

ção à sociedade, fazendo dela parte, ligando-se a ela. O trabalho é, portanto, um modo de estar junto.

Nesta perspectiva, é principalmente através do trabalho que o homem se relaciona com a natureza, opondo-se a ela e, juntamente com outros, produz *coisas* humanas. O trabalho é, então, o que exprime em mais alto grau a humanidade do homem, sua condição de ser finito, criador de valores, mas, também, de ser social.⁵ O trabalho é sua essência e condição. Esse pensamento expressa e legitima as sociedades fundadas sobre o trabalho. A sociedade do trabalho aparece num tempo determinado da história dos homens. Ou seja, com a Revolução industrial o trabalho adquire uma importância particular.

A sociedade brasileira, moderna, urbana e industrial, é uma sociedade do trabalho. Trabalho assalariado numa sociedade que se faz salarial. Isso significa que o trabalho é central para a configuração das identidades. Portanto é a partir do trabalho que a sociedade passa a se pensar, sendo o desemprego um problema extremamente grave. Na virada do século XIX, o capitalismo industrial se consolida no Brasil e com ele a sociedade salarial e sua ética do dever. São tempos conturbados nos quais a referência político-ideológica da (des) ordem urbana resguarda a realidade econômica nascente, isto é, a integração do país, primeiro, na ordem capitalista industrial e, depois, no mercado mundial interdependente que se estabelece no contexto do imperialismo. Portanto a expansão econômica, a industrialização e uma nova racionalidade caracterizam o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. O que de fato está acontecendo é um processo de modernização capitalista da economia e da sociedade. Tudo se modifica: as relações de produção, as socialidades, as referências culturais... Tudo se modifica e os meios de produção se concentram nas mãos do dono do capital enquanto os produtores se reduzem a nada mais do que sua própria força de trabalho. Claro está que a experiência vivida pelos brasileiros da virada do século XIX exprime a contradição engendrada sobre a base do modo de produção capitalista desenvolvida pela nova racionalidade que *desencanta* o mundo, marcando a modernidade por seus movimentos de incerteza.

Com efeito, com o capitalismo industrial, no imaginário social, coletivo e individual, o trabalho assalariado passa a ser considerado o principal meio de sobrevivência e de abundância, mas também passa a ter uma relação fundamental com a manutenção do laço e da coesão social. Entretanto a incorporação da força de trabalho e sua expulsão do processo de produção acontecem em função de sua própria adaptabilidade ao capital. Evidentemente, cabe ao capital determinar essa adaptabilidade. Isso produz uma grande massa de pobres. Ainda não se pode falar de exclusão econômica (pelo menos nos moldes atuais), mas na formação da marginalização. São proclamados criminosos todos os vadios, vagabundos e desempregados. Proclamados criminosos e tratados como tais. Na verdade, por um lado, o trabalho adquire um valor

moral e, por outro, organiza e disciplina a mão-de-obra assalariada. Ao mesmo tempo, há uma enorme preocupação com a coesão e o laço social. A emergência do trabalho assalariado e a re-elaboração das relações de dominação como fulcro da nova ordem capitalista produz o medo da desordem social.

Portanto, em uma sociedade como a brasileira em que as relações historicamente se estruturam sob a égide do capitalismo, embora este não seja o único fator responsável, ele tem pelo menos uma forte influência no modo de articulação dos laços sociais. O Brasil, como outras sociedades capitalistas, ao longo de sua história, sofre evoluções simultâneas dando origem ao que se tem hoje, isto é, corrosiva degradação do mercado de trabalho com a multiplicação dos empregos instáveis e um forte crescimento do desemprego de longa duração, mas também o enfraquecimento dos laços sociais que se mostra no declínio das solidariedades e no aumento da violência. Neste momento, vive-se no Brasil no severo processo de exclusão socioeconômica. Na virada do século XX, o capitalismo avança com novas características. Então diferentemente do capitalismo industrial que inventa o trabalho assalariado, as novas relações capitalistas instauram novas regras de regulação econômica e fazem triunfar o mercado mundial como elemento de referência, transformam a economia e produzem um enorme contingente de desempregados.

Essa dinâmica força o declínio dos valores e das atitudes coletivas e exacerba o individualismo competitivo. No meio de toda essa conflitante realidade, o fim do trabalho ou o declínio da sociedade salarial (que se pronuncia) volta as costas para o exercício da cidadania e dos direitos: o desemprego é violação de direitos, produz a exclusão socioeconômica que exclui da cidadania.

3.1.2. Exclusão socioeconômica

É importante ligar os processos de exclusão socioeconômica aos efeitos das transformações econômicas e, a elas, as profundas transformações sociais. A retração forçada do mercado de trabalho pelo capitalismo pós-industrial está acompanhada da decomposição do laço e da coesão sociais. Assim, mesmo que objetivamente os excluídos consigam dar um sentido a sua experiência de precariedade e humilhação, a perspectiva de recomposição dos laços sociais é uma árdua tarefa. Pois, se os pobres de hoje são objetivamente menos pobres do que os pobres das sociedades do passado, eles são mais humilhados, uma vez que participam de sociedades ricas habitadas pela paixão de igualdade e organizadas pelo valor da performance e da eficiência.⁶

A exclusão do mercado de trabalho leva a outras exclusões e algumas exclusões levam, também, à exclusão do mercado de trabalho. Em verdade, são processos individuais e coletivos nos quais os indivíduos não têm acesso,

⁵ MEDA, Dominique. Idem.

⁶ SCHNAPPER, Dominique. *Exclusions au coeur de la Cité*. Paris: Anthropos, 2001.

ou melhor, estão excluídos de alguns direitos. Todavia a questão da exclusão é muito complicada, pois, em verdade, os indivíduos participam de formas variadas da vida coletiva ou, ao contrário, seguem processos de exclusão progressiva participando de outros espaços. O que se quer remarcar, por um lado, é que a exclusão nunca é definitiva e, por outro, que ela é sempre inclusiva. No caso do desempregado ele está excluído do mercado formal de trabalho e incluído em atividades econômicas alternativas (mercado informal) ou em políticas de intervenção social, isto é, incluído em outro universo de inclusão. Trata-se, portanto, de exclusão inclusiva. Claro está que alguns desses indivíduos poderão reverter o curso da exclusão, mas outros não.

Portanto a trajetória e experiências vividas por crianças, adolescentes e adultos em situação de precariedade econômica e social os levam a serem percebidos e a se perceberem como socialmente inválidos. São indivíduos expostos a uma situação de muita fragilidade, mostrando uma forte relação entre precarização econômica e distensão do laço social. Na visão de Paugam que se utiliza desses elementos para tecer o modelo de exclusão, a exclusão contemporânea é produzida justamente no ponto de encontro entre a fragilidade profissional e a vulnerabilidade relacional.⁷ Para o sociólogo, a desqualificação social tem origem na precarização profissional (ou dificuldade de inserção no mercado de trabalho e desemprego de longa duração) que leva a fragilização dos laços sociais (divórcio, enfraquecimento dos laços intergeracionais, das ajudas mútuas e das solidariedades de classe) e ambos induzem a uma importante redução da socialidade.⁸ A experiência de desemprego é vivida como uma prova de quase irreversibilidade quando a própria fraqueza é interiorizada desenvolvendo no desempregado uma subjetividade negativa. Este quadro é tanto pior quanto o for a localização do indivíduo na sociedade e o tempo de duração do problema. Em síntese, crianças e adolescentes oriundos de pais desempregados de longa duração, desclassificados para o mercado de trabalho formal e/ou economicamente desfavorecidos, terão chances menores de resistirem à continuidade do processo de exclusão. Tais fatos suscitam profunda reavaliação da vida coletiva regulada por normas comuns julgadas legítimas pelo conjunto da sociedade.

Adultos, adolescentes e crianças excluídas dos grupos economicamente favorecidos constroem alternativas econômicas para sobreviverem, fora das instituições estáveis, portanto, nos interstícios da vida social. A catação de materiais recicláveis é uma dessas alternativas possíveis. Entretanto isso não resolve a questão do reconhecimento social. O trabalho dos catadores de lixo (materiais recicláveis), embora relevante sob o ponto de vista ambiental, não goza de nenhum reconhecimento social. Ao contrário, os catadores são discriminados como *sobras humanas* que vivem do lixo, do resto da sociedade. Ao cabo e ao resto, a tragédia social brasileira é grande demais, sobretudo, porque está ancorada

na ordem natural das coisas. Parecendo, no horizonte simbólico, estruturada fora da trama das relações sociais e encenada como algo externo a um modelo econômico perverso, portanto, sem autores e sem responsabilidades. Com efeito, a pobreza no Brasil é banalizada não interpelando qualquer responsabilidade. A banalização, como refere Hannah Arendt, é uma incapacidade de discernimento e julgamento.⁹

3.1.3. Crianças e adolescentes pobres

No Brasil, desde a virada do século XIX, preocupações com a infância pobre foram temas recorrentes. O advento da República, a consolidação do capitalismo industrial e o acelerado desenvolvimento urbano provocado pelo novo contexto produziram uma massa de crianças exploradas, abandonadas, mendigas e consideradas vadias. Pauperização e miséria traçam um quadro de péssimas condições para as camadas pobres. Neste período, são altas as taxas de mortalidade infantil, epidemias diversas e dizimadoras, violência, criminalidade, alcoolismo e suicídio. É neste turbilhão que a infância das camadas pobres surge como questão social. As crianças e os adolescentes são vistos como vítimas de adultos inescrupulosos que as exploram sob diversos modos induzindo-as à mendicância, à prostituição e ao crime. Suposições sobre a hereditariedade do comportamento desviante são contundentes e a rua passa a ser um perigo moral na socialização das crianças e dos adolescentes.

Os centros urbanos se indignam com a infância desocupada e ameaçadora e os jornais expressam essa indignação. A pressão para o disciplinamento da infância pobre é realmente enorme. Chama atenção dos jornalistas, políticos e intelectuais o crescimento da delinquência infanto-juvenil. As crianças e os adolescentes pobres e desocupados são considerados vagabundos, desordeiros e desrespeitosos da moralidade das famílias. Portanto urgem ações disciplinadoras dessa infância que, não absorvida pela indústria, constitui um perigo para a sociedade urbana emergente. Nesta perspectiva, em 1921, a Lei 4242 modifica o Código brasileiro e determina “*abandonado*” todo o *menor* sem moradia certa ou sem meios de subsistência; órfão ou vivendo com responsável incapaz de sua guarda. Depois dessa definição o Estado cria os Juízos de Menores e, mais tarde, é criado o primeiro Código de Menores consolidando as leis de sua assistência e proteção. Menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinquente, é todo aquele com menos de 18 anos de idade.

Assim, fica legitimado o termo *menor* para classificar a criança e o adolescente pobres, expressando leis particulares para tratar das camadas populares. Ao gosto do período, a infância e a adolescência pobres são juridicamente separadas das outras categorias sociais, mostrando-se, por um lado, a intenção de proteger a mão-de-obra das

⁷ PAUGAM, Serge. La constitution d'un paradigme. In. L'exclusion l'état des saviors (org.). Paris: La découverte, 1966.

⁸ PAUGAM, Serge. Idem.

⁹ ARENDT, Hannah. Eichmann à Jerusalem: rapport sur la banalité du mal. Paris : Taurus, 1974.

crianças e dos adolescentes amplamente utilizada pela indústria nascente e, por outro, a exclusão dos *menores* abandonados e delinquentes do convívio social.

A exploração do trabalho das crianças e dos adolescentes é neste período aceita desde que institucionalizada e controlada. Razão pela qual são criadas inúmeras instituições para atender as crianças e os adolescentes pobres. Nas décadas seguintes, criam-se outros modos de tratar a infância e a adolescência pobres que se multiplicam enormemente. Na verdade, no Brasil, a pobreza se expande e se aprofunda sendo as crianças e os adolescentes os mais vulneráveis às suas seqüências. Hoje, a terminologia para definir a criança e o adolescente pobre mudou: abandona-se o sistema classificatório considerado discriminador e com ele algumas ideologias. Entretanto a situação da pobreza não foi superada e os preconceitos contra os pobres (crianças, adolescentes e adultos) ainda marcam sobre eles muita suspeição. Vinculando-os, como em períodos anteriores, à idéia de delinquência, roubo e crime. Claro está que mudar terminologias sem a superação do problema na maioria das vezes contribui para o mascaramento das injustas condições em que vivem alguns segmentos da população brasileira, uma vez que se apresenta dando a impressão de que as causas do problema foram superadas. Uma leitura mais pragmática se emocionará menos com a mudança de termos do que com a necessidade de mudança do modelo econômico que produz a pobreza e a exclusão socioeconômica.

A realidade brasileira contemporânea, embora se lute contra ela, ainda é, a exploração do trabalho da criança e do adolescente sob diferentes formas. A atenção para sua erradicação torna-se necessária, todavia seria no mínimo ingênuo se pensar que é possível erradicá-lo no modelo econômico atual. Assim um trabalho sobre as crianças e adolescentes pobres ou excluídos deve referir-se à violação de direitos, problematizando além da exploração do trabalho outras violações. Alguns importantes passos foram dados neste sentido e se chega ao Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA no qual eles passam a ser considerados como sujeitos de direitos. De fato, sob o impacto dos direitos, o ECA fez ecoar por toda a sociedade, através de reivindicações diversas, a exigência por uma ordem de vida mais justa para as crianças e os adolescentes.

Contudo subsiste uma versão marginalizadora e preconceituosa das crianças e dos adolescentes pobres, porquanto ainda se observam os velhos e poeirentos discursos ligando infância e adolescência pobre e fracasso escolar tendo como base argumentativa: falta de cultura, carência social e afetiva, déficit lingüístico, desnutrição, imaturidade no comportamento e atraso no desenvolvimento, motivado pela desestruturação da conjuntura familiar ou pelas más condições de moradias. Em verdade, na sociedade brasileira, a criança e o adolescente não são valorizados de maneira uniforme. A valorização está ligada à sua situação de classe social. E, ainda mais, no interior das próprias classes sociais as crianças e os adolescen-

tes são vistos diferentemente segundo sua localização. Portanto a infância e a adolescência têm uma forte significação social (que precisa ser compreendida).

Ambos devem ser considerados tendo como base suas condições concretas de existência, isso significa, levar em conta a perspectiva social, cultural e histórica e assumir que infância e adolescência não são dados naturais, mas construções sociais, culturais e históricas. Razão pela qual essas categoriais são plurais e gozam de estatuto teórico, havendo, nos conceitos, uma tensão entre o universal e a singularidade. O que vale dizer é que crianças e adolescentes se inserem no mundo, atuam nele e falam sobre ele, em acordo com o tempo e o espaço no qual vivem.

3.1.4. Políticas compensatórias

O excluído do mercado de trabalho e que busca alternativas na catação do lixo, muitas vezes, se organiza em associações e cooperativas, recebendo, em geral, auxílio de políticas compensatórias. Entretanto muitas são as significações originadas deste contexto e que podem influenciar a auto-estima desses indivíduos que, embora excluídos, tentam resistir à própria exclusão. Claro está que os catadores de lixo e suas famílias quando em processo de organização e recebendo auxílio por meio das políticas compensatórias ainda não podem ser considerados integrados e nem podem resistir aos efeitos da estigmatização – que de fato é muito forte. Entretanto o sentido desse tipo de organização, para esses indivíduos, é o de re-encontrar uma forma de dignidade e o controle do seu próprio destino. Neste sentido, precisam eles escapar das armadilhas e dos efeitos perversos das políticas sociais. Particularmente, daquelas com caráter assistencialistas e/ou autoritárias. O problema não é simples, mas a integração desses indivíduos só pode se revelar no território de direitos. Isto é, quando puderem de fato re-elaborar novas formas de laço social, dispensar as ajudas que lhes foram concedidas pelas políticas compensatórias e elaborar seus próprios projetos quebrando o *jogo* de um destino social imposto pelo modelo econômico.

A questão das políticas compensatórias tem sentido de uma inquietação e são muito importantes, porém elas não integram o indivíduo, apenas o inclui provisoriamente e lhe promete outro futuro possível. Em outros termos, quando se observam as zonas de delimitação do social percebe-se que as políticas compensatórias são inclusivas, mas não conseguem integrar o indivíduo na zona de cidadania ampliada. Essas zonas de delimitação do social aparecem, segundo Robert Castel, distribuídas em *zona de integração* na qual se inserem aqueles que têm um trabalho regular e suportes de socialidade fechados, *zona de vulnerabilidade* na qual estão aqueles que não têm um trabalho regular e, finalmente, a *zona de exclusão* na qual alguns vulneráveis são jogados. Entretanto há uma outra zona que deve ser transitória e onde estão aqueles atendi-

¹⁰ KEIL, Ivete. Capitalismo, ordem social e exclusão: por uma discussão de teorias. In. Reiventando a sociedade na América Latina. (org. Marcelo Baquero). Porto Alegre: UFRGS, 2001.

dos por políticas compensatórias.¹⁰ O grande desafio que se configura é, portanto, colocar na zona de integração os já incluídos pelas políticas compensatórias. Isto significa dar início a um *novo começo* de direitos e de cidadania como aposta possível de superação da tragédia social brasileira. Incluir e não integrar apenas organiza o espaço da dominação. Integração aqui se refere ao empoderamento dos sujeitos. A integração (sem o vício histórico que carrega) corresponde a um campo de forças com subjetividades em relação umas com as outras, isto é, intersubjetividades, desmontando as naturalizações produzidas pelas lógicas totalitárias e acenando para outros mundos possíveis, mundos que valham a pena de serem vividos.

O que se coloca em questão é que as políticas compensatórias não podem operar permanentemente. Elas devem agir como rupturas provisórias, potencialmente instituintes de outras formas de relação com o mundo, de outros modos de representação, isto é, outro olhar, outra escuta, outros afetos. Afetos aqui significam modos positivos de afetar e de ser afetado – tendo em vista, a lógica dos direitos. Este é o grande desafio lançado àqueles que se interessam pela construção de novas práticas sociais, tendo como ponto de partida as políticas compensatórias.

3.2. Considerações metodológicas

Apresentam-se aqui as considerações metodológicas que nortearam a pesquisa, mais especificamente, apresenta o trabalho de campo, as áreas pesquisadas e os sujeitos-informantes.

3.2.1. O trabalho de campo

O caminho metodológico adotado pela pesquisa para pensar a questão das crianças e adolescentes, filhos de catadores de lixo (materiais recicláveis), envolvidos no PETI, se sustenta no *“princípio de dessubstantivação”* proposto por Duarte, em 1986.¹¹ Permitindo, assim, um certo descolamento entre os dados que se mostram imediatamente ao pesquisador e as ferramentas analíticas que ele utiliza. Em verdade, a idéia é *“dessubstantivar”* conceitos como a cultura, o social, a identidade, a exclusão, de um lado, para dar conta das semelhanças e diferenças que se entrecruzam e, por outro, para permitir que se encontre a articulação de sentidos que organiza os diferentes discursos e práticas sociais. É importante que se observe que este procedimento permite a compreensão do conjunto nas suas mais sutis articulações, daquilo que se está pesquisando.

A partir dessas considerações, torna-se mais fácil compreender o próprio objeto da pesquisa que tem como eixo central a concepção de criança e de adolescente no universo do lixo. Esta abordagem permite a exploração do lugar no qual essa configuração é tecida, mas, sobretudo, permite a exploração de seus modos possíveis de atualização em confronto com outras configurações.

Outro ponto essencial na perspectiva metodológica é não se perder de vista que a sociedade brasileira está constituída de classes sociais, entretanto, há nela um forte sentido relacional. As classes sociais, como aponta o trabalho de Thompson, são o resultado de experiências históricas de ordem econômica, social, política e cultural, intimamente articuladas.¹² Nesse mesmo fio, Duarte observa que trabalhar com o conceito de classes trabalhadoras implica em fazer funcionar um determinado nível de *“substantivação/dessubstantivação”*, a partir do qual é possível observar significados com os quais (para essa pesquisa) os catadores de lixo se identificam. Isso significa dizer que a construção social das crianças e dos adolescentes, filhos de catadores de lixo, envolvidos no PETI, está vinculada com o próprio processo de exclusão dos seus pais do universo formal de trabalho, isto é, historicamente há uma construção do excluído no jogo trabalhador/não trabalhador. O eixo do trabalho é essencial como valor na construção desses sujeitos catadores de lixo, uma vez que é, justamente, o fato de não terem um trabalho formal que se configura como o primeiro ponto que os define como não cidadãos.

Nesta perspectiva, pesquisar crianças e adolescentes que trabalhavam com seus pais como catadores de lixo e, neste momento se envolvem com o PETI significa por em evidência a passagem de uma fase na qual eles trabalhavam para outra, em que eles entram para o Programa. Portanto são momentos de uma trajetória onde se dá a (re) transformação de uma criança ou adolescente trabalhador em uma criança ou adolescente estudante, uma vez que o Programa exige a contrapartida do estudo pela bolsa, havendo, então, deslocamentos e rearticulações simbólicas nas posições sociais de cada um deles. Em outros termos, estar no PETI significa que valores são reafirmados, relativizados ou negados, mesmo sendo (e talvez por isso) a construção social dessas crianças e adolescentes ainda fortemente influenciada pelo universo do lixo.

Todas essas questões movimentam e definem a própria pesquisa e o tipo de trabalho de campo. Optou-se por pesquisar, em 2004, crianças e adolescentes inseridos no PETI em diferentes contextos: escola, jornada ampliada e residência, observando tanto as negociações quanto o jogo de papéis que foram sendo produzidos. O trabalho de campo privilegiou em cada uma das cinco cidades a escolha de quatro crianças e adolescentes, dois pais, dois professores e dois monitores. A mesma criança ou adolescente foi encontrada mais de uma vez. Além das observações foram realizadas muitas horas de conversas gravadas e outras, que mesmo sem o gravador, tinham o caráter formal da relação entre pesquisador e pesquisado. Houve também observações e entrevistas com sujeitos-informantes casuais. Entre eles também se encontram os envolvidos na organização/coordenação do Programa como totalidade ou de algum setor específico. Foram utilizados eixos temáticos, por um lado, para padronizar as observações e entrevistas, por outro, por este instrumento apresentar uma certa flexibilidade

11 DUARTE, Luís Fernando Dias. Da vida nervosa das classes trabalhadoras urbanas. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

12 THOMPSON. A formação da classe operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

possibilitando ajustes de acordo com as necessidades do próprio sujeito-informante. Os eixos temáticos estavam referidos em torno do trabalho, da família, da escola, da jornada ampliada, das relações intersubjetivas, entre outros, explorando as referências cognitivas e valorativas pelas quais os dramas de cada criança e adolescente pesquisado se desenrolam.

3.2.2. Áreas estudadas

Embora haja outros trabalhos significativos, foram cinco as áreas pesquisadas na tentativa de abranger as cinco regiões do Brasil, privilegiando trabalhos considerados emblemáticos. A pesquisa concentrou-se nas cidades de Belém, Brasília, Olinda, Porto Alegre e São Bernardo do Campo. Cada um dos trabalhos apresenta características específicas de acordo com seus problemas e variações culturais possibilitando desse modo uma reflexão mais ampla do próprio Programa. Os trabalhos pesquisados se inserem, de alguma forma, nos objetivos do Fórum Nacional Lixo e Cidadania.

CARACTERÍSTICAS DA EXPERIÊNCIA EM BELÉM (ESTADO DO PARÁ)

Na perspectiva de trabalho e geração de renda o que foi visto em Belém, grosso modo, aparece constituído por uma organização (associação ou cooperativa) de catadores de lixo. Infelizmente, a pesquisadora não teve acesso às informações necessárias para compreender o processo que se desenrola nesta área, pois nenhuma pessoa diretamente ligada à organização dos catadores de lixo pode ou quis lhe conceder entrevista. Do mesmo modo, não lhe foi permitido visitar o aterro sanitário. Aqui convém dizer que, embora a pesquisa não tenha tido como objetivo analisar as organizações dos catadores de lixo, o seu conhecimento possibilita maior compreensão do universo simbólico no qual se inserem os sujeitos pesquisados. Além do mais, foi dito por sujeitos-informantes casuais que crianças e adolescentes continuam a catar lixo no aterro sanitário.

O trabalho de pesquisa foi realizado nas férias escolares, razão pela qual não foram feitas observações na escola. Entretanto, dois professores foram entrevistados. O que o estudo oferece, nesta área, é uma boa compreensão das famílias, da jornada ampliada e, sobretudo, das crianças e dos adolescentes pesquisados. A jornada ampliada pesquisada se desenvolvia no Projeto *Semente do Amanhã*. Pode-se considerar que a Prefeitura e o UNICEF, em termos da jornada ampliada, desenvolvem um interessante trabalho, sobretudo, nas oficinas pedagógicas. Digase de passagem, a maioria dos pais e mães pesquisados tem consciência do valor que essas oficinas têm na vida de seus filhos.

O Projeto *Semente do Amanhã* envolve políticas de educação, saúde, assistência social, saneamento ambiental e cultura, visando prevenir a exploração do trabalho infan-

til, na catação de lixo do Aterro Sanitário de Aurá, município de Belém.

CARACTERÍSTICAS DA EXPERIÊNCIA EM BRASÍLIA (DISTRITO FEDERAL)

Em Brasília, em termos de trabalho e geração de renda, a Estrutural, área pesquisada, está em plena organização, isto é, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, MNMMR, junto com alguns catadores, está coordenando a organização de uma cooperativa (COTRAP). Embora ainda não acabado, o trabalho que está sendo desenvolvido já colhe alguns frutos na perspectiva da cidadania. Um bom exemplo é a vinculação que fazem os pais do Programa PETI com a idéia de direitos. É interessante porque este trabalho se iniciou a pedido de um adolescente, para atender os próprios adolescentes. O pessoal do MNMMR iniciou "*montando um circo onde várias atividades foram desenvolvidas*". O trabalho avançou muito e do esquema lúdico inicial atendendo crianças e adolescentes expandiu-se e, hoje, a comunidade está em plena organização de uma cooperativa. Em termos de escola e jornada ampliada, a pesquisa foi realizada na Escola classe 02 do Guará e no Centro de Estudo Fundamental Guará 4 e no Cose 1, onde se desenvolve a jornada ampliada.

CARACTERÍSTICAS DA EXPERIÊNCIA EM OLINDA (ESTADO DE PERNAMBUCO)

O lixão de Águas de São Pedro foi transformado em aterro sanitário, acabando-se assim com a deposição desordenada do lixo. Embora o problema não tenha sido realmente solucionado, existem alguns projetos sendo desenvolvidos nessa área. Um deles é o da Associação dos Recicladores, ainda em fase de organização. Os associados catam lixo no aterro sanitário e o vendem em conjunto para os sucateiros. Segundo alguns sujeitos-informantes ligados à Cooperativa, "*trata-se de uma re-organização*", pois já houve uma tentativa anterior. Outro projeto que aí se desenvolve está ligado ao trabalho social tendo em vista as famílias, crianças e adolescentes beneficiados com bolsa PETI. Entretanto, muitas famílias continuam morando em áreas próximas ao aterro e crianças e adolescentes continuam catando lixo em Águas de São Pedro. Vê-se, pois, que esta é uma difícil questão a ser resolvida.

A rigor a pesquisa se desenvolveu em vários espaços. Um deles foi a Escola Estadual Diana Clarke Xavier, a Escola Municipal Cruzada Ação Santa Luzia e, por último, o Dom Bosco local onde, neste período, estava se desenvolvendo a jornada ampliada.

CARACTERÍSTICAS DA EXPERIÊNCIA EM PORTO ALEGRE (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL)

Porto Alegre não tem mais "*lixão*" e a coleta seletiva realizada pela Prefeitura facilita o trabalho dos catadores

que recolhem o material reciclável nas ruas e/ou recebem do caminhão de recolhimento no próprio galpão da cooperativa. Essa cooperativa, como em outras regiões visitadas, ainda está em fase de organização. Trabalhou-se com crianças e adolescentes, pais e mães, monitores e professores ligados à Vila dos Papeleiros. Esta Vila tem saneamento básico como em geral as vilas populares da cidade. Mas, as condições das moradias são extremamente precárias. Precariedade agravada por um grande incêndio que houve no local. Todos os sujeitos-informantes destacam o episódio do incêndio como um dos mais, senão o mais grave transtorno de suas vidas.

A pesquisa se desenvolveu na própria vila, mas também no Instituto Divina Providência, onde se desenvolve a jornada ampliada e na escola Camila Furtado Alves, onde estavam as crianças e os adolescentes pesquisados.

CARACTERÍSTICAS DA EXPERIÊNCIA EM SÃO BERNARDO DO CAMPO (ESTADO DE SÃO PAULO)

São Bernardo do Campo desenvolve o Projeto *Lixo e Cidadania*, consistindo numa das estratégias presididas pelo Fórum Lixo e Cidadania. Desenvolvendo um conjunto de ações com vistas à plena resolução dos problemas sociais e ambientais que envolvem o lixão do Alvarenga. O objetivo central é a erradicação do trabalho infantil e está sendo tratado nas suas múltiplas dimensões: social, ambiental, educativa, econômica e política. O Projeto tem a grande vantagem de poder articular dinâmicas de integração intersecretarial e intersetorial. Assim consegue atuar em vários e importantes pontos: recuperação ambiental da área, trabalho e geração de renda, educação, moradia para os catadores de lixo (materiais recicláveis) e suas famílias. Neste Projeto a sociedade está totalmente mobilizada.

Em termos de trabalho e geração de renda São Bernardo do Campo (com seus dois Centros ecológicos) apresenta uma realidade extremamente diferente das outras realidades encontradas. Como o aterro sanitário estava numa área de mananciais houve um trabalho efetivo para o seu fechamento, re-orientando os catadores num trabalho organizado de geração de renda e ações sócioeducativas. De fato, pode-se identificar os inúmeros resultados positivos no Projeto que está sendo desenvolvido. Entre os locais onde a pesquisa foi realizada está a escola Emebi Edson Dolto.

Convém informar que a pesquisadora trabalhou nos lugares onde estavam as crianças e os adolescentes. Em algumas cidades eles freqüentavam a mesma escola e/ou jornada ampliada, mas sempre em turnos distintos. Conversou-se com pais e mães nas cooperativas ou associações e na própria residência. Os diálogos com os professores ocorreram na escola em que os mesmos trabalhavam e com os monitores no local da jornada ampliada. Com outros envolvidos os encontros ocorreram em locais diversos.

A rigor a pesquisa se desenvolveu de modo positivo. Com exceção da coordenação de uma das jornadas ampliadas na qual a pesquisa se desenvolveu, o acolhimento dos coordenadores foi extremamente contributivo e fundamental, constituindo-se, muitas vezes, importantes zonas de diálogos como, por exemplo, em São Bernardo do Campo. Fundamental foi também o apoio e a cooperação por parte de alguns órgãos como o UNICEF, em especial em Belém, e o MNMMR, em Brasília – DF.

3.2.3. Os sujeitos-informantes

O trabalho de campo fez parte de um longo processo de escuta que tomou corpo na relação entre a pesquisadora e os sujeitos-informantes porque constituído por pesquisa qualitativa. As alternativas escolhidas para o trabalho foram diálogos, entrevistas e observações que giraram em torno de eixos temáticos. Dessa forma os dados que se trabalha aqui são provenientes de anotações de observações e conversas com pessoas que se dispuseram a informar. O que está escrito é parte da vida social.

O contato com os sujeitos-informantes foi iniciado a partir do UNICEF e apoios locais. Em cada região foram pesquisadas quatro crianças e adolescentes inseridos no Programa PETI e que, anteriormente, trabalhavam como catadoras de lixo. O trabalho de campo passou, quase todo, entre a escola, a jornada ampliada e a residência das crianças e dos adolescentes informantes. Crianças e adolescentes entre 10 a 14 anos de idade. Respeitou-se uma divisão por gênero, portanto, pesquisou-se duas crianças e dois adolescentes do sexo masculino e duas crianças e dois adolescentes do sexo feminino. Em cada região, foram pesquisados dois pais (pai e/ou mãe), dois professores, dois monitores da jornada ampliada, todos relacionados com as crianças e os adolescentes pesquisados. Ao todo foram pesquisadas vinte crianças e adolescentes, dez pais, dez professores e dez monitores. Na apresentação dos dados empíricos os nomes dos sujeitos-informantes serão substituídos por outros para preservar a identidade daquele que informa. Essa atitude foi acordada no momento em que se estabelecia o contrato de pesquisa. Entretanto algumas vezes aparece o nome verdadeiro, mas isso será informado.

Todas as trajetórias de vida dessas pessoas estavam ligadas, no momento da pesquisa, além de outras violações, com a questão da exclusão econômica. Todos têm clareza da violação de direitos que sofrem e todos têm desejos de mudança no quadro em que vivem, mas raramente acreditam na sua concretização. A visão de futuro entre eles é em geral negativa. Alguns sonham em melhorar de vida para poder deixar o lugar onde moram e o trabalho de catação de lixo que fazem, mas não pensam que isso seja possível. Não há entre a maioria dos adolescentes e dos adultos pesquisados, projetos concretos de ascensão social. Ao contrário, a maioria dos entrevistados (com exceção das crianças) expressa a idéia de que há entre eles um “*descenso*” social. Isso se explica porque alguns desses catadores de lixo já foram empregados com salário e posição mais altos. Entre eles se encontra camelô,

auxiliar de enfermagem, manicura, mecânico, pedreiro, passadeira... Muitos se sentem fracassados e desmoralizados por estarem nessa situação e não negam o poder de contaminação moral que existe. Há uma certa tensão entre o próximo e o distante, marcando, por um lado, a idéia de que anteriormente suas vidas eram melhores, por outro, que entre eles existem hierarquias morais e de civilidade. Isto significa que existem linhas demarcatórias entre *alguns* e os *outros*. A questão da violência é uma dessas linhas.

*“A gente aqui é muito violenta. Os homens bebem e saem batendo em todo o mundo. Não dá pra sair a noite sozinho. Meu pai não deixa nem eu e nem meus irmãos brincar na rua”.*¹³

Em verdade, fronteiras delimitam toda a existência dos catadores de lixo. Na escola eles são os *outros* violentos e sujos, na jornada ampliada os *outros* que precisam de ajuda, na rua os *outros* que vivem do resto, entre eles estão presentes os *outros*, bandidos, marginais, bêbados, vagabundos. Ou seja, o espaço da vida pública local encontra-se entrecortado por acusações morais.

Essas questões aparecem também na fala de outros sujeitos-informantes, isto é, dos pesquisados casuais. Além dos diálogos e entrevistas, foram feitas observações na escola e sala de aula e também na jornada ampliada, observando-se a recorrência do tema. A homogeneização que se realiza pela miserabilidade econômica (que produz tantas outras) condiciona o modo pelo qual os catadores de lixo percebem suas vidas, comparando-as com as vidas de seu oposto: os ricos. Com efeito, há entre eles muitas experiências comuns, que, sob perspectivas diversas, mas correlatas, os colocam na categoria de excluídos. Os depoimentos de todas as crianças e adolescentes pesquisados exemplificam isso quando dizem que gostariam que *“seus pais tivessem outro tipo de trabalho”* e que o seu maior desejo é *“morar em outro lugar, longe do lixo e numa casa melhor e mais grande”*.

O local onde habitam os catadores de lixo é de fato extremamente pobre: barracos excessivamente pequenos, insalubres, absolutamente próximos uns dos outros, expondo a violação de direitos a que essa população está condenada. Em algumas comunidades, alguns tentam preservar uma certa privacidade construindo cercas, muros e portões e, não raro, trancados com chaves e cadeados, mas a maioria não dispõe de recursos financeiros *“para sofisticções”*. Seu João é claro em dizer que:

*“é muito difícil morar assim em barraco um do lado do outro (...) ninguém respeita ninguém. A gente até se dá porque na miséria ninguém pode ficar sozinho. Me resguardo um pouco ficando só dentro de casa quando venho do trabalho. Nem as crianças eu deixo brincar na rua. A rua aqui tem muita violência”.*¹⁴

É comum se observar durante o dia, grupos de homens conversando e bebendo nos pequenos comércios locais. Entretanto os catadores de lixo, homens e mulheres, em geral, trabalham grande parte do dia na catação e na própria associação enquanto, pelo menos teoricamente, seus filhos estão na escola e na jornada ampliada. É nesse contexto que as suas subjetividades são produzidas.

Uma coisa é certa, regras locais são produzidas em consonância com os valores centrais do grupo, servindo para os articular, mesmo que, em muitas ocasiões, essas regras estejam dissociadas da rede burocrática organizacional externa. Tudo isso dá um colorido singular que de uma certa forma *desdramatiza* o cotidiano vivido nas comunidades de catadores de lixo. Possivelmente, o dentro e o fora produzem alguns impactos. Ou seja, as regras externas formais que são próprias das associações ou cooperativas e que estão sendo instituídas no contexto dos catadores, muitas vezes, precisam ser melhores entendidas e assimiladas.

A reunião da COTRAP, em Brasília, é exemplar neste sentido. Havia sido marcada uma reunião da diretoria com agentes externos (a coordenação do MNMMR juntamente com alguns catadores está organizando a cooperativa). Entretanto nem todos os membros da diretoria compareceram e os que ali estavam teciam uma série de comentários, denúncias e queixas. Um desses comentários mostrava irregularidades na papelada de prestação de contas: compras sem nota fiscal, pagamentos sem recibos, motorista do caminhão mantido como empregado e não associado da cooperativa e benefícios particulares. De fato, pelo que se pode ver é preciso um ajuste entre a cultura organizacional dos catadores e a cultura organizacional externa. Em São Bernardo esse problema parece estar resolvido através de cursos ofertados à cooperativa (desde conhecimento do material reciclável até o conhecimento de questões jurídicas).

É importante insistir que nas regiões pesquisadas os catadores de lixo já organizados ou em vias de organiza-

¹³ Maria, 12 anos, entrevistada em Olinda.

¹⁴ Conservou-se o nome verdadeiro do sujeito que informa.

ção estão em melhores condições do que os catadores que ainda estão trabalhando individualmente. As organizações de catadores de lixo lhes dão um reconhecimento social muito positivo. Sob este aspecto a entrevista com a Sra. Francisca, presidente do Centro de Ecologia (cooperativa dos catadores) de São Bernardo, é elucidativa:

Dona Francisca:

"a gente começou assim, a gente veio do lixão do Alvarenga, lá os nossos filhos não estudavam e ficavam soltos pela rua. A gente era discriminada pela população, porque morávamos em favelas. Nós trabalhávamos no lixão e as crianças também. Todas as empresas e condomínios jogavam o lixo lá, aí nós catávamos o que se podia e vendia para o sucateiro e eles sempre exploram. O dinheiro que se ganhava não dava nem para comer. Nós fazíamos por pura necessidade. Se trabalhava de qualquer jeito, no sol, na chuva, não se tinha material de segurança, nem luvas. Nós não tínhamos conhecimento nenhum de que aquilo prejudicava a saúde. Não sabíamos que estávamos correndo risco. As crianças se queimavam, porque lá tinha muita química que as empresas jogavam e as coisas explodiam sozinhas".¹⁵

Pesquisadora:

"como vocês eram discriminados?"

Dona Francisca:

"nós tentávamos vagas na escola para os nossos filhos e não conseguíamos. A gente ia falar com

a diretora e ela dizia que não tinha vaga. As pessoas nos maltratavam muito. Eu ia pedir um emprego, pediam o meu endereço eu dava e eles diziam que a vaga já estava preenchida. Ai depois a Prefeitura junto com o meio ambiente nos procuraram para dar cursos para nós aprender a ter renda para sobreviver".

Pesquisadora:

"o vocês aprenderam nos cursos?"

Dona Francisca:

"desde ler, pintar até administrar. Com certeza hoje eu estou bem melhor, quando cheguei aqui eu não sabia tirar nem uma nota e agora eu sei administrar qualquer empresa, dentro daquilo que eu aprendi, é claro. Eu tive curso de logística, de contador, quer dizer eu cresci muito aqui dentro, eu nunca pensei na minha vida que eu ia conseguir dignidade dentro da vida que eu levava".

Embora não se tenha analisado as organizações (cooperativas e associações) em si, é fundamental destacar sua importância como possibilidade de trabalho e geração de renda. Sabe-se que o sucesso do PETI depende do sucesso dessas organizações e das ações sócio-educativas, uma vez que essa é a base e possibilidade para a invenção de novos modos de viver, porquanto se refere à superação da pobreza extrema e à luta por direitos e cidadania.

3.2.4. As famílias. Características e organização econômica

Este texto apresenta algumas características das famílias pesquisadas, nas cinco regiões visitadas. Seu objetivo é o de contextualizar a vida das crianças e dos adolescentes.

¹⁵ Conservou-se o nome verdadeiro e a função do sujeito que informa.

Na sociedade brasileira, a família apresenta-se como uma das instituições mais significativas da ordem social, havendo uma definição da realidade familiar que passa a ser vista como um padrão ideal (ou norma) de família. Ou seja, é instituído um modelo de família que passa a ser identificado com a própria família, nela há um corpo de conhecimentos que fornece as regras institucionalmente aceitas. Sob esta perspectiva, são definidos os papéis do homem, da mulher, das crianças e adolescentes. As normas são juízos, juízos de dever ser. Portanto a norma é um pensamento de conduta. Neste sentido, o trabalho entra como norma e é o eixo em torno do qual se constroem as identidades. Com efeito, a família e o trabalho são dois pontos fundamentais na vida brasileira e não é diferente entre as famílias pesquisadas. Estes são dois pontos em torno do qual elas se definem. Primeiramente porque elas estão excluídas do mercado formal de trabalho e isso traz uma marca material e simbólica. São catadores de lixo. Alguns vieram do interior tentar a sorte na cidade grande, outros entraram no universo do lixo como única opção face ao desemprego. Entre eles encontram-se: barbeiros, costureiras, operários e outros profissionais. São pessoas que nessa altura vivem graves conseqüências de violação de direitos. Têm como destino a pobreza desmesurada que desenha a tragédia social no Brasil. É em família que essas pessoas vivem do lixo como recurso último de sobrevivência. Portanto a família é uma marca em suas vidas. Elas seguem a concepção legitimada da sociedade a respeito da família tanto tendo o homem ou a mulher como chefe.

Essas famílias estão sendo atendidas pelo PETI. De modo geral, estão elas excluídas do mercado formal de trabalho e todas, de modo distinto e segundo problemas regionais e particulares, participam do mesmo universo de miserabilidade e exclusão. O fato é que essas famílias vivem no paradoxo de uma democracia que se quer consolidada, dizendo-se aberta ao reconhecimento formal de direitos sociais e civis e que, ao mesmo tempo, consegue conviver com a violência, com a violação de direitos e com a incivilidade nas relações sociais. Essas famílias vivem num sistema de desigualdades profundas e são fortemente discriminadas. É com essa bagagem de experiências que participam do PETI e tentam, de alguma maneira, reequilibrar-se. Não que elas tenham perdido o peso discriminatório ou que tenham seus direitos respeitados, mas porque a proposta do Programa para as famílias abrange uma perspectiva sócio-educativa e outra de geração de trabalho e renda.

Neste sentido, embora o trabalho de cada região se apresente em níveis distintos de organização, na perspectiva de geração de trabalho e renda, alguma coisa entre as famílias está, segundo elas próprias, notadamente se modificando, positiva ou negativamente. Entre as questões positivas, o que mais aparece, sobretudo em São Bernardo onde a proposta apresenta-se com mais potencial emancipador, encontra-se a idéia de que a organização coletiva do trabalho está possibilitando uma certa melhoria na qualidade de vida. Para se ter um exemplo: os catadores do Centro Ecológico pagam INSS. Essa participação no sistema de previdência social se traduz,

para eles, como ação de cidadania. Pagando o INSS eles se sentem inseridos na burocracia estatal e, portanto, no Estado. Tendo desse modo uma existência jurídica definida. O mesmo ocorre em relação ao pagamento da luz. Alguns registraram orgulhosos em seus depoimentos que estando no Programa podem pagar a luz e dispensar os *gatos* (ligações clandestinas). Entretanto não se sentem cidadãos completos por não terem conquistado ainda a casa própria. Embora localizada em espaços de segregação a casa própria configura-se como espaço simbólico de pertencimento.

Não cabe nesta pesquisa qualquer análise a respeito das atividades de trabalho e geração de renda das áreas visitadas, razão pela qual somente foram tecidos pequenos comentários com o intuito de evidenciar o aumento da auto-estima das famílias face à nova situação e a importância disso no processo de socialização das crianças e adolescentes. Claro está que nos grupos onde as ações sócio-educativas e as atividades de trabalho e geração de renda estão mais bem organizadas, as famílias pesquisadas redimensionam seu universo de referências, mostrando-se mais receptivas aos estudos dos filhos e à proibição do trabalho infantil e quanto menos organizados estão tanto mais dificuldades parecem ter em relação a essas questões. Ao cabo e ao resto, o Programa quando bem orientado se mostra efetivamente capaz de criar condições tanto para a melhoria da realidade econômica quanto para mudanças culturais positivas.

Entretanto algumas imposições do PETI são sutilmente criticadas pelas famílias pesquisadas. Talvez a que mais cause transtornos e que produz uma certa rivalidade entre alguns pais e mães pesquisados e seus filhos, por um lado, é o fato da própria circunstância do trabalho/escola, ou seja, por uma decisão que não é dos pais, as crianças e os adolescentes trabalham menos do que antes o faziam e ficam mais tempo fora de casa, por outro lado, o fato da criança e/ou o adolescente ser o foco da bolsa e tornar-se um dos provedores, senão o próprio provedor da casa poderia trazer alguns transtornos, porquanto, é a sua freqüência na escola que garante o recebimento do auxílio, quebrando uma regra básica da cultura popular. Todavia, entre os pais e as mães pesquisados, somente uma mãe queixou-se que o filho ao entrar para o Programa tornou-se mais rebelde, mais "*dono de si*". Evidentemente, para alguns o filho provedor desmoraliza a função cultural dos pais diante deles mesmos e dos outros. Isso é significativo, uma vez que há entre os pais e mães pesquisados e a própria família e/ou vizinhos relações muito entrelaçadas. Em verdade, para algumas famílias, isso não é um problema recente, pois seus filhos já contribuía com seu trabalho no orçamento doméstico. Também não é recente o papel da mulher como participante ou responsável pelo orçamento doméstico. Entretanto o fato de ser ela a figura central na mediação PETI/criança e adolescente (ela recebe o dinheiro da bolsa e é responsável pela freqüência da criança e adolescente na escola) desloca o seu lugar subalterno face ao masculino. Em alguns casos, isso pode produzir uma tensão ou mudança nos parâmetros culturais.

Predomina, entre os sujeitos-informantes, a família nuclear. A média de filhos varia em torno de quatro por família. Famílias monoparentais, entre eles, não são muito frequentes. Nos poucos exemplos encontrados a mulher assume o papel de chefe da família, sendo ela responsável pelo atendimento dos filhos. Também foram encontradas relativamente poucas famílias extensas. Elas localizavam-se, sobretudo, entre as famílias que vieram de regiões do Nordeste (Bahia, Pernambuco, Ceará). Seja qual for o modelo de família, ela se constitui como elemento essencial para a sobrevivência desses grupos sendo, extremamente significativa. Por mais que se fale em crise, a família persiste. Giddens tem razão quando afirma que a *“família é um local para as lutas entre tradição e modernidade, mas também uma metáfora para elas”*.¹⁶ Talvez seja justamente por essa razão que persista.

Nem todas as famílias pesquisadas, nas cinco regiões visitadas, estão na mesma condição. A maioria delas está em péssima situação: moradias precárias, serviço de saneamento básico inadequado (água, esgoto e coleta de lixo). Em Porto Alegre há saneamento básico na comunidade pesquisada. Entretanto todas as famílias, sem exceção, revelam o grande projeto da casa própria ou, pelo menos, o projeto de terem eles condições menos precárias de moradia. Com efeito, onde estão os catadores de lixo é onde injustiças sociais e violações de direitos se mostram com toda a crueldade. Os marcos concretos da exclusão estão espalhados em todos os cantos: na fome, na moradia, na violência... A vida dos catadores de lixo é gravemente precária.

Precariedade que se mostra também no nível de escolarização dos pais. A maioria das mães e pais pesquisados é analfabeta ou semi-analfabeta. Alguns estão no curso de alfabetização promovido pelas próprias organizações (associação ou cooperativa) em parcerias com outros atores, outros se desculpam dizendo-se *“velhos demais”* para voltar aos bancos escolares ou que *“voltarão aos estudos no próximo ano”*. Mas todos os pesquisados concordam que devem apreender a ter um *“olhar mais parecido”* em relação ao trabalho. Afirmam isso porque nas cinco regiões visitadas, embora de modo distinto, todos eles estão se organizando em associações ou cooperativas e aprendendo ou tentando aprender (alguns com muito esforço) a trabalhar coletivamente. Neste sentido, a inserção das famílias no Programa, ainda que não seja o ideal em termos de direitos, já apresenta frutos no que tange a melhoria nas condições de vida. Entretanto essa dimensão do PETI deve ser mais bem analisada, porquanto, por um lado, alguns trabalhadores parecem apresentar graves problemas, por outro, pelo menos em alguns trabalhos, se observa grande subalternidade dos catadores em relação aos agentes diretos e indiretos do PETI, fugindo ao objetivo de empoderamento das famílias.

Seja como for, a perspectiva econômica dos pais e mães pesquisados, nas cinco regiões visitadas, se diferencia dos catadores de lixo não organizados, mas, também, se diferencia entre si. Os catadores não organizados vendem o material coletado aos atravessadores a preços extrema-

mente baixos. Quando organizados em associações ou cooperativas ainda vendem para o atravessador, *sucateiro*, mas por um preço mais alto e com menor margem de riscos. Entretanto alguns catadores precisam do dinheiro imediato razão pela qual preferem vender para o atravessador. Ou seja, a urgência do dinheiro e a associação e/ou cooperativa sem dispor de capital de giro, obriga muitos catadores a vender individualmente o material reciclável mesmo que por menor preço e com maiores riscos. Em verdade, o mercado da reciclagem é promissor, mas para que as cooperativas e/ou associações dos catadores possam se desenvolver elas precisam, além do capital de giro, conhecer a engrenagem comercial, elevar os volumes e otimizar a entrega. Caso contrário, as cooperativas e/ou associações dos catadores submetem-se aos outros empreendedores do setor lhes vendendo os materiais recicláveis por preços inferiores ao que poderiam obter.

Um catador pode juntar 150 a 200 quilos de material por dia. Separam o material e vendem. Não tendo dinheiro para comprar o material de proteção o catador autônomo, isto é, não inserido em associações ou cooperativas, trabalha com maior risco. O Sr. José Fernando, contratado da Associação de Olinda observa que a *“Associação dá muitos benefícios. Não só no preço do material, mas também em treinamentos”*. Seu Antonio, entrevistado em Porto Alegre, está *convencido* de que as associações são a única forma de inclusão para os catadores de lixo, pois *“a gente está buscando a nossa cidadania com a associação, quer dizer que no momento que a gente se organiza, todo o cidadão que se organiza, mesmo sem ele saber, ele está buscando os direitos que ele tem e nem sabe”*.¹⁷ Segundo ele, *“muita gente desempregada se equilibra (financeiramente) aqui. Não tem mais alternativa vem para cá. Tem muitos que começam a cata, mas arranjam um emprego e saem”*.

Outras questões poderiam ser aqui ponderadas, determinando aspectos que também caracterizam as famílias pesquisadas, mas a importância para este relatório reside, justamente, no que foi levantado. No registro dos depoimentos a tensão entre ter trabalho e não tê-lo é central, exigindo explicações do que, afinal, resume suas vidas como catadores de materiais recicláveis. Com efeito, no encontro com as famílias, observou-se que o trabalho constitui-se no foco simbólico central que sintetiza vários significados, envolvendo a construção de subjetividades específicas. O trabalho no lixo adquire uma nova concepção quando organizado em associações e/ou cooperativas, atualizando a concepção homem (mulher)/trabalhador em oposição ao *“se virar”* próprio da catação isolada. Neste sentido, as fronteiras simbólicas se modificam tanto mais a cooperativa e/ou associação está organizada, diferenciando os catadores entre si.

3.2.5. Itinerários biográficos. Rápida passagem pelo dia-a-dia no universo do lixo

Apresenta-se aqui alguns pontos na tentativa de minimamente se compreender como funciona a vida cotidiana vi-

¹⁶ GIDDENS, Anthony. *Modernidad y identidad del Yo, el Yo y la sociedad en la época contemporánea*. Buenos Aires: Alianza, 1994.

¹⁷ Conservou-se o nome verdadeiro do sujeito informante.

vida pelas crianças e adolescentes (um menino e uma menina) no universo do lixo. A trágica infância de criança catadora de lixo se mostra na vida de todos os dias e tem como pano de fundo uma realidade muito densa. Assim são as histórias de vida de Carlos e Joana.

Carlos tem 12 anos é negro e mora num pequeno barraco com sua mãe e seus cinco irmãos. Gostaria de morar em outro lugar, ir somente à escola e não ter que trabalhar como catador, enfim, sonha com uma vida melhor. Joana tem 11 anos é branca e mora com a mãe, o padrasto e seus quatro irmãos. Gosta de brincar e estudar como qualquer criança de sua idade, mas tem responsabilidades próprias dos adultos.

Ambos parecem ter uma visão dura e realista a respeito do próprio futuro. Embora de modo despolitizado, percebem seu lugar no mundo, a partir da própria experiência vivida e do olhar dos outros sobre eles. Com efeito, a população não só demonstra uma certa hostilidade, mas vive com indiferença o drama dessas crianças que como Carlos e Joana dependem do lixo.¹⁸

Fragmentos da vida de Carlos

Quinta-feira

Carlos levanta às sete horas. Na verdade é sua mãe que o chama. Diz ele: *“a mãe acorda todo mundo lá em casa. Se ela não chama não consigo acordar”*. Faz sua higiene, toma um café bebido, quando tem pão come um pedaço. Em casa nem sempre tem o que comer, por isso na maioria das vezes faz o desjejum na escola. A pesquisadora pergunta se na escola os estudantes sentam em torno de uma mesa: *“não, a gente come na sala de aula, continuando a escrever”*. Bolacha e chocolate compõem o lanche que mais gosta. Lembra que em termos de comida, esse tipo de lanche sempre foi uma lembrança agradável da infância. Mas seu prato preferido é carne com massa.

Embora atrasado, antes de ir para a escola vai até a casa vizinha dar um recado que sua mãe lhe pediu. Para ir à escola não precisa fazer uma grande caminhada, porque mora relativamente perto. Entra na sala, tira os cadernos da velha mochila, ao mesmo tempo em que conversa com um colega. Os dois riem debochando de uma garota. A professora chama atenção, dizendo-lhe que ele *“além de chegar atrasado chega perturbando”*. Carlos se defende dizendo que *“não é nada com ela (refere-se à garota). Ela é que é uma derretidinha”*. Participa muito pouco da aula e diz quase não entender os conteúdos trabalhados pela professora, *“pois neste ano (4º) tem coisa muito difícil”*. Observa que não é o único na sala de aula que tem dificuldades, mas que a professora não *“se importa muito com eles e vai tocando pra frente”*. Jamais pode falar das coisas que sabe, das coisas que aprendeu na experiência vivida com os outros catadores. Para ele, tudo é novo na escola. O que significa que sua cultura não é valorizada

pela cultura escolar. De qualquer maneira, minimamente, já sabe ler e escrever. E valoriza esse saber. A escola é importante. Além do mais, tem colegas lá; os *“mais amigos”* estão na jornada ampliada. Quando soa a sirene anunciando a saída, Carlos arruma com rapidez seus pertences e vai embora.

Depois de passar a manhã toda na escola, retorna à sua casa. Quando tem comida almoça em casa e complementa a refeição na jornada ampliada, mas quando não tem nada para comer espera para almoçar lá mesmo. Na jornada *“a comida não é muito boa e nem muito ruim. Não tem lugar para todo o mundo sentar-se à mesa, então a gente senta no chão ou come caminhando. Tem muita bagunça. Ninguém quer ficar quieto e tem uns invocadinhos que não deixam a gente comer. Os monitores ficam cuidando, mas é uma zorra (faz um paralelo com um programa humorístico)”*.

Para ir até o local onde se desenrola a jornada ampliada espera o ônibus. Como o ônibus sempre se atrasa ou mesmo não aparece, Carlos é obrigado a caminhar uma distância muito grande em pleno sol do meio-dia. Chega suado e muito cansado à jornada, encontra-se com seus colegas, também do PETI. Almoça e se engaja nas atividades. Já são 14 horas. Participa da oficina de dança. A oficina de dança recebe alguns estagiários estrangeiros. Esses estagiários comunicam as consignas das atividades para as crianças e adolescentes através de gestos, pois não sabem falar o português. A jornada parece ser improvisada, carecendo de uma organização mais sistemática. Carlos e seus colegas riem dos estrangeiros. Abandonam as atividades e vão correr no pátio. Acontece um *empurra empurra* e Carlos está no meio. O monitor dispersa o grupo. São 16 horas e as atividades se encerram. Carlos lancha para depois retornar à sua casa. O ônibus atrasa uma hora antes de chegar ao local da jornada ampliada. As crianças e os adolescentes se aborrecem, alguns ficam de brincadeira, outros vão embora a pé. Carlos sobe numa árvore salta lá de cima, corre e chega perto de um monitor. Conversa com ele. Neste momento, o ônibus aparece. Os que ainda não desistiram de esperar correm em gritaria. Sobem e o ônibus parte. Carlos vai para casa. Chegando em casa o adolescente tem algumas tarefas para fazer. Sua mãe ainda não voltou do trabalho no lixão. Ele atende os irmãos menores e faz o jantar. Neste dia cozinha macarrão. Em seguida, liga a televisão para ver a novela. Depois da novela sai para brincar com os amigos da comunidade. São 9 horas e 30 minutos, Carlos volta para casa e vai dormir.

Sábado

Carlos levanta cedo para ir à missa. Ele é evangélico e diz que *“leva a sério”* seus compromissos religiosos. Volta para casa, toma uma xícara de café preto e come algumas bolachas recolhidas no lixo e vai para o lixão com sua mãe. Ele tem bolsa PETI, mas o que ganha sua mãe, mesmo somado ao dinheiro da bolsa, é insuficiente e ele *“precisa ajudar um pouco”*. Às vezes, ao voltar da jornada ampliada, vai ao lixão e, de vez em quando, falta à escola para ir ao lixão ou

¹⁸ “Não são crianças são lixos”, diz a sociedade sobre eles, mesmo quando silencia. Valeria a pena circunscrever os segmentos da sociedade brasileira que de fato se preocupam com a violação dos direitos dessas crianças e desses adolescentes.

para cuidar dos irmãos menores. Neste sábado, ele, sua mãe e seus irmãos além de papelão e ferro, conseguiram recolher roupas e alguns brinquedos (dois carrinhos e uma bola murcha). Quando voltam para casa, as crianças lavam os brinquedos, tentam arrumar a bola e depois vão almoçar. À tarde Carlos bate uma “*peladinha*” com seus amigos da comunidade. Permanece na rua até tarde, entra para jantar (sua mãe preparou macarrão) e assiste a um programa na pequena televisão que está na sala.

Antes de estar no PETI Carlos ainda não havia saído da comunidade em que mora. Apesar de morar numa cidade marítima, nunca foi ao mar. A vida de Carlos é um movimento de ir à escola, à jornada ampliada, ajudar a mãe, brincar com os amigos. Ainda, brincar é o que ele menos faz. Mesmo assim diz ter tempo para namorar. Namora uma garota da vizinhança. Ela também frequenta o PETI. Diz que não é a primeira garota que namora, mas que ela é a mais bonita de todas e a que “*melhor sabe beijar*”.

Quando Carlos ainda não tinha a bolsa, ele catava lixo e quase não ia à escola. Seu dia era muito sacrificado. Esperava a chegada do caminhão para depois catar. É que o caminhão descarrega o lixo recolhido e, em seguida, os catadores se apressam para catar tudo o que podem num tempo mínimo. Pois a máquina que sedimenta o lixo acompanha o movimento do caminhão, a coleta é feita no pequeno intervalo entre o descarregamento do lixo e sua sedimentação. Ele conta que “*no lixão é cada um por si. Quanto mais se pega mais se ganha. Mas eu sempre ficava muito cansado, suado e sujo*”. Depois de catar o lixo tinha que separar o papel, papelão, ferro, latinha e garrafa Pet. Tudo é vendido separadamente. Carlos, como outras crianças e adolescentes catadores de lixo, trabalhava muito.

Auto-retrato

A pesquisadora pede que Carlos faça seu auto-retrato, ele então diz: “*sou normal. Meio feio e meio engraçado. Gosto de jogar futebol com meus amigos; quero ser engenheiro, mas acho que não vai dar, gosto de namorar. Não gosto daqui porque tem muita violência, mas nós não podemos morar em outro lugar*”.

Fragmentos da vida de Joana

Segunda-feira

Joana levantou cedo, escovou os dentes, tomou um banho rápido e foi para a jornada ampliada e lá fez seu desjejum. Diz “*adorar*” a jornada porque sua melhor amiga também a frequenta. As duas ficam sempre juntas e conversam “sobre tudo”. Joana diz: “*estou gostando de um garoto lá da jornada e ele está gostando de mim, quando ele me vê ele me olha e faz uma cara (refere-se a uma expressão amigável) e sorri*”. Em geral, almoça na jornada e depois vai direto para a escola. Na escola prefere não dizer que está implicada no universo do lixo. Até mesmo sua professora desconhece sua realidade. Teme ser discriminada por isso. Ao voltar da escola, como nos outros

dias, foi para a terceira jornada: arrumou a casa, a cama de todos, fez o jantar e depois lavou a louça. Depois de lavar a louça foi assistir à novela. O padraço chegou bêbado e ele e sua mãe se desentenderam e “*a mãe mandou eu e meus irmãos para a cama*”.

Sábado

Com exceção dos fins de semana, todos os dias são semelhantes. No sábado a casa fica inteiramente sob a responsabilidade de Joana. A mãe lava a roupa da família e vai à feira. O irmão mais velho fica na rua jogando bola. Os menores brincam no pequeno pátio da casa ou assistem à televisão. Joana limpou a casa, fez o almoço e depois foi na reunião da Igreja. Voltou para casa e ficou, junto com seus irmãos, assistindo televisão. Raramente Joana brinca na rua com suas amigas, pois o padraço considera a rua violenta demais para que as meninas fiquem “*soltas*”.

Joana quando não está na escola ou na jornada, é responsável pelo almoço, limpeza da casa e cuidados dos irmãos menores. Joana tem uma bolsa PETI. A jornada ampliada ocorre pela manhã e a escola à tarde. A garota é muito magra quem a olha não imagina que ela tem tantas responsabilidades. Mas é uma garota risonha. “*Feliz*”, diz ela. Joana foi catadora de lixo (materiais recicláveis) junto com seus pais. Com o recebimento da bolsa nunca mais catou, ficou responsável pelas tarefas domésticas. Seu irmão mais velho quase não a ajuda. As responsabilidades com os irmãos, com a casa determinam seu lugar na esfera do feminino.

Auto-retrato

A pesquisadora pede que Joana faça seu auto-retrato, ela então diz: “*sou bonita, gentil, limpa, feliz. Gosto de ir ao PETI porque lá é muito divertido. Fico triste quando minha mãe e meu padraço brigam. Também fico triste quando na minha casa não tem nada para comer. Quero ter dois filhos: um menino e uma menina. Vou ser manicure*”.

3.2.6. Considerações

A primeira expectativa dos pais e mães pesquisados é que as crianças e os adolescentes trabalhem. Certos atos pedagógicos na prática social se orientam nesta perspectiva, acompanhando as demandas culturais. E está presente na representação das crianças e dos adolescentes pesquisados. Ou seja, os eixos básicos de uma configuração na idéia de valores estão atravessados pela questão do trabalho. Na experiência vivida, entretanto, isso, muitas vezes, se dilui na própria multiplicidade da vida e se confronta, a todo o momento, com outras possibilidades. A cultura dos catadores de lixo (material reciclável) impõe idéias-valores de referência que serão confrontadas com outras idéias-valores das outras classes sociais. No que concerne ao trabalho, pode-se afirmar que o seu valor começa na família. Convém lembrar que a família tem um papel fundamental na criação das referências. Neste sentido, a análise das crianças e dos adolescentes aqui pesquisados não pode perder de vista a família e os valores criados por ela.

CAPÍTULO II

Resultados Empíricos

Neste segundo capítulo são apresentados alguns dos resultados obtidos durante a pesquisa de campo realizada junto às crianças e adolescentes, relacionados com o trabalho de coleta de materiais recicláveis, e suas famílias, professores e monitores, nas cinco regiões visitadas. Estas informações, por um lado, devem traduzir alguns pontos da realidade específica de cada região, por outro, mostram realidades pertinentes ao conjunto das regiões. O capítulo elide uma série de questões explicitadas no trabalho de campo com as crianças e adolescentes, com os pais e mães e, finalmente, com os professores e monitores. Ao apresentar os dados empíricos o texto apresenta alguns comentários prenunciando elementos de análise.

2.1. O QUE PENSAM AS CRIANÇAS E OS ADOLESCENTES

Este texto apresenta alguns aspectos do que eles pensam a respeito de suas famílias, da escola, da jornada ampliada, da infância, da adolescência, do trabalho, do lazer, de seus direitos; apresenta seus interesses, suas preocupações e projetos de futuro. Importa saber aqui como as crianças e adolescentes percebem o PETI e quais mudanças relevantes se efetivaram entre eles. Essas mudanças se traduzem em mudanças na produção de suas subjetividades.

Nas cinco regiões visitadas, foram pesquisadas 20 crianças e adolescentes de ambos os sexos, inseridos no PETI. Todos eles informaram que estavam trabalhando antes de entrarem para o Programa e alguns informam que, apesar de terem a bolsa, ainda trabalham na catação de lixo ou no trabalho doméstico. A maioria já freqüentava a escola, mas reconhece que o trabalho era predominante em relação à escola e isso agora mudou. Isto é, com a bolsa PETI a escola e a jornada ampliada passaram a ser priorizadas em detrimento do trabalho. Embora, muitas vezes, falem à aula ou à jornada ampliada para trabalhar. Essas faltas são em geral pouco sistemáticas. Afirmaram as crianças e adolescentes pesquisados que a vida que levam agora é melhor do que a vida que levavam anteriormente. Para os adolescentes que estão finalizando o quarto ano de PETI ou que estão atingindo os seus 15 anos de idade a situação é muito conflitante. Perguntam eles inquietos: o que fazer sem o PETI?

É importante enfatizar aqui a colaboração efetiva que as crianças e adolescentes prestaram à pesquisa. Estavam disponíveis sempre que solicitados pela pesquisadora e

suas respostas foram claras e precisas. Nenhum deles escondeu-se atrás de uma possível timidez (ou má vontade), ao contrário, houve entre eles tranquilidade e equilíbrio diante da situação de pesquisa.

2.1.1. A família

As crianças e os adolescentes pesquisados, nas cinco regiões visitadas, em geral, têm uma visão de família centrada na mãe. Isto é, a mãe é o principal eixo em torno do qual constroem a dimensão afetiva familiar. Alguns parecem mesmo ter uma visão mítica da figura materna idealizando-a. A maioria das crianças e adolescentes refere-se à mãe como a melhor amiga. Àquela que “segura tudo”, que “ajuda quando se precisa”, que “merece consideração”, “legal”, “esforçada”, “dá duro na vida”. Em geral, mesmo quando eles se queixam da violência de algumas mães em relação a eles, mesmo assim, parece haver um grande amor por elas. Afirmar que não se dá bem com a mãe, que não gosta dela é realmente muito difícil. Apenas uma adolescente teve esse discurso. Os pais estão quase sempre em segundo plano. Isso acontece por várias razões, principalmente, porque a mãe está mais próxima da criança do que o pai, mas também porque muitas vezes ela tem sucessivas relações maritais impossibilitando que a criança e o adolescente tenham uma relação mais próxima com o pai biológico. Claro está que também há entre algumas crianças e adolescentes pesquisados uma expressão de amor pelo pai ou padrasto. Mas para ambos, tanto para o pai/padrasto como para a mãe, há uma ressalva. O amor existe, mas tanto as mães como os pais ou padrastos são criticados porque bebem e porque batem nos filhos. Bebedeira e violência são dois pontos nevrálgicos nas relações familiares da maioria das crianças e adolescentes pesquisados. O diálogo tecido entre a pesquisadora e Jacques, 12 anos, em Olinda, não difere muito do que diz a maioria das crianças e adolescentes pesquisados.

Pesquisadora:

“alguma vez alguém te bateu?”

Jacques:

“ochê! Meu padrasto e minha mãe me batem”.

Pesquisadora:

“quem bate mais?”.

Jacques:

“minha mãe quando pega eu eta. Quando ela pega o cipó. Sai da frente. Um dia eu gritei com ela bem alto, aí ela pegou o cipó e venha, venha. Conseguí sair correndo, mas minha tia me pegou e me deu para ela de novo. Fiquei todo marcado. Outro dia eu fiz uma besteira e lá veio ela: caiu em cima de mim com a cinta. Foi cinta aqui, cinta ali. Nesse dia meu primo apanhou também (...) tanto que não dá nem para contar”.

Pesquisadora:

“quem apanha na tua casa?”.

Jacques:

“ninguém gosta de dar, mas quando pega! Meu padrasto bate na minha mãe de vez em quando, mas ele não leva muita vantagem não, ela bate também. Eles brigam mais quando estão meio tocados (bêbados). É quando eles estão meio meio que sobra mais para mim também”.

Uma das adolescentes pesquisadas diz que o pai batia nela de mangueira, mas era a avó quem mais batia. *“Batia com cipó de goiabeira, mas agora ela não bate mais”.*

Surras de mangueira, cipó, vassoura, corda, chinelo ou simplesmente a mão, fazem parte dos diálogos das crianças e adolescentes pesquisados, nas cinco regiões visitadas. Todos os que apanham dos pais, mães ou outros familiares falam sobre o tema com tristeza e dizem que gostariam que fosse diferente. Alguns sabem que isso é uma violação dos seus direitos outros acham que os pais e as mães podem bater, mas os outros familiares não. Entretanto, em alguns casos, segundo as crianças e os adolescentes pesquisados o comportamento violento dos pais e mães contra eles está diminuindo. Provavelmente, influenciados pelas ações educativas. Novamente convém insistir que tanto mais organizado é o Programa, tanto mais apresenta resultados positivos.

Em São Bernardo alguns dos pais e mães pesquisados afirmaram que já bateram, mas não batem mais em seus filhos. Questionados pela pesquisadora sobre a razão pela qual mudaram de atitude eles responderam que estão

menos estressados porque agora eles se sentem mais seguros com a sobrevivência, outra razão apontada por eles próprios é que bebem menos. Observa um dos pais pesquisados: *“no lixão você tem que beber para suportar a vida e muita pinga já viu”.* Algumas mães responderam que *“agora é proibido por lei”* e que ouvem a psicóloga e a assistente social dizer que *“não é bom para as crianças”.* Não há como negar que em algumas regiões o Programa, embora tenha algumas correções a serem feitas, está tendo bons resultados.

Em geral, as crianças e os adolescentes sentem-se bem com seus familiares, gostam deles. Mas a maioria gostaria de ter *“maior atenção”, “mais carinho”, “mais amor”,* por parte do pai e da mãe e dos irmãos mais velhos. Muitos se consideram rejeitados, a ponto de uma adolescente ter fugido de casa com esse argumento. Alguns consideram que poderiam melhorar o cotidiano familiar se tivessem outro tipo de moradia, se morassem em zonas melhores (afastados da miséria e da violência do lixão e da favela) e se a mãe e o pai tivessem empregos melhores. Entre eles é freqüente a vergonha tanto do lugar em que vivem como do trabalho que fazem seus pais e mães. Dizem que o trabalho dos pais e mães e o lugar em que moram são motivos de discriminação. Sentem-se discriminados na escola, mas também em outros contextos.

Em contrapartida, as crianças e adolescentes pesquisados em São Bernardo consideram, como seus pais e mães, que suas vidas estão mudando para melhor com o Programa. E dizem sentir menos discriminação desde que seus pais estão no Centro Ecológico. As manifestações específicas desses discursos concentram-se no reconhecimento social que sentem ter o trabalho de reciclagem. Além disso, aparece o tema dos direitos. Aqui se torna pertinente abordar um ponto que se mostra em alguns discursos, isto é, parece haver nas imagens trazidas por algumas crianças e adolescentes (em consonância com os pais e mães) uma desnaturalização da pobreza. Se isso for verdade, está havendo neste grupo uma ruptura com a idéia de neutralização da história e uma politização da condição de catador de materiais recicláveis organizados no Centro Ecológico. É nessa matriz que alguns enfatizam as mudanças ocorridas por influência do Programa. Outros ainda não percebem essa perspectiva. Seja como for, são muitas as mudanças consideradas pelas crianças e adolescentes originadas pelo PETI. Entre elas está colocada a disponibilidade para compra de roupas, comida e materiais escolares. Todos os pesquisados, sem exceção, são enfáticos neste sentido.

“O que meu pai e minha mãe ganhavam não dava para comprar muita coisa. As roupas da gente a mãe pegava no lixão. Agora (refere-se à bolsa) dá para comprar mais coisas. Dá para comprar roupa,

calçado, materiais escolares e comida. Antes não dava.¹⁹

“A gente come na escola e no PETI e o dinheiro da bolsa a mãe compra roupa, caderno, lápis e comida”.²⁰

Outra questão relativa às famílias presente nos discursos das crianças e adolescentes trata da separação dos pais. Diz uma adolescente de Olinda, 15 anos, *“meu sonho é ser feliz. Queria ter o meu pai e minha mãe juntos e meus irmãos também. Um irmão mora com a avó, o outro com o pai, eu moro com a mãe e meu padrasto e os filhos dele. Queria que minha família morasse junta”*. Neste aspecto, não consideram eles que o Programa possa influenciar o problema positivamente.

Zaíra, pesquisada em Porto Alegre, fala com alegria e em detalhes a respeito de sua família. Diz que seu pai não quer que a mãe trabalhe para que ela cuide da casa e dos filhos. Conta como seu pai é carinhoso, que trabalha na catação de papéis recicláveis. Este senhor aluga carrinhos para catadores, é também catador e emprega uma senhora para selecionar e classificar o material reciclável. Tendo, portanto, várias fontes de renda. A monitora da jornada ampliada enfatizou essa família como um modelo de estruturação. Diz ela que a família é *“super organizada, limpa, diferente da vizinha do lado”*. Zaíra parece integrada na família e faz questão de mostrar isso. Não considera qualquer mudança na dinâmica familiar em razão do PETI. Diz ela: *“apenas posso comprar mais roupas e antes eu não podia. O resto não mudou”*.

2.1.2. A escola e a jornada ampliada

A jornada ampliada supera a escola na preferência das crianças e dos adolescentes pesquisados, nas cinco regiões visitadas. Em verdade eles são bastante críticos em relação às duas instituições, mas sentem-se mais respeitados na jornada ampliada. Em geral dizem que os monitores são mais gentis, mais companheiros, respeitam mais. Alguns falam de sua experiência na escola com certo ressentimento: *“a professora deixa a gente de castigo de pé com a cara para a parede”, “professor fica gritando”, “na escola os professores são muito chatos. Prefiro estar no PETI”*. Somente, em Porto Alegre houve considerações mais positivas em relação à escola em detrimento da jornada ampliada. Em São Bernardo uma das jornadas ampliadas visitadas pela pesquisadora foi criticada por informantes casuais devido a rigidez de suas regras. Todavia em comparação com a escola os sujeitos-informantes sentem-se melhor na jornada ampliada.

A pesquisadora pergunta a respeito da diferença entre os trabalhos da escola e os trabalhos do PETI. As respostas dadas pelas crianças e adolescentes se equivalem: a escola é *“chata”, “no PETI tem mais diversão”, “os monitores respeitam mais a gente”*. Entretanto consideram que a escola é mais importante em termos de preparação para o trabalho, pois *“sem saber ler, escrever, fazer contas você não consegue um trabalho limpo”*. Isto é, consideram eles que as possibilidades de melhores trabalhos aumenta quando aumenta o nível de escolarização. Neste sentido, alguns dizem que o sucesso depende de seu próprio *“esforço”*.

As críticas sobre a escola podem ser consideradas em dois blocos principais. Primeiramente, as atividades maçantes da escola, a *“chatices”* dos professores e dos conteúdos e, ao mesmo tempo, sua importância para o futuro. Isto é, a escola absolutamente desinteressante, mas necessária. Necessária pelo menos até um certo nível mínimo de estudos. Nesse bloco, as considerações em relação ao PETI são muito mais positivas porque este espaço *“tem mais movimento”, se “pratica esportes”, “se joga bola, conversa, faz a lição”, “tem aula de artes”*. Em algumas jornadas ampliadas os monitores *“ajudam no dever de casa”*. No segundo bloco a escola é mais positivada e os conteúdos (matemática, português, história, geografia) são considerados interessantes porque *“preparam para a vida”*. A crítica recai na dinâmica da sala de aula que na maioria das vezes é considerada *“monótona”*. Neste segundo bloco, a jornada ampliada é considerada um complemento para a formação das crianças e adolescentes. Em síntese, a escola perde pontos para a jornada ampliada quer pela monotonia didático-pedagógica quer pelo despreparo dos professores. A jornada ampliada ganha pontos porque complementa a escola e é considerada mais prazerosa, *“tem mais diversão”*.

Neste tema os depoimentos tanto das crianças como dos adolescentes são similares. Observando a sala de aula e as atividades da maioria das jornadas ampliadas não há como discordar. Percebe-se que em algumas delas os monitores, embora não estejam adequadamente preparados para trabalhar com as crianças do PETI, estão melhores preparados do que os professores da rede escolar e, sobretudo, são mais afetivos. Tanto assim que algumas jornadas ampliadas funcionam positivamente no sentido de elevar a auto-estima e o reconhecimento social.

Este é o caso de um dos adolescentes pesquisados em Belém. Ele participa da oficina de comunicação no Semente do Amanhã. Os integrantes desta oficina redigem as matérias que estarão no ar de uma rádio local e eles mesmos, durante um horário específico, são os locutores e apresentam as matérias preparadas por eles. O adolescente diz que sua vida mudou radicalmente quando ele entrou para a oficina, pois se sentiu útil, mais respeitado. E se anteriormente catava lixo (sua mãe continua na catação) agora ele que ser jornalista. Evidentemente, na maioria das vezes, as coisas não são sempre assim.

¹⁹ Olinda/2004.

²⁰ Porto Alegre/2004.

Em Olinda, algumas crianças e adolescentes disseram que a jornada ampliada é uma “bagunça”, “tem gente que faz o que quer aqui. Não tem limites”. Esses sujeitos-informantes dizem que “não está valendo muito a pena ir”, mas são “obrigados por causa da bolsa”. O que mais reclamam são situações que eles consideram injustas “tem gente que ganha bolsa e nem vem e a gente é obrigada a vir”, “falta de limites”, “monotonia nas atividades”, “atividades não profissionalizantes”. Durante a semana da pesquisa aconteceram dois episódios que apareceu como exemplo negativo da jornada ampliada, neste local. Na palavra das crianças e dos adolescentes:

“o Ônibus sempre se atrasa e as vezes não vem buscar a gente. A gente sobe a pé só que é longe. Um dia quando o Ônibus não veio buscar a gente, aí quando a gente chegou na cozinha a cozinheira disse que não dava para lancha, eu perguntei porque e ela disse ‘já passou da hora do almoço’. Eu fiquei nervosa, com fome e disse: vocês têm que atender a gente. Nós estávamos esperando o Ônibus. A gente não ia ganhar nada para comer se não fosse a tia Graça chegar. Ela disse ‘calma que eu vou resolver’ e ela resolveu”.

“aqui é a maior bagunça. Olha o Ônibus. Todos os dias ele se atrasa para pegar a gente e a gente fica esperando no sol quente do meio dia e ele chega uma hora depois ou mais. E nós esperando. A gente chega aqui por volta das duas horas ou mais e vai embora as quatro e meia. Vem aqui e é tudo uma bagunça. Nem vale a pena”.

Outro ponto importante é que, exceção em Porto Alegre, todas as crianças e adolescentes pesquisados afirmam que seus melhores amigos são os que estão no PETI e não os que estão na escola, pois “é mais raro ter amigos

na escola”, “meus amigos todos estão aqui no PETI”. De fato essas crianças e adolescentes que freqüentam a jornada ampliada, por serem do mesmo universo cultural, têm entre eles uma identidade forte. Na escola, dizem eles, que muitas vezes são discriminados pelos colegas que ao saberem de sua origem socioeconômica debocham chamando-os de “porcos”, “comedor de lixo”.

É importante que as crianças e os adolescentes misturem-se nos diferentes universos socioeconômicos e culturais, mas cabe à escola melhor qualificar a rede de relações entre os alunos. Seja como for, há entre eles uma acentuada preferência pelo PETI e, certamente, o monitor é elemento chave nessa escolha.

2.1.3. A infância, a adolescência e a idade adulta

Quando questionados a respeito do tema, as crianças e os adolescentes pesquisados definem infância e adolescência em oposição à idade adulta. Assim, no discurso, as crianças brincam, os adolescentes param de brincar e começam a namorar e os adultos trabalham. Infância “é só querer brincar”, “é boa para algumas crianças, mas não para quem tem que trabalhar e não pode brincar”, “no lixão eu brincava lá mesmo, não era muito porque eu tinha que catar papelão e garrafa Pet, agora eu brinco aqui (refere-se à jornada). Agora eu sou mais criança porque criança só brinca e não trabalha”. “Lugar de criança é brincando e adulto trabalhando. Criança não pode trabalhar”.

As crianças e os adolescentes pesquisados consideram que a infância está em oposição à idade adulta: criança não trabalha e adulto trabalha, criança brinca e adulto não brinca, criança não tem responsabilidade e adulto tem responsabilidade; criança não faz sexo e adulto faz. O imaginário das crianças e adolescentes pesquisados acompanha o senso comum em relação a essas idades não diferindo, portanto, daquilo que pensam os seus pais. Alguns pesquisados consideram que mesmo que a criança trabalhe, “ajude”, como dizem alguns, ela não tem responsabilidades e não saberia como dispor do dinheiro ganho. O que pensar das crianças que vendem rosas? Elas recebem o produto, devem vendê-lo, portanto, receber dinheiro, fazer troco e levar “diretinho” o dinheiro para casa. Driblando os apelos tanto da fome como do consumo.

Mara, uma adolescente pesquisada em Olinda, diz:

“os adultos são muito complicados, não entendo eles. Eles mandam a gente fazer isso depois mandam fazer aquilo. Aqui no PETI todo o mundo está na sala. Ele (o monitor) diz a hora de descer para o campo. A gente desce, eu não gosto de

ficar no meio dos meninos e fico com minha colega Vanessa. Aí ele diz vocês duas vão para a sala. A gente não entende os adultos. O monitor pega e diz se vocês não ficarem quietos vão ficar sem o lanche. Tem uns que desobedecem e ficam sem o lanche. Eles são cheios de moral (monitor) dizem que as meninas não podem vir de short curto. Elas (as monitoras) dizem que é feio uma moça andar com roupa curta. Tem a monitora Célia, se a gente for lhe abraçar ela não gosta. Tem monitor aqui que perde a paciência e fica gritando vocês vão ficar sem lanche”.

Seja como for, o poder dos adultos sobre a criança e o adolescente impede que eles sejam vistos por eles mesmos como sujeitos de direitos. Sujeitos que fazem história e cultura. Neste sentido, as queixas que tecem as crianças e os adolescentes das violências materiais e simbólicas da família, da escola e da jornada ampliada, de modos distintos, marca um lugar incômodo onde está localizado, para eles, a infância e a adolescência. Entretanto as queixas em geral não estão fundamentadas sobre o argumento dos direitos. Aliás, nesse lugar de uma pobreza transformada em condição natural não existem sujeitos de direitos, menos ainda quando se trata de crianças e adolescentes.

Na verdade, sobre essa questão dos direitos da criança e do adolescente alguns entre os pesquisados não conhecem o Estatuto. Todos sabem que o trabalho infantil é proibido e que a bolsa vem, justamente, possibilitar sua frequência na escola e jornada ampliada, mas nem todos relacionam com direitos. Para alguns os direitos da criança e do adolescente se resume no direito de estudar, de brincar e de não trabalhar “*muito*”, dizem alguns. Os direitos “*tiram a criança do trabalho*”, “*deixar a criança brincar*”, “*não bater nas crianças e dar amor*”. Um adolescente, entrevistado em Porto Alegre, quando questionado a respeito de direitos, considera como “*muito importante*” o direito do voto. Para ele “*votar é ter cidadania. A gente escolhe quem vai representar a gente. Qual a melhor proposta que vai influenciar a vida da gente*”. Referindo-se ao voto do adolescente complementa: “*o adolescente sabe votar, ele é mais corajoso para as mudanças*”.

A questão de gêneros e étnica não foi abordada no nível dos direitos. Reconhecem as discriminações étnicas e de

gênero, mas as não vinculam à violação de direitos. Todas as crianças e adolescentes pesquisados têm clareza sobre a injustiça que significa os tratamentos desiguais, mas quando abordam o tema da questão de gênero aceitam certas prerrogativas ao homem e, às vezes, deixam escapar algum preconceito étnico, sobretudo, na questão do índio. Raros foram os sujeitos pesquisados que trataram dessas questões ao nível dos direitos.

Em geral, neste campo, as respostas dadas à pesquisadora foram sempre formais. De fato, próprias de um conhecimento não assimilado o que leva a supor que não há uma reflexão a respeito do tema. Isto é, parece haver um *esquecimento* por parte da escola e da jornada ampliada de uma discussão mais profunda sobre o tema da cidadania. Embora a maioria das crianças e adolescentes tenha ouvido falar em direitos na escola ou jornada ampliada.

2.1.4. A influência do Programa na vida pessoal e social

Essa é uma questão de fundo porque trata da própria reorganização subjetiva das crianças e adolescentes inseridos no PETI. Uma questão fundamental e delicada, porquanto a subjetividade se produz influenciada pelas multiplicidades de experiências que afetam os sujeitos. A experiência no PETI deve afetar positivamente essas crianças e adolescentes preparando novos espaços de direitos. Desse modo, o que eles sentem e falam figura como a principal chave para a compreensão do que realmente está sendo feito. Em verdade, quando questionadas a respeito das possíveis mudanças provocadas pelo PETI em suas vidas as crianças e os adolescentes valorizam a bolsa e reconhecem a influência que ela exerce, mas divergem em muitos pontos constituindo dois grandes blocos, com muitos desdobramentos. O primeiro bloco de respostas enfatiza as mudanças advindas com o Programa como importantes nas suas vidas e o segundo bloco não considera que as mudanças tenham sido realmente importantes.

As crianças e os adolescentes que consideram que houve mudanças importantes, abordam, principalmente, o fato de poderem frequentar a escola e trabalhar menos do que o faziam anteriormente.

“Lá em casa melhorou a comida e a compra de roupas”.

“Com o PETI eu não fui mais catar no lixão e entrei na jornada e quase não falto à escola. Agora é só minha mãe e meu pai que cata”.

“Agora não preciso mais trabalhar. Antes era ruim agora a gente pode comprar mais coisas”.

“Minha família ficou mais feliz agora que a gente está no PETI. A gente come no PETI e na escola (refere-se a ela e aos seus irmãos), o trabalho da mãe e do pai ficou melhor e com o dinheiro do PETI a gente compra roupa, comida, cadernos e lápis”.

O bloco de respostas que dá menos importância ao Programa considera que o valor da bolsa é pequeno e “quase não muda” a vida pessoal e familiar, “o dinheiro é muito pouco, mixaria, ainda tenho que catar latinha e garrafa Pet como eu fazia antes de ter o PETI”. Respostas como essa são muito significativas porque algumas crianças continuam trabalhando, independentemente de estarem ou não no Programa. Entretanto todos são unânimes em dizer que na perspectiva dos estudos e do lazer alguma coisa mudou. Neste sentido, a jornada ampliada é vista pela maioria como uma das alterações positivas em suas vidas:

“uma das mudanças boas do PETI foi poder participar daqui (refere-se à jornada). Aqui é mais legal do que no colégio. A gente faz mais coisas de jogos”.

“O que mudou é que aqui (refere-se à jornada) a gente tem mais amigos e mais diversão e não é discriminado”.

“O PETI mudou minha vida. Sinto que sou outra pessoa. Agora eu quero ser alguém”.

A entrada de recursos financeiros, por mais reduzida que seja, em todos os casos pesquisados influencia positivamente o poder de compras das famílias. Neste sentido realmente houve mudanças. Avaliadas positivamente até mesmo pelos comerciantes do entorno onde

moram as famílias do Programa. Esse poder de consumo opera no nível imediato de bem estar, mas também opera no nível das estruturas inconscientes trazendo uma valorização pessoal.

2.1.5. O trabalho

A questão do trabalho é uma questão fundamental aqui, porque todas as crianças e adolescentes pesquisados, com uma só exceção, trabalhavam com seus pais e mães. Alguns ainda trabalham. Todos sabem que a bolsa tem como contrapartida a frequência na escola e na jornada ampliada e a interdição do trabalho infantil. O trabalho nessas idades é violação de direitos, mas faz parte da cultura e da necessidade dessas classes sociais. Sendo, portanto, uma questão de valor. Todavia as crianças e adolescentes preferem não trabalhar. Veja-se o que diz um sujeito-informante casual a respeito de seu trabalho no lixão de Olinda:

“quando tem sol a gente cansa, quando não tem a gente também cansa. Porque demora muito para carregar o caminhão. É sempre um para descarregar e outro para carregar. Tenho que trabalhar catando lixo, mas não gosto porque fico muito cansado”.

Uma das adolescentes pesquisadas, 14 anos, fala de problemas de saúde advindas do trabalho no lixão de Olinda:

“um colega meu pegou umas coceiras. Têm muitos que vão lá trabalhar e ficam com a mão cheia de carocinho e ficam se coçando todo. Meu colega foi no médico e ele disse que era alergia por causa daquela sujeira. Eu já levei um corte debaixo do pé”.

Segundo uma criança, 10 anos, informante causal em Belém e que tem bolsa PETI:

“a gente bota o papelão para cá, o pet (garrafa de plástico) para lá e

vai separando. Aí a gente acha uma roupa e bota tudo em cima para não molhar. Mas lá não tem espaço para brincar. Quando eu vou é para trabalhar. A gente vê de tudo. Já vi um nenê morto, cachorro morto. Tem de tudo. Não gosto de ir trabalhar lá, mas a bolsa é pouca e tenho que ajudar a mãe”.

As crianças e os adolescentes repetem o discurso dos agentes do Programa e dizem que o *“trabalho infantil é uma violação de direitos”*. Entretanto muitos deles são obrigados a trabalhar. Para tanto, ora faltam à escola ou à jornada ampliada, ora trabalham à noite no lixão, no trabalho doméstico, tomando conta da casa e dos irmãos, ou em qualquer outro tipo de trabalho. Na verdade, algumas crianças e adolescentes parecem travar uma luta interna por estarem trabalhando e o temor de serem descobertos e perderem a bolsa. Uma das informantes casuais, em Belém, disse trabalhar à noite no lixão e que há outras crianças e adolescentes trabalhando também. Questionada pela pesquisadora a respeito do controle exercido pelos fiscais respondeu dizendo que alguns permitem o trabalho das crianças e adolescentes, ou seja, são coniventes com a violação de direitos.

O tempo do trabalho traz em seu bojo uma lógica classificatória e se reveste de significados singulares que orientam as trajetórias das crianças e adolescentes trabalhadores. O trabalho é um dos eixos pelo qual a criança e o adolescente são classificados e percebidos e eles sabem disso: *“o Projeto é para a gente não trabalhar mais”, “é direito da criança brincar. Trabalho não é coisa de criança”, “queria que meus pais tivessem trabalhos melhores. A catação de lixo é muito difícil e todo o mundo chama a gente de porco”*. Com efeito, na sociedade brasileira o trabalho é uma marca classificatória e pode ser ou não um estigma. No caso das crianças e adolescentes catadores é uma marca feita a ferro e fogo.

Seja como for, como testemunham as crianças e adolescentes pesquisados, sua vida mudou. Para alguns foi uma grande mudança para outros nem tanto. As grandes mudanças se efetivaram em programas melhores organizados. Os programas com caráter mais assistencial, ou puramente assistenciais, portanto, que efetivamente não conseguiram ter sucesso em termos de trabalho e geração de renda, aparecem como os mais problemáticos em termos de erradicação do trabalho infantil. Em geral, a bolsa sozinha é incapaz de equacionar o problema econômico e, ainda mais, gera uma verdadeira angústia em função da possibilidade de sua extinção.

2.1.6. O tempo de não-obrigações

Existe nas crianças e nos adolescentes (e nos adultos também) uma parte lúdica, irredutível a todas as culturas e classes sociais. O lúdico lança um desafio à calma estagnação do mundo e faz explodir a vida em direção a todos os horizontes do possível. A ocupação do tempo da não obrigação é lugar privilegiado do lúdico. Todavia a qualidade da experiência lúdica é evidentemente importante.

As crianças e os adolescentes pesquisados ocupam o tempo da não obrigação vendo televisão, brincando ou conversando com colegas da vizinhança, jogando futebol, de vez em quando participam de alguma festa familiar ou de vizinhos. A maioria nunca tinha saído das imediações de sua residência, portanto, não conhecia o centro da cidade, nunca tinha ido ao cinema, nem ao circo e muito menos a museus. Também não costuma freqüentar parques. Neste sentido, o universo de experiências era e é muito reduzido. Essa falta de possibilidade de experimentação joga contra a aprendizagem do mundo e torna a realidade monótona. Entretanto o PETI possibilitou alguns *passeios*, ainda que não seja o ideal, as crianças e adolescentes consideram esses passeios como uma das mudanças positivas em suas vidas. Neste aspecto, a vida mudou um pouco qualificando a experiência lúdica. Em outros termos, com os *passeios* as crianças e adolescentes têm novas formas de pensar, de organizar momentos da vida cotidiana, de reagir às pressões constrangedoras do mundo. Porquanto essas experiências no tempo da não obrigação expressam um outro elemento diferente daqueles próprios das experiências precoces de viver e de pensar uma vida através do trabalho e do estudo. Com os *passeios*, a jornada ampliada possibilita a participação das crianças e dos adolescentes às instâncias culturais diferentes daquelas a que estão acostumados. Pedro diz ter se *“maravilhado com o cinema”*. Foi sua primeira vez, pois anteriormente nunca tinha ido ao cinema por falta de dinheiro. Joana também se diz *“feliz” por ter ido ao teatro com o PETI, outrora “nem sabia que existia um espetáculo assim”*. Fascinados expressam a descoberta que realizam com os *passeios* do PETI de novos lugares e lugares significativos – longe dos padrões culturais e sociais impostos pela TV que eles assistem todos os dias.

Em outros termos, do ponto de vista das crianças e adolescentes pesquisados, esses *passeios* são atos transgressivos em relação à pesada rotina de suas vidas. Eles gostam e sabem da sua importância. Outras experiências deveriam ser ofertadas sem a rigidez que portam na maioria dos casos. A cultura das crianças e adolescentes pesquisados pode ser explorada tanto pela escola como pela jornada ampliada, mas sem destinação forçosamente pedagógica. Eles devem poder inventar sem o controle que incentiva, julga, avalia e classifica e devem poder conhecer outros espaços culturais.

Essas experiências devem incentivar a criatividade, portanto, essas experiências devem cuidar para não se transformarem numa rotina devoradora do tempo da não obrigação.

2.1.7. Preocupações

Ao longo dos encontros com as crianças e adolescentes pesquisados, nas cinco regiões visitadas, ficaram claras preocupações próprias do mundo adulto. Preocupações com seus familiares e consigo próprio, preocupações com o país e o mundo. Entre as preocupações ao nível pessoal constata-se, em primeiro lugar, a questão da violência. Todas as crianças e adolescentes mencionaram temor e constrangimento diante do tema.

Três experiências escolhidas entre outras tantas são exemplares. Elas estão presentes nas falas de Max, entrevistado em Belém; Sérgio, entrevistado em Olinda e Joana, entrevistada em Porto Alegre:

Max:

“aqui já mataram um homem e uma mulher e aqui em cima já mataram a Ana”.

Pesquisadora:

“por que mataram a Ana?”.

Max:

“foi de manhã cedinho quando ela estava dormindo. Ela estava sozinha os outros tinham ido viajar aí chegaram, pegaram ela e enterraram. Eu acho que ela estava com 19 anos. Tem um homem que já matou uma mulher aqui. Agora que eu me lembrei que mataram ela (Ana) enforcada amarraram nas telhas a corda, ela estava toda arranhada. Sair aqui de noite só, quando tem muita gente junto. Queria morar no lugar da vovó que não tem tanta violência”.

II

Sérgio:

“queria me mudar dali de cima. É muito ruim. Lá chove e mata os outros. Matou um. Também mataram um homem. O olho saiu para fora e a cachorra comeu. Queria morar num lugar que não fosse violento. Se eu morasse em outro lugar minha avó ainda estaria viva. Minha avó estava passando e cantando o hino: fui na cruz, fui na cruz; eu estava com ela e eu vi três homens encapuzados

colocando as balas, quando nós passamos eles atiraram num homem e ele desmaiou. Aí uma bala pegou na nuca dela e eu pensei que ela tivesse desmaiado. Saí correndo chamando a tia, chamando a família e gritando que a avó estava desmaiada. Nós chegamos e ela estava lá numa poça de sangue. Aí meu avô disse que ela estava morta. Aqui é assim. Tem muita violência. Lá no lixão também é ruim. Meu tio morreu lá. A caçamba passou por cima dele. Ele tinha 15 anos”.

III

Joana,

“a violência que tem no lugar que moro é uma das minhas preocupações. Não dá para ficar tranqüila em casa. Meu pai só me deixa ir até o portão. Lá tem umas gurias que são putinhas e meu pai não me deixa ficar com elas. Elas ficam com uns guris, debocham da gente. À noite nem pensar em sair sozinha. Felizmente fico toda tarde no Instituto (jornada ampliada) e me sinto mais tranqüila”.

Os depoimentos das crianças e adolescentes pesquisados, nas cinco regiões visitadas, sob a perspectiva de preocupações com a violência na qual vivem de modo mais vulnerável do que outras classes sociais mostraram, por um lado, que existe uma discriminação do lugar em que moram e essa discriminação está incorporada nos seus próprios discursos. Por outro lado, que eles expressam que a jornada ampliada e a escola podem lhes resguardar, através da educação, das contaminações incivilizadas e associadas e promover o seu bem-estar. Em verdade, os depoimentos das crianças e adolescentes, neste sentido, podem estar apenas traduzindo (e parecem estar) o discurso dos professores e monitores sobre eles.

Outro ponto que aparece claramente nos depoimentos das crianças e adolescentes é o fato deles circularem entre dois grupos (escola e jornada ampliada) possibilita a ampliação da rede de amigos e contatos sociais. Isso diminui, num certo sentido, a vulnerabilidade a que estão expostos como distintivo da realidade socioeconômica em que vivem. Em síntese, segundo eles próprios, o PETI tem uma influência importante em relação a um certo sentimento de segurança. A grande maioria considera que o fato de ficarem muitas horas na escola e na jornada ampliada diminui a insegurança, incerteza e exposição a riscos.

Sendo assim, a questão da perda da bolsa torna-se uma preocupação contundente. As crianças e os adolescentes expressam entre suas preocupações o fato do PETI estar abrangendo um período de apenas quatro anos e o programa disponível para adolescentes não ofertar vagas suficientes para atender toda a demanda. Esse temor atravessou todo o trabalho de campo não só no discurso das crianças e adolescentes, mas também de alguns pais e mães. Outra preocupação é com o futuro. A maioria das crianças e adolescentes não quer continuar sendo catador de lixo como seus pais. Entretanto temem não conseguir alcançar a situação desejada, isto é, terem profissões com maior reconhecimento social. Talvez seja essa uma das grandes preocupações, uma vez que essa promessa está no bojo do Programa.

2.1.8. Projetos de futuro

Ter projetos de futuro, fazer planos, faz parte do viver social. Entretanto os projetos têm a ver com a história de cada um. O individualismo contemporâneo exacerba o interesse quase exclusivo para o próprio bem estar físico e mental. No fundo o que os projetos das crianças e adolescentes pesquisados apontam é para a idéia de felicidade individual. Ou seja, pensar o futuro tem uma secreta esperança de ascensão social pessoal. O depoimento de Maria, adolescente entrevistada em Olinda, quando questionada a respeito de seu projeto de futuro é neste caso exemplar:

Maria :

“ser igual a vocês”.

Pesquisadora:

“o que é ser igual a nós?”.

Maria :

“ter um futuro melhor. Muitos saem daqui do Projeto e vão para aqueles negócios. Eu não quero ser assim, quero ser igual aos monitores. Quero terminar os meus estudos e ter um futuro melhor”.

Dirceu:

“eu tenho sonhos de sair daqui com meus pais e meus irmãos. Queria viver uma vida sem tanto sofrimento: ter uma casa limpinha, não passar fome (tem dia que lá em casa não tem nada para

comer), meus pais não bebendo tanto, não trabalhar no lixão. Trabalhar num outro lugar melhor. Este é o meu sonho. Normal. Não é??”.²¹

Pensar o futuro para eles está ligado ao tema do trabalho. A maioria projeta profissões distantes do que fazem seus pais e mães. Tentam eles se afastar da linha discriminatória gerada pelas atividades econômicas exercidas pelos progenitores. Em verdade alguns projetam ser médico, professor ou engenheiro, isto é, profissões com potencial de prestígio, mas sabem que o fio que tece o seu futuro é o mesmo fio que teceu o futuro de seus pais. A liberdade de escolha profissional com possibilidades reais não está sendo conferida pelo Programa.

Além do trabalho, a questão moral é um ponto relevante que aparece no projeto de futuro das crianças e adolescentes pesquisados. Parece ser esta uma influência forte do PETI. “*Não sei do meu futuro só tenho certeza que serei uma pessoa de bem*”. Em praticamente todos os discursos aparece o tema moral. Aliás, o tema do trabalho é também moral porque no seu bojo está presente a idéia de pobre, mas trabalhador. O que se traduz por ser de bem. Pobre e de bem porque trabalhador. Perfeito, porque atende ao imaginário social e coletivo produzido pelas elites.

Como se pode ver, o Programa tem uma enorme responsabilidade com essas crianças e adolescentes. Contudo, se por um lado, promete mudanças sociais pela via da educação, trabalho e geração de renda, por outro, não capacita os agentes para que de fato possa haver ruptura e superação do *status quo*, correndo o risco de acentuar a exclusão.

2.1.9. Considerações

O que pensam as crianças e os adolescentes a respeito de alguns pontos, a crítica que tecem, a avaliação das mudanças que sofreram com a entrada no PETI, os projetos que têm, é revelador de suas subjetividades. Ouvindo seus depoimentos é possível esboçar uma resposta a respeito de quem são eles e qual é a influência do Programa em suas vidas.

É conveniente saber que a subjetividade é produzida e vivida no social, sendo muitos os vetores de subjetivação. Portanto, a esfera subjetiva das crianças e dos adolescentes pesquisados, seu modo de ser, de pensar, de agir, de sonhar, de amar... está amarrada à sua condição de catador ou filho de catador de lixo. O que significa dizer que, mesmo quando essas crianças e adolescentes abandonam o trabalho de catador, elas continuam, material e simbolicamente, no universo do lixo. Os fluxos que entram na composição das subjetividades aí neste espaço estão entrelaçados com o lixo e seus significados. São forças externas que de alguma maneira influenciam as

²¹ Dirceu, 10 anos, entrevistado em Belém.

forças internas, uma vez que a subjetividade é um processo interno produzido com a exterioridade.

Os modos de existência e de expressão das crianças e dos adolescentes pesquisados são efeitos das ações sofridas por eles. São muitas afecções que fazem essas crianças e adolescentes passarem por experiências positivas, mas, sobretudo, negativas. A ordem da vida cotidiana no universo do lixo, e da exclusão produz um modo de subjetivação que se revela num campo de forças em luta, agenciadas em composições sempre provisórias. A subjetividade das crianças e dos adolescentes é produzida e vivida no e pelo universo do lixo. O lixo não se pode esquecer é sobra, o que se coloca fora, o que não se quer mais – o resto.

As forças da exclusão socioeconômica geram outras exclusões. Por um lado, por falta de acesso do excluído aos capitais (social, cultural, político...) necessários para a superação da própria exclusão socioeconômica, por outro, as instituições (como a escola) não conseguem preencher os vazios criados pelo processo da pobreza e exclusão. A escola é uma instituição de socialização e um aparelho de integração social. Entretanto ela não se interessa por rupturas, mas na conservação para cada um do lugar que lhe estava destinado. Portanto ela integra o indivíduo ao seu destino tornando-se segregativa. Convém se pensar na escola pública, freqüentada pelas classes populares, e na escola privada, freqüentada por classes sociais economicamente favorecidas. É o poder aquisitivo que determina em qual escola a criança e o adolescente vão estudar. O nascimento determina tal ou tal formação. Portador de uma subjetividade agenciada pelo universo do lixo e seus significados, a criança e o adolescente, catadores ou filhos de catadores, freqüentam uma escola que reforça os seus destinos sociais.

O estudante é um estudante, não é considerado um adolescente e nem uma criança, assim o mundo escolar e o mundo social estão fortemente separados. No fundo, a escola se apóia sobre um projeto político de reprodução.²² A escola se estrutura sobre discriminações escolares e pedagogias conservadoras, protegendo a demanda do mercado e evitando grandes transformações sociais.

O PETI pode cortar este processo. Os eixos do PETI podem funcionar como vetor positivo na produção das subjetividades das crianças e adolescentes. Primeiramente, através do exercício permanente de rechaço às formas de subjetivação totalizadoras que capturam o movimento em favor de fórmulas gerais de ação, de programas a cumprir. Em outros termos, desenvolvendo nas crianças e adolescentes funções de autonomia. O PETI como vetor positivo na produção das subjetividades também se processa na possibilidade das crianças e adolescentes se apropriarem, reformularem, romperem com tudo o que lhes é imposto – da informação ao pensamento. A escola e a jornada ampliada podem influenciar fortemente na produção de subjetividades emancipadas. Entretanto tanto a escola

como a jornada ampliada deve se qualificar didática, pedagógica e politicamente para isso.

De modo geral, o Programa trouxe mudanças para as crianças e adolescentes envolvidos, mas, efetivamente, não foram mudanças substanciais, porquanto não houve (quando houve foi somente em alguns poucos casos) mudanças importantes ao nível das subjetividades. Algumas crianças e adolescentes do Programa continuam trabalhando. Por essas e outras razões, tudo indica que quando eles saírem do PETI as coisas voltarão ao seu igual.

2.2. O QUE PENSAM OS PAIS E AS MÃES

Este texto aborda alguns dos resultados da pesquisa junto aos pais e mães pesquisados, nas cinco regiões visitadas na tentativa de conhecer um pouco da cultura familiar das crianças e adolescentes pesquisados. Apresenta alguns aspectos do que eles pensam a respeito do Programa, das crianças e adolescentes, da escola, da jornada ampliada, do trabalho. O fio condutor dos direitos interroga as considerações dos pais e mães a respeito de mudanças que tenham ocorrido em razão do PETI. Assim, essas mudanças de algum modo devem descortinar e traduzir o horizonte das experiências e experimentos com direitos e cidadania.

Ao todo foram pesquisados 10 pais e mães, inseridos no PETI, dois em cada região visitada. No momento da pesquisa, todos trabalhavam com materiais recicláveis. Alguns estavam inseridos em associações e/ou cooperativas com uma estruturação avançada, outros em associações e/ou cooperativas ainda incipientes. Observa-se que o nível de organização e autonomia influencia as idéias de contrato: quanto mais organizadas e autônomas são as atividades de trabalho, geração de renda e as ações sócio-educativas tanto mais a idéia de contrato dos pais e mães pesquisados se liga aos direitos. Quando os pais e mães foram interrogados sobre o Programa, em geral, responderam enfatizando o eixo da bolsa, escola e jornada ampliada e raramente ligavam os dois outros eixos, isto é, o eixo do trabalho e geração de renda e o eixo das ações sócio-educativas ao nível das famílias. Algumas respostas e comentários sugerem não estar havendo o desenvolvimento dos três eixos, em outras respostas se observam adequações significativas nesse entrosamento.

2.2.1. O Programa

Pesquisadora:

"o que o senhor tem a dizer sobre Programa e a bolsa PETI?"

²² BOURDIEU, Pierre. *Reproduction*. Paris: Minuit, 1997.

Sr. Zé:

“a bolsa PETI que meus filhos que vão à escola recebem está junto com o trabalho da Cooperativa. Não tem como separar. Olha quando trabalhava no lixão eu trabalhava noite e dia para tirar o sustento da família. Tinha muita gente trabalhando lá, na base de 3.000 pessoas. Tinha muita criança junto trabalhando. Mas era uma guerra, quem pudesse mais, chorava menos, brigavam por um pedacinho de plástico ou de ferro, era para sobreviver. Aqui é diferente, é uma associação, trabalho unido, não tem este problema, é bem diferente, eu me sinto feliz. Ainda falta a moradia que está para sair para completar a dignidade, a gente quer uma moradia digna”.²³

Pesquisadora:

“então sua vida mudou?”.

Sr. Zé:

“mudou para melhor. Hoje eu pago INSS e seguro de vida também. O que faço é um serviço ambiental. Mudou porque a gente não é mais discriminada. A escola não discrimina mais as crianças, são bem tratados, inclusive a diretora é muito boa. Depois que eu vim para cá eu fiquei mais calmo, porque a gente entra as oito horas quando é cinco horas sai. Trabalha sossegado com a cabeça livre, sabendo que as crianças estão na escola, chega em casa não tem problema de nada, tudo na santa paz.”.

Pesquisadora:

“o senhor bebe muito?”.

Sr. Zé:

“na época em que eu trabalhava no lixão eu bebia muito. Agora parei. Lá é uma vida difícil, às vezes está chovendo,

outras vezes fazendo sol forte e tem que enfrentar, pode estar caindo um toró de água, mas se não tiver ali não tem o que comer. Lá se bebe para passar o frio, para esquecer os problemas, uns continuam trabalhando, outros ficam bêbados e vão dormir. Se não bebe não ficava lá. Tinha muita gente que se machucava, morria até porque às vezes o caminhão pegava, como eu disse era uma briga, a pessoa ia pegar o lixo o caminhão vinha, não via a pessoa, batia e derrubava. Outros bebiam demais e morriam. Nós morava no lixo porque também era moradia, fazia a cabaninha e lá mesmo ficava de qualquer maneira, bebia demais, acabava morrendo, chegava o dia em que a gente ia procurar as pessoas, todo o mundo conhecia todo o mundo, cadê fulano? O pessoal ia ver e estava morto. Tudo isso é passado, minha vida mudou graças ao Programa da Prefeitura”.

O depoimento do Sr. Zé é um caminho para se pensar o Programa, posto que nele existem pistas para que se compreenda o processo de construção de cidadania orientado e referido a um conjunto de significados. Todos esses significados estão articulados à questão do trabalho. Ou seja, o eixo central é a concepção de homem/trabalhador. Embora ainda exista necessidade da bolsa PETI para melhorar as condições de vida dessa família, não há nela um caráter puramente assistencialista. O Centro de Ecologia está em desenvolvimento e vende o material reciclável para pequenas empresas por não ter ainda quantidade suficiente para *“negociar com os grandes, o que significaria mais de 50 toneladas de material reciclável/mês”*. Portanto os trabalhadores do Centro, como o Sr. Zé, já incorporaram uma série de princípios culturais no nível de uma identidade específica dos catadores que saíram do lixão para a cooperativa. Eles experimentam um processo de empoderamento e com ele algumas reivindicações ligadas aos direitos.

Assim, quando o Sr. Zé, catador de materiais recicláveis do Centro de Ecologia de São Bernardo, reivindica a casa própria como direito à dignidade: *“ainda falta (diz ele) a moradia que está para sair para completar a dignidade, a gente quer uma moradia digna”*, está demandando um direito ao espaço privado (moradia) como exigência de cidadania. Reivindicar direitos é fazer uso de uma linguagem pública capaz de balizar os dramas de quem reivindica. É exigência de equidade e justiça.

²³ Conservou-se o nome verdadeiro do sujeito que informa. O Sr. Zé catador em São Bernardo.

O discurso fornece um repertório de elementos que indicam o reconhecimento social que o Sr. Zé começa a conquistar através de seu trabalho organizado no Centro Ecológico. Desse ponto de vista, a organização dos catadores de lixo em cooperativas ou associações quando bem estruturadas produz trabalhadores, mas trabalhadores inseridos no universo de materiais reciclados. O Sr. Zé observou em uma das entrevistas que participar do Centro de Ecologia, ou melhor, do Programa, possibilita a ele tecer projetos que sequer imaginava:

“o projeto que tenho para os meus filhos é que eles cresçam e estudem bem. Quero ainda estar aqui dentro quando eles crescerem para que eu possa dar uma faculdade para ver se algum dia um deles possa se tornar um médico, advogado, para que eles possam dizer que seu pai trabalhou aqui dentro e foi aqui dentro que eu me formei, meu pai e minha mãe lutaram e foi através do Centro de Ecologia que eu me formei. Para que eles possam ser advogados do próprio Centro, esse é o futuro que eu agora posso pensar para eles”.

Dona Francisca trabalha no Centro Ecológico de São Bernardo, e também tem a mesma opinião:

“eu sempre falo do nosso trabalho, do nosso projeto, o que este trabalho pode estar ajudando a cidade, o meio ambiente. A importância que tem o nosso trabalho é muito grande. Antes eu mesma não sabia a importância que tem a reciclagem para a economia. Também hoje a nossa cidade está limpa, ela mudou com o nosso trabalho”.

A relação dos discursos dos catadores de materiais recicláveis sobre os programas parece articular-se num

importante ponto, isto é, no capital cultural disponível. Por conseguinte, a avaliação dos catadores em relação ao Programa varia segundo o acesso a esse capital e seus desdobramentos. Há uma pedagogia em cada Programa com implicações assistencialistas ou emancipadoras. Toda a questão reside neste ponto e desperta um interesse especial para o presente relatório, porquanto os programas assistencialistas prejudicam infinitamente mais do que ajudam. Para o propósito desse texto alguns depoimentos são chaves.

Alguns catadores de materiais recicláveis de Brasília e de Olinda se expressam:

“não sei como vou me virar se o governo terminar com a bolsa PETI. Trabalho eu não tenho. Vou ter que voltar para a catação de lixo”.

Outro observa:

“está tudo indo muito bem. Agora tenho ganho de quatro bolsas se tem trabalho tem se não tem não tem”.

Ainda:

“graças a Deus tem o PETI. Sem a bolsa não dá mesmo. É pouco, mas ajuda”.

Entre os pais e mães pesquisados, poucos são os catadores que dizem de fato esperar benefícios emancipatórios reais a partir do Programa, a maioria conta apenas com o assistencialismo e o tom provisório do próprio Programa. Este é o caso do Sr. Marcone entrevistado em Belém e da Sra. Tecla de Porto Alegre:

“o dinheiro da bolsa atrasa muito. Quando veio três meses juntos resolvi fazer um investimento para quando a bolsa acabar. Então comprei três porcos. Vou engordar eles com a comida que tiro lá do lixão e depois vou vender a carne. Só o Sérgio (o filho que recebe uma das bolsas) não concorda. Quando a gente recebe o dinheiro ele fica assim dizendo que é para comprar alimento e não é para comprar porco”.

“a gente pega comida do lixão, mas as vezes não dá porque eles (refere-se ao super mercado) põem creolina para o pessoal não pegar a comida. Roupa, brinquedo... tem tudo lá e a gente pega. Quando sobra um dinheirinho daí a gente compra comida, roupa. Mas só quando sobra um dinheirinho. Logo que a gente veio para cá a gente tinha uma bolsa. A gente usou para fazer um quarto na casa. A gente morava numa casa de tábuas que nós pegamos ali no lixão mesmo e moramos nela por mais de três anos, depois com a ajuda dessa bolsa a gente fez um quartinho de alvenaria, só que terminou e aí não deu para fazer mais”.

São raros os casos de investimento com o dinheiro da bolsa PETI. Alguns pais e mães relataram que conhecem alguns catadores que recebem a bolsa PETI e ficam com o dinheiro para si (comprar cachaça, cigarros...) deixando de atender a sua finalidade. Entretanto através dos depoimentos pode-se afirmar que na maioria das vezes ele é utilizado na compra de alimentos, roupa, material escolar ou algum medicamento. Os pais e mães pesquisados consideram o valor recebido excessivamente baixo. Também consideram que os atrasos frequentes são sempre prejudiciais para o equilíbrio do orçamento familiar.

Dizem eles que *“o dinheirinho é pouco e ainda por cima atrasa muito. Quando atrasa fico sem saber o que fazer”, “sem essa ajuda da bolsa não sei não. Acho que ia tudo de novo para o lixão”, “é pouquinho o que vem, mas dá para comprar o feijão e a farinha da casa. É sempre uma ajuda”.* Para outros *“se não tivesse a bolsa seria mais difícil. Com o que eu ganho e com o que a mulher ganha não ia dar. Até dava, mas este dinheiro foi uma boa ajuda, se nós íamos comprar duas maçãs, já dá para comprar meio quilo, se ia comprar uma batata já dava para comprar mais, se ia comprar um sapato para um já comprava para todos”.* Alguns informantes disseram não ter outra renda contando apenas com programas de promoção social: bolsa Família, PETI, Escola. São *“trabalhadores sem trabalho que perderam a esperança de uma vida melhor, Conformam-se com o dinheiro ganho nos programas assistenciais. Precisariam estar em programas que lhes dessem alguma alternativa”.*²⁴ Contudo o valor recebido

ainda que seja de mais de uma bolsa não é suficiente para manter as necessidades básicas das famílias e muitos consideram que *“nada mudou com a bolsa”.*

Embora façam muitas críticas, todos os pais e mães pesquisados, de diferentes modos e razões, avaliam positivamente o Programa. Consideram que os recursos vêm dos governos (municipal, estadual e federal) e alguns relacionam no conjunto a participação de parcerias. Neste sentido, o UNICEF é a mais mencionada. Para esses pais e mães pesquisados o Programa está sendo realizado para *“ajudar os mais pobres”.* O que fica muito presente é que o Programa no eixo das ações sócio-educativas não discute os mecanismos (sócio-políticos e econômicos) que produzem a pobreza. Razão pela qual aparecem - aos olhos dos *contemplados* - como ajuda. Mais uma vez é preciso insistir, na conotação assistencialista que muitas vezes assume o Programa na perspectiva de alguns pais e mães pesquisados. A exceção dos casos de doença, as implicações em programas sociais nem sempre são benéficas para os catadores de materiais recicláveis que recebem a bolsa. Programas assistenciais transformam justiça em caridades e direitos em ajuda, provando não a sua condição de cidadania dos catadores de materiais recicláveis, mas a sua exclusão.

Durante o período da pesquisa os sujeitos-informantes que mais falaram em conquista de direitos e cidadania foram os catadores de materiais recicláveis ligados às associações e/ou cooperativas mais organizadas e onde de fato existem ações sócio-educativas. Entretanto, de algum modo, essa idéia atravessa todos os discursos dos pesquisados nas cinco regiões visitadas. Em níveis distintos, os catadores de materiais recicláveis, ainda que timidamente, pensam os direitos na lógica do reconhecimento social. Isto é, como sujeitos de interesses válidos, valores pertinentes e demandas legítimas. O ponto central, entretanto, é o reconhecimento de que o trabalho que fazem é importante para a sociedade. Entre eles os direitos parecem derivar desse reconhecimento. Direitos aqui na perspectiva de vínculos civis entre os indivíduos, grupos e classes, balizando práticas e interações sociais. Convém remarcar que o reconhecimento da importância do trabalho de catação de materiais recicláveis ainda está incipiente entre a maioria dos catadores e está vinculado ao nível de organização da associação e/ou cooperativa.

2.2.2. A escola e a jornada ampliada

Em geral, os catadores de materiais recicláveis pesquisados valorizam a escola, mas têm uma certa restrição em relação à jornada ampliada. Essa restrição à jornada ampliada está ligada, sobretudo, ao temor de que as atividades proporcionadas por ela não sejam *“úteis para o futuro dos filhos”* porque *“lá só tem brincadeiras”.* Em relação à escola é diferente, pois *“o que fazem os professores é ensinar às crianças alguma coisa de bom para o futuro delas”.* E o futuro aqui sempre é considerado na perspectiva do trabalho. Em geral, o trabalho entre eles

²⁴ Pai entrevistado em Belém.

não é visto como moeda democrática, mas como continuidade cultural da família. A herança do modelo e tipo de trabalho constitui largamente a norma.

Um ponto muito forte na opinião dos pais sobre a escola e a jornada ampliada é que sendo o trabalho infantil proibido tanto que *“as crianças ganham bolsa para não trabalhar e perdem a bolsa quando elas trabalham”*, ao invés de estarem o dia inteiro na rua elas ficam aprendendo alguma coisa *“nem que sejam brincadeiras”*. Ou seja, na escola as crianças e adolescentes aprendem e na jornada ampliada, enquanto os pais trabalham, eles ficam protegidos dos perigos da rua. O depoimento da Sra Maria do Rosário, entrevistada em Belém, sobre a jornada ampliada é exemplar neste sentido:

“eu gosto muito, adorei, eu espero que o governo continue, porque é muito importante para as crianças, tiram elas da rua, e lá (na jornada) elas fazem atividade de esporte como a minha filha que ganhou o primeiro lugar da capoeira”.

“Minha vida melhorou cem por cento depois que eu vim para cá, porque aqui na cooperativa eu tenho um trabalho, um salário e minhas filhas estão de manhã no colégio e de tarde na jornada ampliada, e no final do mês tem o dinheirinho da bolsa para comprar o caderno, uma roupa, um calçado”.

Mesmo que não aconteça com muita frequência, alguns pais exigem, permitem ou favorecem faltas na escola ou na jornada ampliada para que os filhos *“quebrem algum galho”*. Quebrar o galho significa desempenhar algum mandato do adulto: fazer algum trabalho, ajudar o pai ou mãe na catação, cuidar do irmão menor. Essa atitude desvenda um certo olhar sobre a formação da criança ou adolescente. O argumento básico dos pais é o da necessidade. Pode-se focar o caráter pouco credível que alguns pais e mães pesquisados atribuem, sobretudo, à jornada ampliada. Ou seja, as atividades da escola são geralmente mais valorizadas pelos pais do que as atividades da jornada ampliada porque estão ligadas como período preparatório para o trabalho.

Os pais e as mães pesquisados se dividem em alguns pontos. Alguns consideram que é perda de tempo para

as crianças e adolescentes irem para a jornada ampliada: *“deixo eles irem porque é obrigado, mas fazem o que lá?”*, mas outros afirmam que escola e jornada ampliada *“são boas”* e *“ensinam muitas coisas”*. Os professores e os monitores *“trabalham com gosto”*, *“trabalham bem”*, *“os monitores são carinhosos”*, *“explicam aquele dever da escola que a criança não entendeu”*. Ainda alguns enfatizam o valor moral desses espaços: *“já que é proibido que eles trabalhem, em vez de ficar na rua aprendendo coisa ruim é melhor que fiquem na escola e no PETI”*.

Em algumas cidades visitadas, os pais e as mães pesquisados queixam-se do tratamento discriminador da escola em relação aos seus filhos. Em Brasília, a pesquisadora foi procurada por uma das mães da comunidade de catadores de lixo da Estrutural ligadas à Cotrap que informou que seus filhos sofriam discriminações na escola que freqüentavam por parte dos professores e diretora. Em Olinda, alguns informantes casuais e formais queixaram-se da *“bagunça”* que para eles é a jornada ampliada: *“o ônibus atrasa ou não vem e as crianças ficam na estrada esperando. Tem dia que elas são obrigadas a subir no sol quente. E lá não tem organização. Os monitores são bons, mas lá não tem organização”*.

A Sra Rita, associada do Centro de Ecologia, em São Bernardo, considera a jornada ampliada assim como a escola um bom lugar para deixar os filhos, *“um tipo de proteção”* enquanto ela está trabalhando. Mesmo que não esteja oficialmente no Programa e não receba o dinheiro da bolsa do PETI. Para ela *“eles estão como se estivessem em casa, de manhã eles têm almoço, tomam banho, fazem atividade de tudo, a lição de casa, e cinco horas da tarde eles são soltos”*.

Quando criança dona Rita trabalhava no lixão junto com seus pais. Diz ela que *“era uma vida dura. Não era fácil, tinha que dar duro mesmo senão tu não tirava nada, o que tinha era muita gente também. Tinha que se ter muito cuidado porque tinha turma que usava gancho e essas coisas. Quando tem lixão ainda usam o gancho”*. Quando adulta continuou no lixão levando os seus filhos até que um dia *“eles se queimaram. Foi uma tarde assim”*, conta ela, *“nós estávamos esquentando a fogueira, nisso estava meu filho e meus dois sobrinhos, tinha mais dois filhos de duas vizinhas. Nós estávamos dentro da cabana quando escutamos o estouro, depois meu sobrinho falou que eles pegaram uma sacolinha de lixo que estava fechada, acho que alguém tinha deixado de lado, e talvez tenha sido uma lata de esprei. Ai estourou e o fogo pegou mais no sobrinho, grudou nele um plástico, meu menino sapecou o rosto e ficou marcado e o lado das pernas”*. Hoje não quer mais que os filhos trabalhem com lixo, somente em casa.

De fato, o que se vê entre os pais e mães catadores de lixo a respeito da escola e da jornada ampliada é uma grande diversidade de opiniões. Observa-se que para eles é muito difícil uma opinião sobre o tema que envolve demandas legítimas, ideologias e direitos, entretanto, a escola é valorizada como possibilidade de *“um futuro*

melhor”, “*única herança que um pobre pode deixar para os filhos*”. A maioria dos pais e mães quando elogia a escola o faz tendo como referência uma escola em abstrato, mas quando indagada sobre fatos concretos ocorridos com seus filhos faz críticas contundentes. Tal comportamento possibilita que se afirme que existe um imaginário individual, coletivo e social que produz uma escola ideal e um discurso sobre ela. Mas, concretamente, a maioria dos pais e mães pesquisados considera a escola como um rápido período na vida das suas crianças e adolescentes.

Quanto ao seu próprio direito de estudar, em termos de alfabetização ou níveis superiores de escolaridade, os pais e mães em geral não tecem o mesmo discurso que tecem ao conversarem sobre a escola (estudo) dos filhos. Muitos dizem ou que estão “*velhos demais*”, que o esforço não seria compensatório ou não terem tempo. Outros dizem que tentaram, mas não conseguiram se alfabetizar, pois é “*muito difícil*”, “*não tenho paciência*”. Entretanto alguns estão freqüentando cursos de alfabetização quer porque consideram que terão maior autonomia no espaço público, quer, como dizem, para “*dar exemplo aos filhos*” ou por qualquer outro motivo. O fato é que quando os pais freqüentaram ou estão freqüentando a escola, suas considerações sobre a escolarização dos filhos e a própria escola são mais positivas. As considerações positivas dos pais sobre a escola e o processo de escolarização dos filhos influenciam positivamente o nível de aprendizagem dos filhos.

Em relação à participação dos pais e mães pesquisados na escola dos seus filhos e na jornada ampliada, a maioria afirma que não tem muito tempo disponível para atender às demandas da escola e quando comparece nem sempre considera que valeu a pena. São as mães quem mais comparecem à escola e a avaliação que fazem é de que nem sempre o encontro com os professores tem a utilidade desejada/esperada.

O que os pais e, sobretudo, as mães observam é que são chamadas para serem “*cobradas*” ou para os professores “*fazer queixa deles (dos seus filhos)*”. Nesta perspectiva, a relação com os monitores, na maioria das vezes, parece ser menos tensa. Embora poucos pais e mães (em geral as mães) pesquisados afirmem que sempre que solicitados vão à escola (ou na jornada ampliada) e que conhecem os professores e os monitores dos filhos. Dizem eles que sempre que foram nesses espaços, os objetivos dos chamamentos se resumiam em informá-los a respeito do comportamento das crianças e adolescentes. Esses pais e mães não são em geral precisos (e nem poderiam) na sua avaliação sobre o conteúdo das aprendizagens escolares e das atividades da jornada ampliada. Também não são precisos sobre a qualidade do ensino. Consideram negativa a falta de orientação para o trabalho, mas reconhecem a importância da bolsa PETI para os estudos de seus filhos.

Pode-se afirmar também que em razão da urgência imposta pela pobreza e de um certo conhecimento da real impossibilidade de ascensão social via estudos, pelos

pais e mães pesquisados, a escola perde e perdem as crianças e os adolescentes. A proibição do trabalho infantil e a existência da bolsa levam muitas crianças para a escola (embora isso não signifique o abandono do trabalho e nem aprendizagens escolares reais), mas para a adolescência é diferente. Os adolescentes são levados ao abandono da escola e a caírem precocemente na ausência de direitos que o seu mundo real de pobreza e exclusão lhes impõem. É quase impossível conciliar o trabalho de catador e os estudos. Em verdade, para a maioria dos pais e mães pesquisados e, mesmo para as crianças e adolescentes, a escola ainda não foi simbolicamente re-significada. Os conceitos que tinham antes de sua inserção no Programa de modo geral são os mesmos. Neste sentido, pode se considerar que essa seja uma das grandes falhas do próprio Programa.

2.2.3. A infância e a adolescência

A visão dos pais e mães pesquisados sobre a infância é, em geral, romantizada e idealizada, mas sobre a adolescência essa visão se bifurca expressando uma certa tensão quando eles ainda estão morando com os pais e não trabalham, e, de maior companheirismo quando os filhos trabalham. Tendo eles constituído família ou não. Com efeito, alguns consideram que os filhos adolescentes são mais “*rebeldes*”, “*não querem mais obedecer*” e “*ficam batendo perna na rua para namorar*”. Esse tipo de discurso dos pais e mães pesquisados deixa ver a adolescência como ocasião privilegiada para que os filhos assumam a responsabilidade sobre eles mesmos, razão pela qual a maioria deles abandona a escola, pois entre o trabalho e os estudos a prioridade é para o trabalho, necessária ao enfrentamento da pobreza.

Não é estranho aos pais e mães pesquisados que seus filhos ainda adolescentes formem outra unidade familiar no precoce momento da adolescência. Assim, na idade de quinze, dezesseis, dezessete anos muitos já têm suas próprias famílias. A pesquisadora encontrou, nas regiões visitadas, homens e mulheres ainda adolescentes na situação de união marital, como também encontrou adolescentes grávidas ou adolescentes mães. Convém lembrar que em muitos casos são as avós que criam os netos, quer quando a mãe é adolescente e solteira, quer quando o casal é muito jovem ou quando “*a relação não deu certo*”.

Na maioria das vezes, o conceito de infância formulado pelos pais e mães pesquisados liga a criança ao brincar e não ter responsabilidades, mesmo quando eles advogam a favor do trabalho infantil. As crianças e adolescentes trabalham em casa e fora dela e, muitas vezes, são vistos pelos pais como “*irresponsáveis que só querem brincar*”.

Convém lembrar que muitas crianças e adolescentes desempenham tarefas domésticas. Leila, entrevistada em São Bernardo, tem 13 anos de idade. Em razão do Programa abandonou o trabalho que fazia no lixão e passou a trabalhar em casa. Cuida da irmã de três anos

de idade, limpa a casa, arruma as camas e cozinha. Este é também o caso de Ana, 12 anos, entrevistada em Olinda, quando não está na escola e na jornada ampliada cuida dos sobrinhos e ajuda no trabalho doméstico, mas a mãe a considera “preguiçosa”. A mesma mãe observa que “ser criança é não fazer nada, é não ter responsabilidades”. Diz ela: “no meu tempo era diferente. Eu quase não tinha tempo de brincar. Brincava varrendo a casa, cozinhando, cuidando dos meus irmãos mais pequenos enquanto meus pais trabalhavam na roça. Eu também ajudava meus pais na roça. Agora não eles (refere-se aos filhos) não querem mais fazer nada. Tenho que brigar para eles fazerem alguma coisa em casa”.

Em síntese, grande parte dos pais e mães pesquisados considera que trabalhavam muito quando eram crianças e que tinham pouco ou nenhum tempo para brincar. Entretanto poucos entre eles valorizam o tempo de brincar de seus filhos. Neste sentido, convém lembrar que uma das maiores críticas que esses pais e mães fazem ao PETI é que lá (na jornada ampliada) “eles perdem muito tempo com brincadeiras e não fazem nada”. Uma pequena minoria entre os pais e mães pesquisados considera que brincar é “importante para as crianças” e que “eles aprendem brincando”. Existem posições distintas sobre o tema, mas entre a maioria dos pais e mães há uma angústia generalizada. Muitos dizem que não sabem como lidar com certos comportamentos dos filhos. Preocupam-se com seus filhos, tentam educá-los, protegê-los da violência, das drogas e de tudo que pode prejudicá-los. O que eles dizem querer é o que todos os pais e mães dizem querer, ou seja, o bem estar dos filhos.

Os catadores de materiais recicláveis pesquisados estão em níveis distintos de compreensão dos direitos. Essa é uma questão complexa e difícil, uma vez que muitos deles consideram que “pobre não tem direitos”. Tanto assim que muitos criticam o ECA. Dona Maria, entrevistada em Belém, diz que “com esse negócio do Estatuto as crianças fazem o que querem e os pais ficam de mãos atadas”. E ela pergunta: “como educar se os pais não podem bater que a gente vai presa?”. Seu Januário, entrevistado em Olinda, diz que bate nos filhos “de levinho” e que diz a eles “podem ir se queixar na polícia”, “quando digo que vou bater nela (refere-se à filha) ela diz que vai dar parte e eu digo para ela ir mesmo”.²⁵

Em se tratando de direitos das crianças e adolescentes pesquisados e seus pais, duas questões são absolutamente importantes: o trabalho e o castigo físico. Essas duas questões são também culturais. Para muitos pais e mães o trabalho tem um valor moral.

“Agora é proibido botar as crianças no trabalho. Eu cresci trabalhando na roça e não perdi pedaço. Se não

trabalham eles ficam vagabundeando pela rua e dá coisa ruim”, “não importa se é criança, se é pobre tem é que trabalhar e trazer algum para casa”.

Na Vila dos Papeleiros, em Porto Alegre, segundo os pesquisados, têm muitas crianças catando e puxando carrinho. Alguns estão na escola e outros não. Seu Antonio, entrevistado em Porto Alegre, na Vila dos Papeleiros, diz que:

“tem gente que é contra (refere-se ao trabalho das crianças e dos adolescentes na catação de lixo), eu prefiro uma criança trabalhando e estudando do que nas esquinas cheirando loló ou procurando maconha, porque eu trabalho desde os sete anos. Eu sempre gostei de ter o meu dinheirinho e sempre gostei de ajudar minha família. Eu parei de sustentar a casa de minha mãe e do meu pai para poder sustentar a minha. Enquanto a criança está trabalhando ela não está nas esquinas, ociosas pensando em jogar pedra ou fazer isto ou aquilo”.²⁶

Outro catador diz em Belém:

“antes tinha muita criança que ia para o lixão, mas muitos pararam, porque não pode mais levar, se levar as crianças para a reciclagem podem te levar para o Conselho Tutelar. Alguns pais ainda levam os filhos e outros nem os pais levam e eles vão escondidos, e o que eles conseguem vendem direto para os sucateiros, ainda é melhor do que estar roubando”.

²⁵ Conservou-se o nome verdadeiro do sujeito-informante.

²⁶ BEAUVOIR, Simone. Le deuxième sexe. Paris : Gallimard, 1980.

Outro caso de violação de direitos é o de uma menina do PETI, entrevistada em Olinda, que narrou à pesquisadora sua experiência como pedinte. Disse ela que quando não há nada para comer em casa, ela e sua mãe, pedem esmolas, mas, diz a menina, *“o que me deixa mais triste é quando as pessoas olham para a gente e não dão nada”*. A mãe foi entrevistada pela pesquisadora e nada negou sobre tal prática.

Portanto, a rigor, parece que o trabalho com as famílias está apresentando algumas falhas graves. A pesquisadora acompanhou alguns encontros com o PETI e as famílias, mas foram reuniões muito mais de *cobranças* do que propriamente sócio-educativas. Seja como for, a ação pedagógica no trabalho com as famílias deve fazer ecoar, por toda a sociedade, a exigência de uma ordem de vida mais justa para as crianças e os adolescentes. O direito deles tem que se impor na sociedade. Embora difícil, este é um dos compromissos do PETI e parece não estar sendo atingido.

2.2.4. Relações de gênero e étnicas

O problema das relações de gênero e étnicas é bastante complicado. A percepção de gênero entre os catadores de materiais recicláveis corresponde em geral à visão mais conservadora da sociedade brasileira. O conjunto dos depoimentos não deixa dúvidas, a maioria das mulheres adultas trabalha na catação ou seleção de materiais recicláveis, cuidam da casa e dos filhos tendo, portanto, menos horas de descanso do que os homens. Os homens trabalham na rua, mas raramente em casa. Alguns ajudam, mas não assumem totalmente as tarefas domésticas. Portanto, com ou sem ajuda dos homens, são as mulheres as responsáveis pela manutenção da unidade doméstica. É interessante acompanhar alguns depoimentos:

Pesquisadora:

“a senhora trabalha e seu marido também. Quem faz as tarefas domésticas?”

Sra. Maria:

“eu. O marido ajuda um pouco. Eu levanto já fazendo o café da manhã, chamo o marido e os filhos e arrumo eles para irem a escola. Vou trabalhar. Depois desço lá de cima (lixão) para fazer a comida. Todos comem e eu lavo a louça. Depois volto para o lixão. De noite faço a comida. Nos fins de semana lavo a roupa e arrumo a casa”.

Pesquisadora:

“o que faz o seu marido para lhe ajudar?”

Sra. Maria:

“ah! Ele esquenta a janta, mas não é sempre. E ajuda a cuidar das crianças”.

Outros depoimentos se dirigem ao mesmo foco:

“depois do trabalho ele (o marido) gosta de tomar umas no bar. Aí não tem jeito. As crianças com fome eu faço o jantar”, “não, ele (o marido) não ajuda em nada. Homem só atrapalha”, “ajuda só quando dá na veneta dele”, “ajuda numa coisinha ou noutra”.

Quando as mulheres estão com um novo companheiro, os filhos das relações anteriores são muitas vezes relegados ao segundo plano. Os homens aqui desempenham o papel de suporte efetivo da mulher, mesmo quando a ação da mulher é decisiva para a sobrevivência. Alguns professores e monitores entre os pesquisados observam que *“quando vem um novo companheiro para a casa da mãe as crianças ficam muito agressivas”*. É forte o peso cultural que sustenta o imaginário do homem provedor e da mulher mantenedora da unidade doméstica. Mesmo que na realidade a mulher contribua tanto quanto o homem para prover a casa. Entre os catadores de materiais recicláveis, esses são lugares excessivamente cristalizados provocando uma enorme lentidão nas mudanças. Entretanto não é raro se observar tarefas domésticas sendo realizadas pelos filhos. E quando isso acontece há uma hierarquia, mostrando a concepção de gêneros que têm os pais e as mães. Porquanto, geralmente, quando há meninos e meninas na casa, o trabalho doméstico é realizado pelas meninas. Os meninos pouco cooperam ou, simplesmente, não cooperam em nada. E se cooperam, quando há meninas, nunca são os responsáveis pelas tarefas, mesmo sendo eles maiores do que elas. Algumas meninas ou adolescentes cozinham, cuidam dos irmãos menores, arrumam a casa e arrumam as camas. Quando somente há meninos na casa então é possível que eles realizem as tarefas domésticas enquanto os pais estão fora. Ou seja, as disposições do trabalho doméstico mostram os lugares dos gêneros no imaginário individual e coletivo das famílias pesquisadas, nas cinco regiões visitadas.

Evidentemente, embora o trabalho doméstico seja emblemático, a questão dos gêneros não se resume nessa experiência. Todos os comportamentos, brincadeiras e brigas familiares, reclamações dos pais, privilégios, decisões familiares, mostram a primazia dos homens sobre as mulheres, do marido sobre a esposa, dos filhos

sobre as filhas. Primazia que funciona como classificador social. Neste espaço o valor atribuído ao homem é superior ao valor atribuído à mulher, quer em termos de avaliações simbólicas, quer em termos de poder efetivo. Há de fato uma opressão feminina entre os catadores de materiais recicláveis pesquisados. Até mesmo quando se trata de unidades domésticas nas quais a mulher é chefe de família.

Nas associações e cooperativas as mulheres assumem um papel secundário em relação aos homens. Quando participam da diretoria ou da presidência são, em geral, intermediadas pela figura do homem. A questão reside numa representação direta da assimetria de poder entre os gêneros. Contudo *“não se nasce mulher, torna-se mulher”*,⁹ sendo cada um dos gêneros definido culturalmente o que empresta maior capacidade a cada um de se mover em um domínio específico. A percepção de ser mulher é uma construção social. Assim, diferença e opressão produzem, no espaço dos catadores de materiais recicláveis, subjetividades negativas, submissas e autoritárias.

O mesmo ocorre em relação às etnias. Adultos, adolescentes e crianças negras e índias também parecem ter entre si e o mundo um interposto étnico. A concepção dos pais e mães pesquisados sobre a questão étnica parece ser muito fundamental no processo educativo dos filhos. O que as crianças e os adolescentes expressam neste sentido espelha sua socialização na família e na escola. A interação que eles mantêm com os espaços é percebida como assimétrica, em termos de valor e seus desdobramentos: poder, propriedade, saber. Em Belém, uma das crianças pesquisadas com características indígenas muito fortes disse à pesquisadora que era negra. Explicando melhor sua afirmativa deixou claro que hierarquicamente os negros têm mais valor do que os índios, no espaço em que ela circula.

Embora pareça muito camuflada, a questão étnica é complicada neste contexto. Além da pobreza alguns enfrentam também preconceitos étnicos. Alguns pesquisados são claros neste sentido: *“nós aqui sofremos discriminações porque somos pobres e moramos nesse lugar, para conseguir emprego temos que dar outro endereço, se não ninguém dá emprego para a gente. Sofremos discriminações porque a gente é morena (negro). É discriminação por todo o lado”*.

Neste sentido, há que se perguntar sobre a influência das ações sócio-educativas do Programa, uma vez que parece que não haver entre os pesquisados compreensão da base e processos de violação de direitos. Em outros termos, para a superação tanto na discriminação por gênero como étnica parece haver pouca influência das ações sócio-educativas do Programa.

2.2.5. Mudanças no comportamento das crianças e dos adolescentes

Alguns pais e mães pesquisados, nas cinco regiões visitadas, quando questionados sobre a real mudança trazida pelo PETI dizem que a maior mudança foi o fato das crianças e adolescentes receberem bolsa, mesmo que o *“dinheiro seja pouco e a bolsa sempre esteja atrasada”*. É como se eles estivessem empregados com um salário *“menor do que quando eles ajudavam catar no lixão”*, enfatiza uma das mães pesquisadas em Belém e contrária a proibição do trabalho infantil. Os pais e mães pesquisados também expressam algum reconhecimento pelo fato das crianças e adolescentes estarem mais *“protegidos”* quando os pais e mães estão trabalhando no lixão, associação ou cooperativa. Dizem eles que o lugar onde moram é muito violento (essa posição de morar num lugar violento apareceu com muita ênfase em Belém, Olinda e São Bernardo), quando as crianças e adolescentes estão na escola e na jornada ampliada ficam mais a salvo daquilo que esses pais e mães consideram violência. Mas também reconhecem a importância da bolsa para que seus filhos possam se dedicar aos estudos.

Em algumas entrevistas, pais e mães mostraram-se preocupados com a possibilidade de perder a bolsa. Três são as principais razões apresentadas: proteção dos filhos, ajuda na alimentação e, finalmente, um certo reforço nos estudos.

Dona Sara, entrevistada em Porto Alegre, entre outros, preocupa-se dizendo que os adolescentes *“perdem o PETI na idade mais perigosa”*. Essa informação é muito importante porque de fato o Programa para adolescentes tem poucas bolsas. A maioria dos adolescentes pesquisados também expressou a mesma preocupação. Como diz Marquinhos, entrevistado em Belém: *“O que vou fazer no ano que vem se não vou mais continuar no Programa? Trabalhar?”*. O adolescente gostaria de poder continuar seus estudos e a participar da jornada ampliada, onde ele considera que aprendeu *“a viver melhor e a se gostar mais”*.²⁷

Embora em menor número, alguns pais e mães pesquisados, valorizam o fato dos filhos terem *“essa chance de poder ir à escola e ao PETI”*. Esse grupo enfatiza, além do recurso da bolsa, a possibilidade, ainda que remota, de ascensão social via estudos. A fala de seu Antonio, entrevistado em Porto Alegre, não é isolada. Referindo-se à importância da escola e da jornada ampliada ele diz:

“hoje eu digo que tenho orgulho de ser papeleiro (porque influi positivamente com o meio-

²⁷ A oficina de comunicação da qual Marquinhos participa em termos de aumento da auto-estima se mostra mais efetiva entre as observadas pela pesquisadora durante essa pesquisa.

ambiente), mas não tenho orgulho que meus filhos sejam e nem essa gurizadinha que eu tenho aqui na vila”.

O depoimento do seu Antonio, líder na sua comunidade, mostra muito bem que há um aumento da sua auto-estima, como também se pode perceber em outros pesquisados, mas não a ponto de querer seus filhos e a *gurizadinha*, como ele próprio se refere, no mesmo contexto. Isto é, ele não deseja a reprodução econômica e social, mas o cenário econômico lhe sugere poucas mudanças no processo. O que, em última instância o seu discurso sugere, é que a associação na qual ele está integrado, em termos de alterações econômicas efetivas, não responde ao que seria esperado para reverter o quadro de pobreza e exclusão.

Entre as mudanças ocorridas no meio dos pais, mães, crianças e adolescentes catadores de materiais recicláveis, observadas pelos agentes diretos e indiretos do Programa e pelos próprios catadores, aparece a questão da higiene do corpo. Alguns catadores (não todos) têm um cuidado maior com o corpo que, segundo agentes, professores e monitores envolvidos no PETI, não havia anteriormente. Embora muitos ainda se queixem que as crianças e os adolescentes andem *“sujos e com mau cheiro”*. Depois do trabalho, a maioria dos catadores toma banho, as mulheres usam brincos e batom nos lábios, as crianças estão mais limpas. Neste caso, o cuidado com o corpo expressa um aumento da auto-estima, isto é, a produção de um olhar mais generoso sobre si próprio.

Muitas vezes, os catadores pesquisados no local do trabalho desculparam-se à pesquisadora por estarem sujos, explicando que nesse tipo de atividade não há como evitar tal estado. Outros comentários são no sentido da auto-estima também importantes: *“vou por dentes e mudar de figura”*, *“gosto quando o dinheiro da bolsa dá para comprar roupa e calçado”*. O aumento da auto-estima está entre as mudanças mais significativas aparecendo, sobretudo, nas experiências melhores estruturadas. E é justamente nessas experiências que os catadores mais reconhecem a importância do estudo dos filhos, da conquista da cidadania, do trabalho coletivo. Essas mudanças são percebidas pelos próprios catadores de materiais recicláveis.

Outros pais e mães pesquisados ainda não percebem mudança alguma pelo fato de disporem de bolsa PETI. O *“dinheiro é tão pouco que não muda nada”*. Entretanto nenhum entrevistado apontou para mudanças negativas em relação ao Programa, embora, como anteriormente foi mencionado, um deles tenha dito que com a bolsa o filho ficou *“mais dono de si”* e de outros catadores discordarem da proibição do trabalho infantil.

Não resta dúvida que em alguns trabalhos a mudança foi mais efetiva do que em outros, mas todos sem exceção

alteraram a vida das famílias. A maioria das mudanças foi positiva porque além da bolsa está havendo (em alguns casos com relativo sucesso) geração de trabalho e renda. Fato que coloca essa população numa zona de inserção via programa, mas, infelizmente, em nenhuma das cidades visitadas observou-se alguma possibilidade de dispensar a ajuda do governo, quer na perspectiva econômica, quer na perspectiva das ações sócio-educativas. Portanto ainda falta muito a ser feito para que a própria população de catadores de materiais recicláveis possa ela mesma defender os seus direitos. Em outros termos, ainda será necessário um longo caminho para a sua efetiva integração.

2.2.6. O futuro das crianças e dos adolescentes

De certo modo, a maioria dos pais e mães pesquisados é realista ao discutir sobre o futuro de seus filhos. Os pais e mães não acreditam que as condições tenham ou possam se modificar a ponto de poder vislumbrar um futuro mais promissor. Muitos consideram que as mudanças foram importantes e lhes deu mais dignidade, mas a *“vida no mundo do lixo é difícil”*. Talvez algumas dessas crianças e adolescentes do Programa possam continuar seus estudos, mas, certamente, serão exceções. Salvo se o Programa, no que tange ao trabalho e geração de renda, for mais efetivo. A qualidade diferencial dos projetos de futuro depende, em grande parte, da resolução das questões econômicas.

“Sonho em tirar meus filhos daqui, sabe? Sonho que eles possam permanecer na escola. Os estudos são a única possibilidade de conseguir um trabalho melhor do que esses que têm por aqui. Sonho que eles se formem e consigam melhorar de vida. Vou fazer todo o possível para ajudar, mas tenho medo que eles não consigam”.

Os pais e mães pesquisados focalizam o futuro dos filhos no trabalho, pois na sociedade brasileira a identidade está construída no eixo do trabalho. Nenhum deles referiu-se a outros campos no projeto de futuro dos filhos. Evidentemente, numa sociedade salarial como a brasileira isso é muito pertinente. Mas em geral há uma desesperança muito grande em relação ao futuro. Diz um catador de Porto Alegre: *“como poderão nossas crianças ter um futuro melhor que o nosso se continuarem aqui?”*. Pensam eles que se o PETI fosse profissionalizante seus filhos poderiam se sair melhor na vida.

De qualquer modo, essa dificuldade de projetos de futuro positivo afeta de modo particular a auto-estima dos filhos porque apresenta também uma conotação conformista e despotencializada. É, sem dúvida, uma propriedade notável a relação entre a subjetividade dos filhos e a dos pais na reprodução dos lugares sociais. Portanto a produção diferencial das subjetividades das crianças e dos adolescentes aqui referidos vai depender em grande parte, como já mencionado anteriormente, de ações sócio-educativas capazes de mudar o imaginário individual e coletivo dos catadores pesquisados sobre eles mesmos e sobre as relações de poder que se tramam na sociedade brasileira.

Com efeito, projetos de futuro positivos estão ligados há um certo modo de interpretar acontecimentos recentes, portanto, quando não há perspectivas de futuro o que está acontecendo é a perda do sentido de pertinência à vida social. Este é um dos dilemas por que passa parte dos catadores pesquisados. Junto a eles soluções redentoras não mais se sustentam. De algum modo, mesmo que intuitivamente, sabem que exclusões, velhas e novas, hoje se processam numa lógica distinta das anteriores processadas e exigem soluções também distintas. O que está em jogo para eles que tentam se organizar coletivamente é a possibilidade de uma nova contratualidade que lhes traga equidade e novas regras de civilidade nas relações sociais. Em outros termos, muitos catadores vislumbram possibilidades que se abrem no horizonte das associações e cooperativas, mas diante da prática, experiências e acontecimentos sentem-se impotentes. De um lado o revés da própria existência, de outro, uma perspectiva que não conseguem controlar.

2.2.7. Considerações

A pesquisa com pais e mães, catadores de materiais recicláveis, evidencia o contexto sócio-cultural das crianças e adolescentes pesquisados e ajuda na compreensão de suas subjetividades. Entretanto aponta criticamente para dois eixos do Programa: trabalho e geração de renda e ações sócio-educativas. O desenvolvimento adequado desses dois eixos é essencial para o êxito do Programa. Entretanto a maioria dos trabalhos visitados ainda parece incipiente neste sentido, dando uma conotação muito assistencialista ao próprio Programa.

Na maioria das regiões pesquisadas, o grave quadro de miséria deixa os responsáveis pelo PETI “*de mãos amarradas*” para fazer valer a contrapartida exigida pelo próprio Programa, isto é, frequência na escola e na jornada ampliada. O caso de uma adolescente que tem um bebê de seis meses é emblemático. Ela recebe a bolsa, mas não está frequentando nem a escola e nem a jornada ampliada porque tem que cuidar da criança. Episódios como esse em que a criança ou adolescente recebe a bolsa não cumprindo ou cumprindo parcialmente a contrapartida exigida pelo Programa não são raros. Entretanto isso desfigura o Programa e o transforma em mero assistencialismo.

Com efeito, o Programa muitas vezes aparece como puramente assistencialista e, portanto, com uma pedagogia não emancipatória, produzindo subjetividades subalternas. A educação se efetiva em negativo perpetuando as relações de poder. Por um lado, há um arbitrário cultural definindo o modo de recebimento da bolsa, por outro, uma forte construção simbólica que mantém a reprodução social. Toda a ação pedagógica aqui parece voltar as costas para a importância do trabalho e geração de renda na perspectiva emancipatória. O pensamento de Bourdieu e Passeron pode auxiliar a reflexão. Dizem eles que

*“Todo o poder de violência simbólica, isto é, todo o poder que chega a impor significações e a impô-las como legítimas, dissimulando as relações de força que estão na base de sua força, acrescenta sua própria força, propriamente simbólica, a essas relações de forças”.*²⁸

Convém observar que a ação pedagógica desenvolvida pelo Programa é muito variável. Razão pela qual é importante fazer uma distinção, em termos de seus agentes, desenvolvimento e resultados. Este procedimento é particularmente importante para corrigir o Programa. Neste sentido, a pergunta inicial é qual o objetivo do PETI? Segundo a Análise Situacional do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, 2004, “*os eixos do programa são o repasse da Bolsa Criança Cidadã; a execução da jornada ampliada; e o trabalho com as famílias, que se divide em duas naturezas: sócio-educativa e de geração de emprego e renda*”. Grande parte das experiências, nas cinco regiões visitadas, não está atingindo esse objetivo. O que parece estar acontecendo refere-se ao poder legitimador da incompetência e, conseqüente, necessidade de tutela dos catadores. A violência simbólica produzida por alguns desses programas parece ter uma idéia generalizante do catador, permanecendo em consonância com um imaginário negativo sobre os pobres (ou contra eles). Essas observações levam a refletir a respeito da sociedade brasileira que joga inteiramente sobre os ombros dos pobres e excluídos a responsabilidade por seu próprio destino, quando a perda dos meios de sobrevivência não tem relação com seus atos, vontades e competências. São, de fato, os pobres e excluídos as figuras clássicas da destituição. Para eles está reservado o espaço da assistência social apenas para minorar a desgraça e possibilitar a sobrevivência e aju-

²⁸ BOURDIEU, Pierre e PASSERON. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1975.

dar a viver na miséria.²⁹ O PETI pode mudar isso e de fato elevar as condições de vida dos catadores de materiais recicláveis.

Em verdade, é problemático referir-se ao Programa sem uma análise mais aprofundada, mas se pode afirmar, sem medo de errar, que o que de fato não está sendo rompido (nem nos agentes e nem nos catadores) é o mecanismo de internalização e naturalização dos significados das relações de classe. Embora essa naturalização seja inerente a toda e qualquer cultura, programas como o PETI tem como definição essencial o seu rompimento e superação.

Aqui emerge um ponto fundamental que precisa ser pensado pelo Programa que é o *“mérito da necessidade”*,³⁰ através do qual se define a essência perversa da relação dos *necessitados* com o Estado. Isto é, se o Programa não for estruturado no reconhecimento de direitos corre o risco de estigmatizar ainda mais a população atendida, marcando equivocadamente sua carência como fracasso de responsabilidade pessoal ou azar do destino e não o que realmente acontece, isto é, que eles foram lesados nos seus direitos. Não cabe num Programa desse porte e com esses objetivos ouvir crianças e adolescentes, seus pais e mães, como se ouve, agradecerem a Deus pela bolsa. As desigualdades não podem ser transfiguradas com falsas imagens. Pois isso despolitiza, na medida em que mascara a matriz real das exclusões. Essa população é não-cidadã porque lesada de seus direitos pelo modelo econômico da sociedade brasileira.

2.3. O QUE PENSAM OS PROFESSORES E OS MONITORES

Neste sub-capítulo são feitas algumas considerações tendo em vista as visões dos professores e dos monitores sobre as crianças e adolescentes do PETI, seus pais e mães, a escola e a jornada ampliada, nas cinco regiões visitadas. As posições dos professores e dos monitores são muito diversas, variando entre uma visão crítica do Programa e reconhecimento de sua potencialidade ao simples fazer assistencialista.

2.3.1. As crianças e os adolescentes do PETI

Muitas entre as professoras pesquisadas desconheciam a existência de crianças e adolescentes do PETI em suas salas de aula, mas conheciam o Programa. Outras conheciam o Programa vagamente e nunca se interessaram em obter mais detalhes. Esses professores consideram que podem ajudar essas crianças e esses adolescentes,

outras não gostam de trabalhar com eles. Seja como for, *ajudar* é um conceito complicado e não gostar de trabalhar com esse tipo de criança tendo que fazê-lo produz um perdedor: a própria criança ou adolescente. Há também professores que consideram que as crianças e os adolescentes do PETI são como os outros, mas com histórias e experiências diferentes. Sim, *“uma vida mais dura e mais pesada”*.³¹

Entrevistou-se uma professora que pediu transferência da escola em que trabalhava porque, como ela mesma relata:

“não é possível trabalhar com essas crianças e adolescentes do lixão. Eles são muito sujos e muito violentos. Brigam o tempo todo de soco ou de palavrão. Eles não respeitam ninguém. Ficam se batendo. Os pais não se interessam por eles porque só querem beber. O PETI não influencia em nada. Eles não mudam de comportamento”.

A professora continua contando que, antes de ser transferida, ficou algumas semanas com eles na escola em que trabalhava.

*“Uma vez veio um com o dedo sujo e toda a unha pendurada. Ele tinha se ferido quando catava no lixão. Mandei que ele fosse embora para providenciar um curativo. No outro dia ele veio com um pano sujo enrolado naquilo. Tive que mandar ele embora e só permiti que ele entrasse novamente em classe quando estava com um curativo limpo. Quando ele voltou já estava curado”.*³²

²⁹ TELLES, Vera da Silva. Direitos sociais. Afinal do que se trata? Belo Horizonte: UFMG, 1999.

³⁰ Este conceito foi criado por Aldaíza Sposati. In. *A vida urbana e a gestão da pobreza*. São Paulo : Cortez, 1988.

³¹ Professora entrevistada em São Bernardo.

³² Essa professora tem na sua sala um adolescente do PETI e o elogia pelo seu esforço e desempenho. Questionada sobre isso (afinal ele foi e sua mãe é catadora), a professora se desconcertou porque não o havia ligado a essa realidade.

O diálogo com essa professora foi desconcertante e mostra de fato o quanto não há um preparo efetivo para que o professor possa lidar com diferentes culturas e classes sociais. Outra professora pesquisada, neste ano, trabalha com classe de aceleração e tem vários alunos do PETI. Diz a professora que os alunos do PETI:

“quase não faltam à aula porque eles vêm pela bolsa, mas são desestimulados. A família não acompanha. Eles têm auto-estima muito baixa, são de uma classe social muito baixa. Os pais só aparecem na escola no fim do ano para saber se o filho vai passar ou não”.

A professora faz algumas observações sobre um bolsista do PETI que a pesquisadora acompanha. Diz ela que ele é calmo, mais tranquilo do que os outros, mas falta muito porque trabalha vendendo balas para auxiliar no orçamento da casa. A professora sabe que a família desse adolescente trabalha no lixão. Ainda considera que as crianças e os adolescentes do lixão *“são bem violentos, se agri-dem por pouco, são mais sujos, quase não têm hábitos de higiene, são altamente voltados para o sexo oposto”*.³³

Outra professora comenta a violência de um aluno:

“ele é uma criança que exige muito, ele espera uma coisa que a família não dá, ele vive pedindo limite, carinho, atenção, às vezes nós temos que ser duros, chamar a família e dizer que não pode ser assim, é um perigo se opor a essa criança. Eles são independentes. Não que eles gostem de ser independentes. Eles não gostam, a vida obrigou isso. Uma mãe tem cinco filhos um de cada relação. Já é o quinto companheiro dessa mãe. Este companheiro novo tem mais credibilidade do que os filhos. A

criança sente isso, ela fica agressiva. Todo o caso de agressividade da criança tem que ser olhado de forma diferente. É preciso ver o que está acontecendo, porque certamente a dificuldade está dentro de casa”.

Em síntese, evasão escolar, faltas, agressividade, violência, desinteresse, carência, sujeira, sexualidade exacerbada, são alguns dos atributos levantados por vários professores para definir as crianças e os adolescentes do PETI. Há de fato, por parte de algumas professoras uma forte discriminação contra as crianças e adolescentes que catavam ou são filhos de catadores de materiais recicláveis. Tanto assim que muitas crianças e adolescentes evitam que os professores saibam de sua condição de vida. Eles têm consciência da discriminação por parte dos professores e colegas. Aqui convém não esquecer que, embora a bolsa PETI de certo modo evite o trabalho infantil, as crianças e os adolescentes continuam no universo do lixo. E é a partir dele que constroem suas subjetividades, é a partir dele que são vistos pelos outros. São raros os casos em que o professor da escola e os estudantes valorizam as crianças e adolescentes vindos do PETI. Nesse caso os colegas *“admiram o que é feito no PETI”*, diz um professor. Em geral quando isso ocorre os estudantes não sabem o que é o PETI e nem onde vivem e onde trabalham os pais de seus colegas.

Neste sentido, a relação com os monitores é menos tensa, pois a jornada ampliada faz parte do PETI. Motivo pelo qual as crianças e adolescentes não se constroem tentando esconder sua origem socioeconômica e cultural. Os monitores, embora considerem as crianças e os adolescentes *“problemáticos”, “sem limites”, “violentos”, “carentes”*, trabalham numa perspectiva menos disciplinadora e mais prazerosa do que a escola. Sobretudo, consideram que todos esses problemas podem ser resolvidos com o PETI, podendo também ser o Programa o mote para a conquista de direitos.

O discurso dos professores e monitores a respeito do futuro dessas crianças e adolescentes é em geral contun-dente. E se o Programa não for de fato levado a sério, estará permeada de realidade:

“olha, francamente, o futuro deles não vai muito longe, não passa muito do que está. É crítico mesmo. Eu acho que tem que ter

³³ Uma professora entrevistada em Brasília também considera que a adolescente do PETI que está em sua sala de aula *“usa roupas mínimas exibindo as pernas e a barriga para seduzir os meninos”*.

um projeto adequado para trabalhar com esses alunos”; “acho que eles têm futuro. Temos um aluno que saiu do PETI e hoje ele nos agradece está com 16 anos e é estagiário na Volks”.

“Futuro nenhum. O que eles vão fazer quando saírem daqui? Vão trabalhar com seus pais catando lixo. Isso aqui é só por um tempo”.

As entrevistas e observações realizadas durante a pesquisa, nas cinco regiões visitadas, mostram que, em níveis distintos, coordenadores, professores e monitores, em geral, estão despreparados para a realização de um trabalho com essas crianças e adolescentes vindos de outra classe social e de outra cultura. E isso é realmente perigoso, porquanto o Programa, tido como adequado, ao ofertar um mau serviço terá maus resultados (por incapacidade do próprio Programa). Entretanto os maus resultados serão computados na conta dos mais fracos, isto é, dos catadores de materiais recicláveis. Serão eles considerados incapazes de responder positivamente e não será considerada a ineficiência do Programa. A respeito das crianças e adolescentes do PETI alguns professores dizem que: *“eles são péssimos”*. Péssimos em que? Em português? Porquanto em matemática eles são ótimos. A vivência no comércio do material que catam os ensina a negociar, a calcular, a projetar. Diz uma adolescente de Olinda: *“no lixão não precisa de nada, só de matemática. E matemática nós sabemos”*. Só que seus saberes não são considerados pela escola. Nem seus saberes, nem seus conflitos, nem suas demandas, nem sua cultura nada ou pelo menos muito pouco, é considerado pela escola. A jornada ampliada também percebe, apreende e objetiva a pobreza conferindo razões ao arbítrio assistencialista.

Considerar as questões do aluno não é ter pena dele. Um monitor diz: *“São crianças carentes que precisam de ajuda e eu estou aqui para ajudar”*. O Programa precisa discordar dessa posição. Nem o professor está para ajudar e nem o monitor. O trabalho da escola e o da jornada ampliada não pode ter um olhar caritativo, porquanto é um trabalho político que visa, através do conhecimento científico, cultural, etc., um ponto central: influenciar a produção de subjetividades emancipadas. Obviamente, isso significa trabalhar na direção do reconhecimento social dessas crianças e adolescentes catadoras de lixo. Não se pode esquecer que o Programa tem vários eixos e que escola e jornada ampliada são dois deles. A impressão que se tem é que algumas engrenagens do Programa são obsoletas e antiquadas. Não resta dúvida que ele é importantíssimo, mas que necessariamente deve ser corrigido nos seus três eixos: da escola/jornada ampliada, das ações educativas, do trabalho e geração de renda.

2.3.2. Os pais e as mães das crianças e adolescentes do PETI

Os professores e os monitores em geral consideram os pais e mães das crianças e dos adolescentes *“desinteressados”, “violentos”, “sujos”, “gente desqualificada”, “gente sem outra alternativa”, “vítimas”*. Em geral nem os professores e nem os monitores fazem uma leitura mais aprofundada das razões pelas quais os catadores e sua imensa pobreza existem. Isto é, eles não articulam a vida dessas pessoas com o modelo econômico brasileiro. Essa falta de articulação entre a condição do catador e o modelo econômico brasileiro não possibilita que eles possam compreender o que de fato se passa. Assim, sem uma leitura adequada da realidade alguns professores e monitores responsabilizam os próprios catadores de materiais recicláveis de sua condição de miserabilidade. Trata-se do desconhecimento da problemática socioeconômica brasileira. Entretanto outros consideram que as ações educativas junto às famílias e o programa de trabalho e geração de renda podem mudar esse quadro, tornando a existência desse grupo mais justa.

Para efeitos de apresentação poderia se observar três blocos de considerações dos professores e monitores a respeito dos pais e das mães. Primeiramente, estão aqueles que consideram os pais e mães irresponsáveis com seus filhos. Um professor questionou o direito de pessoas neste grau de miserabilidade terem filhos, considerando o fato como irresponsável. Neste grupo estão os que consideram que os pais e as mães se *“aproveitam do dinheiro da bolsa, obrigando os filhos a frequentarem a escola para não perderem o recurso”*. Para eles essa situação é nefasta tanto para a criança e o adolescente como para o próprio Programa, pois não *“há rendimento”*, em termos de aprendizagens e mudanças sociais. Não há evasão, mas também não se efetivam aprendizagens. O segundo grupo considera que os pais são *“marginais desqualificados”*, mas quando retiram o filho do trabalho estão interessados em modificar a situação. O terceiro grupo, mais raro, se constitui pelos pais e mães catadores que, independente do Programa, investem na educação, na saúde, no bem estar dos filhos. Embora com dificuldades, sobretudo as mães, se interessam pelo seu progresso escolar e procuram os professores para obter informações neste sentido. São pais e mães, segundo alguns professores e monitores que *“se doam mais aos filhos”*.

Seja como for, professores e monitores descrevem atos de violência e maus tratos de alguns pais e mães sobre seus filhos. Dizem alguns que sabem quando alguma coisa aconteceu com as crianças e adolescentes e, sobretudo, enfatizam que o pior dia de trabalhar é segunda-feira porque ao passarem todo o final da semana em casa dos pais e mães as crianças e adolescentes voltam *“terríveis, muito mais sujos e violentos”*. Ou seja, na percepção desses professores e monitores parece haver um descompasso entre o universo incivilizado da família e o universo civilizado da escola e da jornada ampliada.

Em Belém, uma monitora observa que:

“têm umas famílias que os pais são carinhosos com os filhos, é o caso daqueles que não trabalham lá dentro diretamente no lixão, eles têm mais tempo para seus filhos eles tem mais atenção, pode dar mais carinho. Agora têm aquelas crianças que são mais abandonadas, ficam ali de lado porque a mãe e o pai vão para lá. A maioria destas crianças vive só com mãe ou com a avó; quer dizer o pai abandona vai viver com outra mulher. Lá mesmo no lixão encontra outra mulher, e ela tem que sobreviver com a criança. E não é aquela mulher vamos dizer que tem um ou dois filhos, não, são três, quatro, cinco filhos e aí? Ela tem que sair para dar o jeito dela e qual é o local que ela tem? O lixão. Então ela deixa o filho de sete anos, de seis anos, em casa tomando conta dos irmãozinhos e a criança faz de tudo limpa casa, varre a casa, enche água que eu acho um tremendo de um risco, porque é a céu aberto e é baixinho é ao nível da terra o poço. O risco da criança cair e lá mesmo ficar é muito grande. A vida deles é uma dureza”.

Um professor define a situação:

“a precariedade da vida deles, mas também da total independência deles é uma dificuldade nossa. A gente fica sem parâmetro para a ação pedagógica, são crianças absolutamente independentes.

Mesmo pequeninhos eles andam sós, se viram, vão para a escola, às vezes tem alguma negligência da família, mas a própria constituição familiar expulsa esta criança. Crianças vivendo onde o limite não é imposto, a mãe não tem controle sobre eles, se a promotora pública chama a família para esta responsabilidade nada acontece. Mesmo que eles não saibam como lidar, ela chama para conversar, mas a própria dinâmica da vida deles fazem eles serem como são – tanto os pais como os filhos”.

Em verdade, entre outras coisas, a maioria dos professores e monitores considera que os pais e mães não estabelecem uma relação de cooperação com eles. Dizem que essa falta de cooperação “aparece no rendimento dos estudantes, que *“em geral é baixo”*. O que se pode observar é que há um contraste entre o que imaginam esses professores e monitores a respeito da relação pais e mães catadores e seus filhos e o que de fato acontece. Em geral, são posições totalmente incompatíveis porque são características de pessoas construídas diferentemente. Sob essa forma, o discurso dos professores e monitores desvaloriza toda a ação dos pais e mães catadores em relação aos seus filhos. Num mundo onde o saber legítimo é o da cultura dominante a questão é realmente perigosa. Também os pais e mães catadores interiorizam essa desvalorização. Evidentemente, não se quer tomar uma posição diante desse tema, porque, sobretudo, está contido nele a questão dos direitos, respeitos e violações. Simplesmente, o que de fato se quer remarcar é o sistema classificatório produzido no mundo escolar. Essa desvalorização é sentida pelos pais e mães catadores e pelos seus filhos: *“os professores sempre criticam a criança daqui”*. Na verdade, se trata de uma oposição distintiva.

2.3.3. A escola e a jornada ampliada

A qualidade da escola e da jornada ampliada varia muito entre as regiões pesquisadas. A maioria das escolas e jornadas não dispõe de professores e monitores qualificados para trabalhar com crianças e adolescentes de classes sociais e culturas diferentes da sua. Neste sentido, no período do trabalho de campo, a pesquisadora encontrou situações muito complicadas: professores e monitores que não sabem como trabalhar, mas que não desistem porque precisam do emprego; professores que se recu-

sam a trabalhar “com esse tipo de aluno”; professores e monitores que têm “nojo por causa do estado de sujeira desses alunos”, etc. Essas são afirmações de alguns pesquisados. Também não há entrosamento entre as ações sócio-educativas com as famílias e a jornada ampliada e muito menos com a escola. Em geral, são trabalhos absolutamente dissociados entre si. Essa falta de integração dos trabalhos, não raras vezes, soma-se à má qualidade didático-pedagógica. De fato, muitas jornadas parecem se prestar “apenas para que a molecada não permaneça na rua”. Essa fala de um monitor é muito significativa. Observando algumas jornadas muitos exemplos do despreparo do monitor/monitora ficam aparentes.

Em síntese, profunda ou apenas superficialmente, todos os professores e monitores conhecem o PETI. Mas sobre o assunto, as opiniões se dividem entre os que consideram como “alternativa para os filhos dos pobres”, “programa assistencialista”, “pouca influência nas mudanças sociais”. Embora os argumentos utilizados sejam também distintos, todos são unânimes em afirmar que se trata de um programa com alguns pontos positivos e outros negativos. Entre os pontos negativos aparece a idéia de que “as crianças e os adolescentes se engajam no Programa apenas em razão da bolsa. Tendo, pois, uma baixa motivação para os estudos e baixo rendimento”. “Eles são obrigados a frequentarem a escola. Eles frequentam, mas será que estão aprendendo?”. Em contrapartida, alguns professores e monitores consideram que os alunos aprendem muito na jornada ampliada e que isso contribui para um melhor rendimento na escola. Seja como for, a opinião da maioria é que o PETI (referem-se à escola e à jornada ampliada) “é uma boa idéia e, se bem aplicado, um bom Programa social”.

Em Porto Alegre, uma das monitoras entrevistadas diz que “fala-se muito em rede, mas eu como monitora de sala não enxergo. As crianças apresentam problemas que vem de longe, com os pais, com a vida que eles levam. A gente está forçando uma realidade à criança que não tem continuidade. Se a gente faz um trabalho aqui com eles quando eles chegam em casa dá um choque às vezes com os irmãos, às vezes com os pais. Geralmente, é o próprio pai, padrasto ou amigo da mãe quem não aceita as regras que eles (refere-se às crianças e aos adolescentes) trazem da escola e da jornada ampliada para casa. Nós não temos muito como ajudar”.

Diz outro:

“a solução do problema é muito mais governamental, ou seja, de vontade política para distribuir melhor a renda. Só o PETI não resolve. Fica tudo no mesmo”.

2.3.4. Considerações

A visão dos monitores é muito mais favorável ao PETI e às crianças e aos adolescentes do que a visão que os pro-

fessores. Por um lado, isso pode ser explicado pelo viés de classe. Os professores, em relação aos monitores, em geral pertencem a classes sociais com melhor poder aquisitivo. Os monitores se identificam muito mais com as crianças e os adolescentes pesquisados do que os professores. Por outro lado, a escola e o professor gozam de maior status e reconhecimento do que a jornada ampliada. A primeira atende estudantes pobres, mas também estudantes de classes médias, a segunda apenas crianças e adolescentes pobres e excluídos.

A maioria dos professores e monitores pesquisados não parece ser politizada. Esta é uma falha grave do Programa porque a superação simbólica do universo do lixo requer a compreensão das relações de força que estruturam e efetivam a sociedade brasileira. O professor e o monitor trabalham com crianças e adolescentes que são produtos dos efeitos sociais perversos da ordem econômica, portanto, as ações didático-pedagógicas precisam estar calçadas na compreensão dessa dinâmica. Entretanto nas aulas e jornadas observadas pouco se presenciou neste sentido, ao contrário. Em geral, não há nesses espaços ações qualificadas e diferenciadas, o que significa dizer, que é preciso repensar, a partir da própria realidade socioeconômica da sociedade brasileira, a escola e a jornada ampliada. Tentando através delas romper o imaginário dos catadores e potencializar subjetividades emancipadas. Não basta o Programa ter bons objetivos se estes não forem alcançados.

O discurso dos professores (como também dos estudantes, pais e mães) pesquisados aponta para a necessidade de reformulação da escola e da jornada ampliada. O modo pelo qual a escola está estruturada, isto é, na lógica do controle social com um *modus operandi* transmitindo ideologias sociais e culturais das classes dominantes veicula comportamentos e transações padronizadas que se ligam ao *ethos* filosófico da cultura dominante. Em outros termos, a cultura da escola está informada por estruturantes específicos de classe social, ideologias e estruturas da sociedade maior. A jornada ampliada em geral não foge disso. Escola e jornada ampliada são arenas simbólicas onde crianças e adolescentes, professores e monitores se enfrentam com seus códigos. Há nas escolas e nas jornadas ampliadas observadas uma agenda oculta dissipando as forças potencialmente libertadoras. O encontro pedagógico em geral enfatiza o sofrimento. Esses paradigmas se tornaram naturalizados e legitimados. Sendo a educação uma prática simbólica basal que efetiva uma função fática, esses paradigmas não servem para um programa como o PETI.

A escola e a jornada ampliada devem se estruturar em outros paradigmas, uma vez que é ao nível do paradigma que se muda a visão da realidade e, conseqüentemente, a ação social. A utilização de novos paradigmas supõe uma nova concepção de educação, uma nova escola e uma nova jornada ampliada. Uma educação que recupere a sua dimensão simbólica, imaginária, criativa, inventiva. Duvignaud observa: “descobrimos que a experiência humana orientada em direção do imaginário é uma especulação permanente sobre as possibilidades e aberturas

contidas em germe em todo e qualquer tipo de sociedade: fechada pelos códigos e instituições, contida freqüentemente reprimida pela reprodução social (iniciação, educação em todas as suas formas). Para lá da 'encalhada' situação do homem na história e no tempo, ela propicia a moldura de uma plenitude de ser e de um advento amplificador sem o que as sociedades humanas seriam um mundo de insetos".³⁴

O que se está propondo é uma educação ao nível dos direitos, da criação, da emancipação. Neste ponto o PETI precisa ser mais revolucionário e de fato produzir elementos para uma real transformação. Isso significa, um processo de desnaturalização da pobreza e desenvolvimento de subjetividades emancipadoras e emancipadas.

2.4. CONVERSAS COMPLEMENTARES

Fugindo do plano inicial da pesquisa se apresenta aqui, resumidamente, algumas considerações retiradas dos diálogos que se efetivaram entre a pesquisadora e agentes envolvidos no PETI. A razão disso é que as posições e percepções dessas pessoas, em geral, diferentes dos sujeitos-informantes da pesquisa, são também relevantes, complementando o estudo.

Este relatório mostrou que vários são os sujeitos que participam direta ou indiretamente do PETI. Trabalhar diretamente significa estar em constante contato com as crianças e os adolescentes e/ou com suas famílias. Trata-se de um trabalho marcado pela presença constante, como fazem os professores e os monitores. Mas existem também outros sujeitos que trabalham produzindo condições para que o Programa possa se concretizar. Entre eles estão os coordenadores do próprio Programa, agentes do UNICEF, sujeitos ligados a diferentes instâncias municipais e estaduais, como diretores de escola, conselheiros tutelares, etc. Esses sujeitos se configuram, por um lado, entre os que têm poder decisório sobre o PETI e, por outro, os que não o têm. Neste texto se organizam algumas visões desses sujeitos.

A maioria, entre o primeiro grupo, acredita que o PETI é adequado para resolver a situação das crianças e dos adolescentes catadores ou filhos de catadores de lixo (material reciclável). Não há na maioria dos discursos um questionamento do teor assistencialista do programa. Em verdade, apenas um discurso considerou, fortemente que se não houver trabalho e geração de renda não haverá condições para resolver a questão do trabalho infantil. Sabe-se que para muitos catadores o trabalho dos filhos é fundamental para a economia familiar e que, para eles, a bolsa é condição básica para o seu afastamento do trabalho, pelo menos um afastamento parcial, e sua inserção mais efetiva no processo de escolarização. Entretanto muitas crianças e adolescentes catadores de lixo (materiais recicláveis) ainda não estão sendo beneficiados com o Programa. Naturalmen-

te, essa situação é mais visível em algumas, do que em outras, cidades brasileiras. Em Recife, a entrevista com um dos agentes do UNICEF aponta para o cuidado que se deve ter para que o Programa não caia nas armadilhas do assistencialismo. Ele enfatiza a importância do eixo trabalho e geração de renda.

Claro que há, em geral, uma consciência das responsabilidades face ao PETI, embora, entre alguns dos agentes informalmente entrevistados, estando eles ou não em campo, verifica-se uma dificuldade importante em criticar o Programa em não admitir o perigo do assistencialismo que o PETI traz em seu bojo. Alguns se exasperam quando se afirma ou se sugere que o Programa tem se mostrado, na maioria das vezes, sistematicamente assistencialista. Muitos agentes, ligados ao governo, por exemplo, não se sentem responsáveis (implicados) pelo PETI. Observa-se isso, por exemplo, em relação às secretarias de educação, porquanto não há, efetivamente, um trabalho sendo produzido para atender as crianças e adolescentes do PETI. Tanto que diretores e professores, não raras vezes, desconhecem quais são os estudantes ligados ao PETI e alguns sequer sabem o que realmente é o Programa. Entretanto, a maioria das pessoas ligadas às tais secretarias fala do PETI, no que concerne à educação, como ação ideal sendo realizada. É interessante porque, neste caso, muitos agentes diretos (como os professores) criticam ferozmente tanto a falta de informação como a maneira pela qual as secretarias têm agido em relação às escolas. Dizem eles que: *"na prática, não existe parcerias entre as secretarias de educação e as escolas"*.

Não é apenas ao nível das escolas que se observa importante inadequação entre o que pensam e dizem os agentes diretos e indiretos. Em verdade, observa-se uma defasagem e importante desarticulação entre os agentes. Convém lembrar que uma das premissas básicas para o sucesso do PETI é, justamente, o trabalho em conjunto.

Os diretores de escola entrevistados, em geral, mostram que a erradicação do trabalho infantil não faz parte de suas agendas. Alguns argumentam que têm *"pouco conhecimento do PETI"*; *"o tempo para as atividades da escola é restrito então não sobra para outras preocupações como o PETI"*; *"não conheço o PETI. Nunca fomos chamados para discutir o assunto"*. Alguns arriscam em observar que *"esses programas da prefeitura ajudam as famílias pobres, mas elas não se interessam em mudar"*; outros consideram que a jornada ampliada *"é simplesmente um trabalho de recreação"*. Outros ainda reconhecem a possibilidade de complementação entre escola e jornada ampliada. Neste grupo estão aqueles que consideram que as crianças e adolescentes podem ser orientados pelo PETI e isso repercute positivamente na escola. Mas nem todos compreendem os objetivos do PETI. Em geral, esses diretores (assim como os professores) não se consideram

³⁴ DUVIGNAUD, Jean. Rire est propre de l'homme. Paris: Gallimard, 2000.

parte envolvida no PETI. Tanto assim que os projetos pedagógicos das escolas nada se alteram. Quando questionados sobre quais as modificações que fariam no PETI respondem que *“seria ao nível das famílias”*. Em verdade, são poucos os diretores que estão de fato informados a respeito do Programa e de sua natureza. Como são poucos os que compreendem a vida das crianças e dos adolescentes catadores ou filhos de catadores de lixo (materiais recicláveis) e a importância da erradicação do trabalho infantil.

Em relação aos líderes das comunidades de catadores de lixo (materiais recicláveis) observa-se que, em geral, eles *“sabem muito pouco”*, mas valorizam alguns aspectos do PETI, embora critiquem o Programa argumentando que apenas algumas crianças e adolescentes são beneficiadas e não a totalidade necessitada. Para eles, as crianças e adolescentes não atendidos *“continuam trabalhando e não frequentando a escola e fica tudo como estava antes. Se não atingir a totalidade dos necessitados o Programa não responde como deveria”*. Todos reconhecem que a vida das *“famílias PETI”* ficou facilitada com a complementação da renda. Entretanto a maioria deles ainda lamenta que os *“de baixo”* não têm acesso às informações dos programas do governo. Um dos entrevistados

pensa que a forma de seleção dos beneficiados nem sempre é a mais apropriada. Assim, muitos equívocos têm sido cometidos. Além do mais, *“os políticos apadrinham alguns que nem precisam”*.

As entrevistas informais com pessoas ligadas ao PETI mostram claramente a necessidade de melhor gerenciamento do Programa. A falta de informação impede a implicação de pessoas absolutamente importante para o seu efetivo sucesso.

Na Vila dos Papeleiros as relações de exploração da força de trabalho revelam as dificuldades para a constituição da cooperativa. O caso do Sr. Gilmar é, sem dúvida, emblemático. Ele possui alguns *“empregados”* para a catação e seleção de materiais recicláveis. Como paga diariamente não lhe é difícil recrutar pessoal. O Sr. Gilmar também aluga carrinhos para os catadores. Além disso, possui uma pequena birosca e casas para alugar. Tudo isso na Vila dos Papeleiros. Essa situação de exploração permite ao Sr. Gilmar e sua família (embora seus filhos tenham bolsa PETI) uma situação privilegiada em relação aos outros moradores da Vila, mas, sobretudo, impede que se estabeleçam laços mais solidários entre os catadores.

CAPÍTULO III

Conclusões e Recomendações

3.1. CONCLUSÕES

A análise do universo das crianças e dos adolescentes filhos de catadores de lixo mostra que, embora o Programa proponha a inclusão social, com particular atenção à inclusão escolar, não há de fato rupturas significativas com o espaço material e simbólico do lixo (material reciclável).

A questão fundamental que se pode afirmar é a quase total ausência de reconhecimento social do trabalho dos catadores. Muitos exemplos podem ser considerados. A sociedade contemporânea, sociedade de consumo, mais do que qualquer outra, produz toneladas de lixo. *“Dados do IBGE de 1995 mostram que cerca de 80% das cem mil toneladas de lixo domiciliar coletado no Brasil, todos os dias são depositados em lixões, a céu aberto”*.³⁵ Grande parte das cidades brasileiras não dispõe de coleta seletiva e as populações dessas cidades ao colocarem o lixo fora de suas casas consideram-se descomprometidas com o problema, porque esse é um material percebido por elas, como sem valor. Se não fosse o trabalho dos catadores de lixo, o meio ambiente se degradaria ainda mais e as prefeituras teriam um enorme problema a enfrentar. A Prefeitura de Belo Horizonte, por exemplo, reconhece a importância do trabalho dos catadores de material reciclável e cumprindo sua obrigação participa do financiamento da Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte – ASMARE.

Portanto, os catadores de lixo são verdadeiros agentes ambientais, mas a sociedade ainda lhes deve esse reconhecimento, isto é, o reconhecimento social de seu trabalho. O preconceito contra o trabalho dos catadores é testemunho do desconhecimento da complexidade da questão ambiental e da despolitização da sociedade brasileira. Esse preconceito e a despolitização são vivenciados pelas crianças e adolescentes nas escolas quando são chamados pelos seus colegas de *“porcos”, “sujos”, “comedores de lixo”* e também quando muitos professores não consideram sua história e sua cultura.

Assim, mesmo que o Programa esteja tentando retirar (muitos continuam trabalhando depois da escola e da jornada ampliada) as crianças e os adolescentes do trabalho no lixo, seu universo material e simbólico permanece o mesmo. Ou seja, eles continuam brincando no lixo, comendo do lixo, vestindo-se com roupas encontradas no lixo, utilizando-se de materiais do lixo – como *sobras humanas*.

Apesar dos objetivos do Programa serem parcialmente adequados ao enfrentamento da situação da total exclusão social e econômica dos catadores, a falta de reais estratégias de articulação entre os imprescindíveis e necessários parceiros para a garantia de sua viabilidade; a falta de integração entre os eixos prioritários; o divórcio entre as diversas esferas educacionais (educação e assistência social), impossibilitam que de fato, a erradicação do trabalho infantil e a integração das crianças e dos adolescentes se efetivem. No entanto, a inserção social e econômica desses catadores passa necessariamente pela implementação efetiva dos três eixos.

A análise mostra que das iniciativas estudadas a experiência de São Bernardo do Campo/SP é a que mais atende aos objetivos do Programa. Nessa experiência os eixos do PETI estão sendo efetivados de forma adequada, embora ainda em níveis distintos. Os catadores de materiais recicláveis estão organizados em cooperativa (Centro Ecológico), as várias instâncias da sociedade estão implicadas no processo e a integração entre escola e jornada ampliada está em fase de consolidação. Nesta experiência os catadores já se assumem como cidadãos com direitos e deveres. Neste sentido, é exemplar a fala de um catador que diz: *“nós agora não precisamos mais fazer gatos”*.

As iniciativas referentes ao eixo do trabalho e geração de renda, em geral, são extremamente limitadas caracterizando-se apenas como estratégias de sobrevivência. A análise mostra que a garantia de trabalho e geração de renda no caso dos catadores passa necessariamente pela sua organização em associações ou cooperativas. Entretanto a maioria das cooperativas e associações identificadas no período da pesquisa ainda encontra-se em fase incipiente de estruturação, exceto a de São Bernardo.

Igualmente o eixo das ações sócio-educativas é inadequado porque, em geral, não reverte o imaginário depreciativo que os catadores de lixo têm sobre eles mesmos, incutido e naturalizado pelos segmentos ricos da sociedade. De modo geral, o Programa está atravessado por fortes relações de poder que submetem os catadores às decisões formalizadas pelos profissionais envolvidos. Convém lembrar que esses profissionais também percebem os catadores e seus filhos como pessoas sem competência para proporem soluções para a resolução de seus problemas. Essa concepção (tanto dos catadores como dos profissionais envolvidos) impossibilita que as ações do

³⁵ UNICEF e Caixa Econômica Federal. *Do Lixo à Cidadania. Estratégias para a Ação. Brasília : 2001.*

Programa sejam vistas na perspectiva dos direitos. Grande parte dos discursos dos catadores como *“graças a Deus tem o PETI”*, *“o prefeito é muito bom porque ajuda a gente”*, e dos profissionais envolvidos: *“eles não se interessam em mudar de vida”*, *“eles estão acostumados e só querem beber”*, *“eles são violentos”*, *“essa gente não tem cultura”*, são fortes testemunhos dessa concepção. Enfim, o Programa tende a consolidar a visão cultural brasileira de que os pobres merecem caridade e ajuda e não são sujeitos de direitos. As ações sócio-educativas também não têm contribuído para mudanças dos comportamentos, hábitos e atitudes nefastas dos catadores de lixo.

Isso possivelmente se manifesta porque não existe uma articulação do PETI com outras instâncias responsáveis pela implementação do ECA, como os Conselhos dos Direitos e os Conselhos Tutelares, demonstrando mais uma vez a despolitização dos profissionais envolvidos no PETI. Mesmo quando há conhecimento dos direitos da criança e do adolescente parece não haver, na prática, uma incorporação efetiva do Estatuto. Importante também é a ausência dos fóruns estaduais e municipais lixo e cidadania.

A inexistência de interlocução entre a educação e a assistência social, manifestada na escola e na jornada ampliada, tem sido regular e sistematicamente assinada em diversas e inúmeras instâncias. Apesar da existência de mecanismos para que essa articulação se processe (Comissões de Erradicação do Trabalho Infantil), permanecem as dificuldades para alterar essa situação. O desafio, portanto, é entender a verdadeira causa disso.

A escola e a jornada ampliada, na sua maioria, estão inadequadas para trabalhar com culturas diferentes, a fim de valorizar as diversidades concernentes à classe social, gênero, etnia, etc. Porém essa análise mostra que as crianças e os adolescentes do PETI preferem a jornada ampliada porque se sentem mais respeitados pelo monitor, acham mais divertido, aprendem mais e, principalmente, não precisam negar sua origem, isto é, que são catadores e/ou filhos de catadores de lixo. Na escola, muitas vezes, eles precisam omitir ou negar, negando-se a si mesmos.

Os projetos de futuro das crianças e dos adolescentes mostram que apesar de quererem sair do universo do lixo, *“ter uma casa limpinha, não passar fome, os pais não beberem tanto, não trabalhar no lixão”*, eles sabem muito bem avaliar a realidade na qual estão inseridos, pois têm consciência de que *“quando saírem do PETI as coisas voltarão ao seu igual”*.

A maioria das escolas desconhece a origem das crianças e dos adolescentes filhos de catadores de lixo e quando conhece prefere *“não trabalhar com esse tipo de estudante”*. Assim como a maioria dos professores e dos monitores possui uma visão marginalizadora a respeito dos estudantes filhos de catadores e freqüentemente não os reconhecem como sujeitos de direitos. O saber produzido por eles é raramente reconhecido e valorizado, tanto na escola como na jornada ampliada.

Essa análise mostra também a inexistência de monitoramento da situação dessas crianças e adolescentes na escola e na jornada ampliada referentes, entre outros, ao seu ingresso, permanência, desempenho e satisfação. Mostra ainda que o monitoramento do trabalho dos professores e dos monitores é muito precário e não apresenta as necessárias sistematizações, correções e adequações.

Convém lembrar que entrar na vida escolar com um capital cultural medíocre (distante do padrão estabelecido pelas elites) é um problema para essas crianças e adolescentes filhos de catadores de lixo. Um problema que a escola e a jornada ampliada não parecem pensar. Em muitas situações observadas parece haver um pacto em torno do fenômeno da reprodução que incita as crianças e os adolescentes a se conformarem aos valores do meio familiar. Com efeito, ao mesmo tempo, em que projetam futuros profissionais melhores que a vida ofertada pelos pais e mães, a maioria parece não acreditar na possibilidade de mudança. A noção é a da herança social. Isso aparece no comportamento face aos estudos. A obrigatoriedade de estudos breves e engajamento profissional precoce traça o futuro dessa população. Eles responderão às preocupações financeiras familiares, sobretudo, porque constroem precocemente unidades conjugais e escaparão aos constrangimentos próprios do regime escolar, assegurando uma certa autonomia. É necessário observar o fato dos pais e das mães não terem eles seguido os estudos, não havendo, portanto, esse tipo de capital disponível para os filhos, favorece e influencia a desistência dos estudos por parte das crianças e dos adolescentes. Neste sentido, percebe-se a fragilidade das ações sócio-educativas. Pode-se afirmar que muitos trabalhos realizados na jornada ampliada são totalmente desprovidos de sentido. Mas, infelizmente, também como mostra esta análise, a escola não é garantia de um bom trabalho.

A análise mostra, também, a reprodução dos papéis das mulheres e dos homens no universo dos catadores de lixo, ou seja, as disparidades de gênero se mantêm e são reproduzidas tanto pelos pais e as mães como pelas crianças e adolescentes. Isso mostra que as questões de gênero, como outras igualmente importantes, são negligenciadas na escola e na jornada ampliada (assim como nas ações sócio-educativas). Em relação à violência física e psicológica, praticamente, todas as crianças e adolescentes manifestaram o desejo que seus pais e mães não bebessem tanto. Além de todos os outros tipos de preconceitos, discriminações, explorações e abusos, o cotidiano dessas crianças e adolescentes é extremamente marcado por violências físicas e psicológicas.

Existem urgências e valores fortemente implicados na difícil questão que impõe o trabalho de crianças e adolescentes. Antes de tudo, este é um mundo que precisa ser compreendido. De fato, o trabalho infantil aparece como um dos conflitos pelos quais os catadores de lixo, os excluídos, os não iguais, impõem seu reconhecimento como indivíduos que precisam ser tratados como interlocutores legítimos. Todavia não são programas me-

ramente assistencialistas que podem resolvê-lo, pois a cidadania tem que se enraizar nas práticas sociais. É nas práticas sociais que a justiça e os direitos se qualificam. Na verdade, o trabalho infantil é um campo de conflitos. Mas como refere Telles “*é em torno da medida do justo e do injusto que a reivindicação por direitos é formulada, os embates se processam e se desdobram numa negociação possível*”.³⁶

É vergonhoso e inaceitável que membros de uma mesma espécie obriguem seus semelhantes a viverem em circunstâncias tão degradantes!

3.2. RECOMENDAÇÕES

3.2.1. Apesar dos avanços obtidos pelo Brasil em termos de erradicação do trabalho infantil, **definir e aprovar uma política pelo Estado brasileiro** é requisito fundamental para o efetivo enfrentamento e sucesso da superação do problema. O PETI é um programa extremamente relevante e inovador, mas não consegue responder às efetivas necessidades para a real inclusão social e econômica dos catadores de lixo, pois se caracteriza ainda como um Programa meramente assistencialista.

3.2.2. O Estado brasileiro precisa ainda comprometer-se em **definir metas, disponibilizar recursos financeiros e definir indicadores** para a erradicação do trabalho infantil no lixo.

3.2.3. A fim de superar a fragmentação e a falta de articulação entre os três eixos do Programa e as instâncias e pessoas envolvidas é importante **estruturar uma rede de integração e proteção** das crianças e adolescentes trabalhadores no lixo, para **troca de informações, reflexões, construção de conceitos e desenvolvimento de atividades em conjunto**.

3.2.4. Para que possam de fato possibilitar uma educação de mudança para as crianças e os adolescentes filhos de catadores de lixo, a escola e a jornada ampliada precisam **ser qualificadas política, didática e pedagogicamente**.

3.2.5. As ações sócio-educativas devem **instrumentalizar os pais e as mães** do

Programa para melhor entenderem suas crianças e adolescentes enquanto sujeitos de direitos.

3.2.6. O PETI precisa ser visto como uma política compensatória não devendo operar permanentemente. Ele deve agir como ruptura provisória potencialmente instituinte de formas de relação com o mundo, calcadas em direitos. Portanto, os eixos estratégicos previstos precisam ser totalmente efetivados.

Incrementar e consolidar o eixo de trabalho e geração de renda e as ações sócio-educativas.

3.2.7. As ações de trabalho e geração de renda (somadas às ações sócio-educativas) são condições necessárias para a inclusão social dos catadores e de seus filhos. O incremento e a consolidação desses eixos dependem **da criação, funcionamento e consolidação das associações e das cooperativas de materiais recicláveis, bem como da garantia do seu monitoramento externo**.

3.2.8. Em função de determinadas conjunturas e a fim de responder às especificidades de crianças e adolescentes vivendo em situações de risco social e pessoal, foram criadas algumas instituições como o FNPETI, o Fórum Nacional Lixo e Cidadania e o Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. As experiências vividas por essas instituições, os avanços, as dificuldades, as lições aprendidas, os resultados obtidos e os desafios indicam que na atual conjuntura, **as ações precisam ser concretizadas de forma conjunta**.

3.2.9. As relações de gênero entre os catadores de lixo (materiais recicláveis) e seus filhos reproduzem a visão conservadora da sociedade brasileira. Em geral, os homens e as mulheres trabalham na catação, mas o trabalho doméstico é feito pelas mulheres e filhas. Os filhos só assumem a execução das tarefas domésticas quando não há filhas mulheres. Crianças e adolescentes negras e índias também parecem ter entre si e o mundo um interposto étnico. A concepção dos pais e mães pesquisados sobre a questão étnica parece ser fundamental no processo educativo dos filhos. As crianças e os adolescentes expressam o socializado na família e na escola. Embora pareça muito camuflada a

³⁶ TELLES, Vera da Silva. *Direitos sociais. Op. Cit.*

questão étnica é neste contexto muito complexa, pois além da pobreza alguns enfrentam também preconceitos étnicos. **É preciso incluir a questão das disparidades de gênero e étnicas no processo de qualificação dos professores e monitores, assim como, nas ações sócio-educativas.**

3.2.10. Os catadores de lixo seguem a concepção legitimada pela sociedade a respeito de família tanto quando se organizam tendo o homem quanto a mulher como chefe. Elas estão excluídas do mercado formal de trabalho e incluídas no mercado informal e participam do mesmo universo de miserabilidade e exclusão. Vivem num sistema de desigualdades profundas e são fortemente discriminadas. É com essa bagagem de experiências que participam do PETI. O envolvimento das famílias é requisito para a garantia da inclusão social das crianças e dos adolescentes, portanto **ações para viabilizar o empoderamento dessas famílias necessariamente devem ser desenvolvidas.**

3.2.11. A análise mostra o não reconhecimento da competência dos catadores de lixo na resolução dos seus problemas. Esta realidade é ainda mais agravada quando se trata de dar voz às crianças e aos adolescentes. Portanto, recomenda-se **realizar um primeiro encontro de crianças e adolescentes filhos de catadores ou trabalhadores no lixo** que poderiam ser, inicialmente, os participantes das iniciativas estudadas, nas cinco regiões brasileiras.

3.2.12. Em 1999, a Campanha Criança no “Lixo, Nunca Mais” foi lançada no âmbito nacional. Inúmeros parceiros desempenharam importantes papéis para o seu sucesso em um determinado período. Atualmente, a problemática da

erradicação do trabalho infantil no lixo não consta na agenda nacional. A análise das crianças e adolescentes no universo do lixo mostra que eles continuam trabalhando no lixo, que a inclusão escolar não está de fato, ocorrendo, e que a jornada ampliada apenas complementa parcialmente a escola. **Uma outra campanha, considerando os avanços, as dificuldades e os desafios, deve ser concebida e implementada.**

3.2.13. A cultura é produzida em situações coletivas, portanto, heterogeneidades, especificidades, diferenças e diferenciações internas entre os grupos. A experiência vivida nas condições materiais de existência dos catadores de materiais recicláveis resulta em uma produção simbólica capaz de estruturar o seu mundo. Conhecer a lógica simbólica pela qual opera esse grupo, seus saberes, sua visão de mundo, enfim sua cultura, significa olhar para um sujeito concreto e sua subjetividade. **Uma pesquisa a respeito da história e da cultura das crianças e adolescentes filhos de catadores de materiais recicláveis deveria ser realizada para subsidiar a escola, a jornada ampliada e outros espaços (UNICEF, INPETI, entre outros) pelos quais transitam esses sujeitos.**

3.2.14. Em geral as mães são vistas como protetoras naturais de seus filhos, razão pela qual alguns programas sociais, como o PETI, determinam serem elas as responsáveis pelo recebimento e emprego dos benefícios destinados às crianças e aos adolescentes. Entretanto, muitas vezes, o dinheiro que deveria ser gasto exclusivamente com o beneficiário é utilizado pela própria mãe para si mesmo ou para o pai/padrasto. **Uma pesquisa para determinar se realmente é a criança ou o adolescente quem se beneficia com o recurso do PETI seria muito recomendável.**

BIBLIOGRAFIA

1 Livros

- ARENDETT, Hannah. Eichmann à Jerusalem: rapport sur la banalité du mal. Paris : Taurus, 1974.
- BEAUVOIR, Simone. Le deuxième sexe. Paris : Gallimard, 1980.
- BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. La distinction. Critique sociale du jugement. Paris: Minuit, 1979.
- _____. Reproduction. Paris: Minuit, 1997.
- CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- DUARTE, Luís Fernando Dias. Da vida nervosa das classes trabalhadoras urbanas. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
- DUVIGNAUD, Jean. Le jeu du jeu. Paris: Balland, 1980.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- _____. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GIDDENS, Anthony. Modernidad y identidad del Yo, el Yo y la sociedad en la época contemporánea. Buenos Aires: Alianza, 1994.
- KEIL, Ivete. Capitalismo, ordem social e exclusão: por uma discussão de teorias. In. Reiventando a sociedade na América Latina. (org. Marcelo Baquero). Porto Alegre: UFRGS, 2001.
- _____. Dos jovens contestadores aos jovens de hoje. Uma nova forma de participação na *polis*? In. Democracia, Juventude e capital social no Brasil. (org. Marcelo Baquero). Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- KURTZ, Robert. Os últimos combates. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- MARTINS, José de Souza. O massacre dos inocentes. A criança sem infância no Brasil. São Paulo: 1991.

MEDA, Dominique. Le travail. Une valeur en voie de disparition. Paris : Flammarion, 2002.
PAUGAM, Serge. La constitution d'un paradigme. In. L'exclusion l'état des saviors (org.). Paris: La découverte, 1966.

RIBEIRO, Renato Janine. A sociedade contra o social. O alto custo da vida pública no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SCHNAPPER, Dominique (org.). Exclusions au coeur de la Cité. Paris: Anthropos, 2001.

_____. L'épreuve du chômage. Paris: Gallimard, 1994.

TELLES, Vera da Silva. Direitos sociais. Afinal do que se trata? Belo Horizonte: UFMG, 1999.

THOMPSON. A formação da classe operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

2. Revistas e Publicações

Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. Trabalho infantil não é brincadeira. Brasília, 2003.

UNICEF e Caixa Econômica Federal. Do lixo à cidadania. Estratégias para a ação. Brasília, 2001.

Boletim do Fórum Nacional Lixo e Cidadania. Ano 1 nº 2. Junho de 2001.

APOIO

